

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS em parceria
com UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
MESTRADO CONJUNTO EM CIÊNCIA POLÍTICA: GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: O PERCURSO DE MOÇAMBIQUE
(1992–2010)

JOSÉ TOMIASSE SÁDIA CALICHE

BEIRA

2014

JOSÉ TOMIASSE SÁDIA CALICHE

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: O PERCURSO DE MOÇAMBIQUE
(1992 – 2010)

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Portugal como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política:
Governança e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Doutora **Elisabete Azevedo-Harman**

Beira

2014

Índice

Lista de abreviaturas	v
Lista de siglas	vi
Lista de tabelas	ix
Lista de gráficos	xi
Declaração de honra	xii
Dedicatória	xiii
Agradecimentos	xiv
Epígrafa	xv
Resumo	xvi
Abstract	xvii
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO	23
1.1. DEMOCRACIA	23
1.1.1. A DISCUSSÃO DO CONCEITO “DEMOCRACIA”.....	23
1.1.2. CLASSIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA	30
1.2. DESENVOLVIMENTO	38
1.2.1. DISCUSSÃO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO.....	38
CAPÍTULO II. RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO.....	40
2.1. QUE RELAÇÃO EXISTE ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO.....	40
CAPÍTULO III. O PERCURSO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE.....	49
3.1. A DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	49
3.1.1. AS ELEIÇÕES	58
3.1.2. SITUAÇÃO DECORRENTE NO PERÍODO PÓS-ELEITORAL.....	63
3.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE	65

3.2.1. PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS	68
3.2.1.1. EDUCAÇÃO.....	69
3.2.1.2. SAÚDE.....	78
3.2.1.3. ACESSO A ÁGUA POTÁVEL	87
3.2.1.4. SANEAMENTO BÁSICO.....	89
3.2.1.5. CRESCIMENTO ECONÓMICO	90
3.2.1.6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	95
3.2.1.7. O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	98
3.3. DETERMINANTES DA POBREZA.....	101
3.4. A DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA.....	107
CAPÍTULO IV. CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	114

LISTA DE ABREVIATURAS

Art. – Artigo

Dir. – Direcção

Doc. – Documento

H – Homens

HM – Homens e Mulheres

Liq. - Líquida

M – Mulheres

Nac. – Nacional

Nd. – Não disponível

Nr. – Número

Var. – Variação

LISTA DE SIGLAS

AGP – Acordo Geral de Paz

AIM – Agência de Informação de Moçambique

ARV's – Anti-retro Virais

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CNCS – Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA

CSP – Cuidados de Saúde Primários

DO – Défice Orçamental

EP1 – Ensino Primário do 1º grau

EP2 – Ensino Primário do 2º Grau

EPAU - Unidade de Análise de Políticas e Economia

EUA – Estados Unidos da América

FDD – Fundo de Desenvolvimento Distrital

FIL – Fundo de Iniciativa Local

FILD – Fundo de Investimento Distrital

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FRPU – Fundo de Redução da Pobreza Urbana

GDP – *Gross Domestic Product*

GM – Guerra Mundial

HIV/SIDA – Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

MINED – Ministério de Educação

MPD – Ministério de Planificação e Desenvolvimento

MPF – Ministério de Plano e Finanças

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONGs – Organizações Não Governamentais

PARP – Plano de Acção para a Redução da Pobreza

PARPA I – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta I

PERPU - Plano Estratégico de Redução da Pobreza Urbana

PDN – Partido Democrático Nacional

PEE – Plano Estratégico de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNE - Política Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RENAMO-UE – Resistência Nacional de Moçambique-União Eleitoral

RRDH - Relatório Regional de Desenvolvimento Humano

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SNE – Sistema Nacional de Educação

STAE – Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

UD – União Democrática

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano	20
Tabela 02 – Comparações Regionais de Desenvolvimento em valores de IDH	21
Tabela 03 – Quadro resumo das definições de Democracia por 3 autores	29
Tabela 04 – Quadro resumo da relação do conceito democracia e desenvolvimento	47
Tabela 05 – Comparação percentual do nível de Democracia em países da África Austral ...	56
Tabela 06 – Voto presidencial em quatro eleições	62
Tabela 07 – Evolução de Rede e dos Efectivos Escolares do EP1	69
Tabela 08 – Evolução de Rede e dos Efectivos Escolares do EP2	70
Tabela 09 – Taxa de Acesso	71
Tabela 10 – Taxa de Analfabetismo (Censo 1997)	72
Tabela 11 – Avanços alcançados no sector de Educação	73
Tabela 12 – Número de Alfabetizandos em 2003	75
Tabela 13 – Evolução da taxa de alfabetização (1978 – 2010)	76
Tabela 14 – Infra-estrutura Hospitalar (1992 – 2009)	78
Tabela 15 – Cidadão/Médico – pessoal do Serviço Nacional de Saúde, Moçambique (1990- 2009)	79
Tabela 16 – Taxa de letalidade das doenças de notificação obrigatória (2004 – 2008)	81
Tabela 17 – Taxas ponderadas de prevalência do HIV em adultos (15-49 anos)	83
Tabela 18 – Taxa de prevalência do HIV de 1997 a 2007/8	84
Tabela 19 – Evolução de indicadores sociais e de bem-estar no período (1994-2000)	85
Tabela 20 – População com acesso a água potável	88
Tabela 21 – População com saneamento melhorado	89

Tabela 22 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (1994-2000)	96
Tabela 23 – Evolução do PIB moçambicano (1990-1999)	99
Tabela 24 – Posição de Moçambique em vários indicadores sociais	100
Tabela 25 - Incidência da Pobreza e Desigualdade, por província (1996 -2009)	102
Tabela 26 – Número acumulado de desempregados inscritos por província 2008	104
Tabela 27 – Finanças Públicas (% do PIB)	107

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – A relação entre o desenvolvimento económico e a democracia	44
Gráfico 2 – Níveis de democracia de Moçambique	54
Gráfico 3 – Níveis de direitos políticos e liberdades civis	55
Gráfico 4 – Distribuição de deputados por partido	59
Gráfico 5 – Evolução da rede hospitalar e rede de escolas do EP2	86
Gráfico 6 – Evolução dos indicadores sociais (1994-2000)	87
Gráfico 7 – Comparação de medidas de pobreza, Moçambique (2009 – 2010)	105
Gráfico 8 – Fontes de Financiamento do Défice Orçamental (1992 – 2010)	108
Gráfico 9 – Percentagem do PIB do Défice Orçamental	109

Declaração de Honra

Eu, José Tomiasse Sádía Caliche declaro que esta Dissertação é da minha investigação pessoal e das orientações da minha orientadora, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

José Tomiasse Sádía Caliche

Dedicatória

Dedico aos meus pais **Tomiasse Sádía Caliche** e **Ernica Inoque**, aos meus irmãos, minha esposa e filhos, pela educação, dedicação, paciência, esperança, exemplo de perseverança, determinação, compreensão e cuidados que me transmitiram ou prestaram.

Agradecimentos

Aos professores do Curso de Mestrado em Ciência Política: Governança e Relações Internacionais ministrado pelo Instituto de Estudos Políticos em coordenação com a Universidade Católica de Moçambique, por terem prestado um bom trabalho de docência, por terem aceitado o desafio de lecionar além fronteira, por terem suportado longas horas de viagem com finalidade de disseminar o conhecimento em África e em Moçambique de forma particular, e tendo certeza que esse conhecimento valerá para o povo moçambicano que almeja uma governação direcionada ao desenvolvimento.

À minha orientadora, Prof^a. Doutora Elisabete Azevedo-Harman, pela leitura cuidadosa e pelos comentários e contribuições importantes no desenvolvimento do trabalho e no texto final. Uma especial admiração a Prof^a. Dr^a. Pela paciência que teve de ler os meus primeiros rabiscos em forma de projecto de Dissertação.

À família pelo suporte emocional, pelas risadas, pelas agonias, pelo amor e pela compreensão ainda que doída nos momentos de ausência física e mental. Por compreenderem que simplesmente sou assim e fi-lo na perspectiva de colher bons momentos no futuro.

À família alargada e colegas, por ensinarem a compartilharem com naturalidade ímpar os bens, pela refundação contínua de valores, e por proporcionarem a vivência das profundezas das relações pessoais.

A todos que não couberam nestas palavras mas de forma directa ou indirecta participaram ou contribuíram para o alcance deste desejado nível académico recebam de igual modo o meu sincero agradecimento.

*"Se a liberdade e a igualdade são essenciais
à democracia só podem existir em sua
plenitude se todos os cidadãos
gozarem da mais perfeita
igualdade política."*

in Aristóteles - Política (Livro IV, cap. IV)

RESUMO

Este trabalho com o tema “Democracia e desenvolvimento: O percurso de Moçambique 1992-2010” tem como objectivo a análise da relação entre a democracia e o desenvolvimento em Moçambique. A discussão se a democracia fomenta desenvolvimento, ou se ao invés, é o desenvolvimento um pré-requisito para a democracia tem merecido a atenção dos académicos. No entanto, esta discussão não é um mero exercício académico tem importância, sobretudo pela sua influência na decisão da ajuda externa a países em vias de desenvolvimento, como é ainda o caso de Moçambique. A resposta se o desenvolvimento precede ou é consequência da democracia tem condicionado as políticas de ajuda externa quer de Estados doadores, quer de organizações internacionais multilaterais. Para os países que no seu passado recente iniciaram processos de democratização e que ao mesmo tempo enfrentam ainda desafios de desenvolvimento socioeconómico a pergunta de pesquisa assume particular importância. Sobretudo num momento, em que após anos de exaltação após a queda do Muro de Berlim, a democracia não é, ainda, o regime escolhido e vencedor por uma parte significativa de países. Para os cidadãos de países como Moçambique, que nos anos 80 e 90 viveram um regime não democrático, mas também uma devastadora guerra civil, a expectativa é que a transição democrática não se limite à liberdade política. Para além de liberdade, o cidadão inclui também como expectativa o desenvolvimento económico e social. Assim, a escolha deste tema para a dissertação de mestrado em ciência política pretende compreender se a democratização iniciada em 1994 tem fomentado também desenvolvimento. Ao longo da dissertação é demonstrado que Moçambique tem registado crescimentos sucessivos do seu PIB e uma redução considerável em termos percentuais da pobreza. Porém, relativamente ao índice de desenvolvimento humano Moçambique ainda se situa entre os últimos cinco países. Ao longo da dissertação procura-se medir vários indicadores, e constata-se a existência de uma correlação entre democratização e a melhoria do desenvolvimento económico e social.

Palavras-chave: Democracia; Desenvolvimento; Moçambique.

Abstract

The present study research entitled "Democracy and development: The course of Mozambique 1992-2010" pretends to analyse the relationship between the democracy and the development in Mozambique. The discussion, if the democracy foments development or if on the contrary, it is the development a pre-requisite for the democracy has deserved the attention of the academic. However, this discussion isn't only an academic exercise, it has importance in the perspective of foreign aid for development countries. The answer if the development precedes or is consequence of the democracy has been conditioning the politics of foreign aid from donors States or of multilateral international organization. For the countries which in recent past began the democratization processes and at same time still face challenges of social economic development and the research question assumes particular importance. Therefore, in a moment after years of euphoria after the fall of Berlin's Wall, the democracy isn't the chosen and winner regime in a large part of the countries. For the citizens of countries as Mozambique, lived a non democratic regime between 80 and 90 decades, but also a devastating civil war, the expectation is that the democratic transition doesn't limit in freedom politicizes. Beyond freedom, the citizen also includes as expectation of social and economic development. In this way, the choice of this theme for the master's degree in political science intends to understand if the initiated democratization in 1994 has also been fomenting development. Along the dissertation it is demonstrated that Mozambique has register successive growths of GDP and a considerable reduction of poverty level in term of percentage. However, relatively to the human development index Mozambique is still locates among the last five countries. The dissertation tries to measure several indicators, and also is verified the existence of a correlation between democratization and the improvement of the social and economic development.

Key-words: Democracy; Development; Mozambique.

INTRODUÇÃO

A independência de Moçambique em 1975 ditou o fim do colonialismo no país e alimentou uma esperança colectiva de uma vida melhor. Mas essa esperança foi retardada pela guerra civil entre o Governo e a RENAMO (movimento belicista transformado em partido e actualmente na oposição). A guerra eclodiu um ano após a independência e durou dezasseis anos. No meio de uma guerra que se espalhou pelo país em pouco tempo e nas difíceis condições climáticas de secas cíclicas vividas nos anos 80, fez com que o país sofresse uma significativa baixa dos índices de produção, devido a fraca qualidade da mão-de-obra deixada pelos colonos que tinham uma política de educação selectiva e a guerra civil que obrigou milhares da população a se mudarem das zonas de produção para as Cidades e a destruir as poucas infraestruturas públicas que existiam na altura.

O início da terceira vaga de transições democráticas em 1974 culminou com a queda do muro de Berlim em 1989 o que simbolizava o fim dos regimes comunistas do Leste; tais factos não favoreciam a resistência do regime socialista vigente no país adoptado pela FRELIMO e, isso, contribuiu para negociações de paz com a RENAMO, que tinha também interesse na negociação em resultado do contexto regional que também já não lhe era favorável. A RENAMO tinha tido desde a sua génese apoio do regime de Ian Smith (no Zimbabwe) e do apartheid (na África do Sul).

Após o processo de paz o país iniciou um processo de democratização com as primeiras eleições que tiveram lugar em 1994. O presente trabalho pretende assim estudar a relação entre a democratização e o desenvolvimento desde a assinatura dos Acordos Gerais de Paz em Roma no ano de 1992 até 2010. Pela complexidade do tema, esta dissertação não vai constituir um documento final que englobe todo processo de democratização e da

evolução da economia nacional mas pode servir de ponto de partida para uma reflexão da relação existente entre democracia e desenvolvimento.

A democracia exige atitudes, impõe responsabilidades e ainda exige dos seus governantes compromissos em relação a todos os cidadãos, independentemente de género, idade, credo ou raça. Para que a democracia seja exercida plenamente por todos, é necessário que existam oportunidades reais de crescimento pessoal, e que sejam melhoradas as condições de vida. Estas ambições estão aliás previstas na Constituição da República (2004) – onde se contempla os direitos básicos de alimentação, habitação, emprego digno, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura. A expectativa de que a democracia traz desenvolvimento é o expectável pela população, quando a democracia não corresponder a esta ansiedade da população será o próprio regime democrático que poderá estar em risco.

Esta dissertação procura assim responder à questão: o regime democrático tem ou não contribuído para o desenvolvimento do país?

Centrando-se na questão principal do estudo, tem-se como base de sustentação os dados do Índice de Desenvolvimento Humano que permitirão entender a evolução de Moçambique, principalmente se este tem tendências crescentes ou decrescentes. Todavia, é também analisada a melhoria da situação sanitária, o combate ao analfabetismo, a incidência da pobreza e desigualdade das populações rurais e urbanas além do controlo das doenças endémicas. Estes elementos foram adicionados à análise por se considerar que são essenciais e mais ilustrativos das reais condições de vida. Lamentavelmente muitas destas variáveis ainda fragilizam a maioria da população activa. Apesar dos enúmeros desafios que Moçambique tem de enfrentar devido ao seu passado histórico, este não pode estar isolado do contexto político internacional e também na observância das regras democráticas.

Para ilustrar as classificações atribuídas a Moçambique em anos diferentes em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, apresenta-se a tabela 1 que se segue.

Tabela 01 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano

Ano	IDH	Posição
1990	0,200	-----
2000	0,245	-----
2005	0,285	168 ¹
2010	0,284	165 ²

Fonte: AIM (2006), HDR (2010), PARPA I.

Nota: os valores significam, 0 = índice mais baixo; 1 = índice mais alto. O Total de países avaliados varia de relatório a relatório. Por ex: em 2005 foram avaliados 177 países enquanto em 2010 foram 169 países.

Como está demonstrado na tabela anterior, o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ para Moçambique tem evoluído de forma tímida estando sempre entre os últimos classificados do mundo. Comparando os anos de 2005 e 2010, o índice decresceu de 0,285 para 0,284 respectivamente. Todavia, nos anos 2000 e 2005, houve uma evolução de 0,245 para 0,285 respectivamente. Do mesmo modo, se nota uma evolução de 0,200 para 0,245 entre os anos de 1990 a 2000. É de notar ainda que os valores apresentados na tabela acima estão longe de alcançar o índice médio de 0,5. Isso significa, o país ainda tem que evoluir bastante nos indicadores de desenvolvimento humano para atingir o valor médio da classificação.

Para comparar a posição de Moçambique com outros países de África Austral, recorreu-se a tabela 2 que se segue:

¹ Num total de 177 países avaliados numa escala de 0 à 1. Sendo 0, o mais baixo índice e 1, o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano.

² O Relatório das Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, classifica Moçambique em 165º lugar num total de 169 países avaliados na escala de 0-1. A lista é liderada por Noruega com o valor de 0,938 e o último lugar foi ocupado por Zimbabwe com o valor de 0,140. É de notar que a classificação subdivide os países em: 1- Países com desenvolvimento humano muito alto composto por 42 países; 2 – Países com desenvolvimento humano Alto, composto por 43 países; 3 – Países com desenvolvimento humano médio, composto por 42 países; 4 – Países com baixo desenvolvimento humano, constituído por 42 países. A média do índice dos países com Baixo Desenvolvimento Humano é de 0,393. Além disso, Moçambique reduziu em 2 lugares comparativamente com a avaliação anterior.

³ IDH – O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida composta para avaliar a longo prazo, o progresso em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida aceitável. O índice apresenta uma visão ampla do progresso humano e ainda, do complexo relacionamento entre a renda e o bem-estar.

Tabela 02 - Comparações Regionais de Desenvolvimento em valores de IDH

	2000	2005	2011	Crescimento médio (2000-2011)
Malawi	0,343	0,351	0,400	1,41
Suazilândia	0,492	0,493	0,522	0,54
Tanzânia	0,364	0,420	0,466	2,27
Zâmbia	0,371	0,394	0,430	1,37
Moçambique	0,245	0,285	0,322	2,49

Fonte: PNUD RDH, 2011.

Nota: os dados utilizados pelos escritórios do RDH são de agências internacionais para calcular o IDH sem recorrer as fontes nacionais tais como o INE. Isto permitiu a comparação entre países a nível regional.

Segundo Thomas Kring⁴

entre 1990 e 2011, o valor do IDH de Moçambique, aumentou de 0.200 para 0.322, representando um aumento de 61%, igual a média anual do aumento de cerca de 2.28%. Este é o índice mais elevado que a média, quer para África Sub-Sahariana no mesmo período (0.90%), assim como, para os países com baixo desenvolvimento humano (1.31%). A partir de 2000 até 2011, o aumento anual médio no valor do IDH para Moçambique registou um crescimento de 2.49%. O desempenho de Moçambique com os países vizinhos seleccionados, fica claro que, o valor do IDH do país é baixo, mas a taxa de crescimento médio é significativamente mais elevada como evidencia a tabela. Embora Moçambique tenha experimentado taxas de crescimento elevadas de IDH e, está agora perto do nível em que Malawi esteve a 11 anos atrás, Malawi contudo, registou progressos na classificação. De facto, mesmo que a taxa de crescimento do IDH de Moçambique seja 76% mais elevada que a do Malawi, se as taxas de crescimento permanecerem as mesmas, Moçambique precisará de 21 anos para alcançar e ultrapassar Malawi na classificação do IDH (Kring 2011).

Para além do Índice de Desenvolvimento Humano é importante perceber também os níveis de democracia em Moçambique. As avaliações feitas pelas organizações internacionais como a *Freedom House* e *Afrobarometer* permitem uma avaliação comparativa do país com outros países avaliados por mesmos mecanismos. Os avanços ou recuos que se podem verificar numa dada classificação são importantes para situar a valorização das liberdades básicas da população e o convívio democrático existente no país.

⁴ KRING, Thomas; Sumário, Unidade de Análise de Políticas e Economia (EPAU), PNUD Moçambique, Av. Kenneth Kaunda 931, Maputo, Mozambique, 2011. Doc.

O retrocesso na classificação de um certo ano constitui motivo para se indagar os factores que contribuem para isso. Embora o país constitucionalmente tenha adoptado a democracia em 1990 que se concretizou com a realização de eleições gerais e multipartidárias em 1994 precisa-se ter em conta que a democratização acontece em condições sociais difíceis resultantes do complicado passado de 16 anos de guerra civil, 10 anos da luta de libertação nacional e centenas de anos de resistência à colonização.

No entanto, o cenário de crescimento económico é muito questionado por não estar a acompanhar o ritmo de evolução social sobretudo no fraco poder de compra, ainda hoje há milhares de moçambicanos a viverem em condições de pobreza. Apesar deste contexto, o país possui enormes áreas de terras aráveis e diversos recursos mineiros, pesqueiros e florestais e pode se chegar a um nível de desenvolvimento a médio prazo. Apesar do crescimento é sabido que, a oferta de educação e saúde pública de qualidade, segurança pública, o aumento do poder de compra é condicionante a desenvolvimento intelectual e social.

Sob **hipótese** de haver uma grande relação entre democracia e desenvolvimento, pode ser que o crescimento do nível de democracia em Moçambique tenha favorecido a melhoria do nível de desenvolvimento.

Para a concretização dos objectivos do trabalho recorreu-se a **métodos** bibliográficos, documental e análise quantitativa descritiva. O método bibliográfico permitiu analisar as políticas integradas que sustentam os programas de desenvolvimento do país, o método documental foi usado na consulta de vários documentos oficiais que relatam a situação de desenvolvimento económico e de democracia em Moçambique. Para analisar o desenvolvimento do país utilizou-se os dados do crescimento do PIB, índices de indicadores sociais como: taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, números de pessoas com HIV/AIDS, número de pessoas com acesso a saneamento básico.

CAPÍTULO I. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo está dividido em duas partes: a primeira discute o conceito democracia e a segunda discute o conceito desenvolvimento. O conceito democracia é apresentado de forma sucinta sob olhar de diferentes autores da era moderna, principalmente do século XX. É no século XX, onde o regime democrático tornou-se referência na governação de muitos países do mundo. Na segunda parte do capítulo, apresenta-se o conceito desenvolvimento sob perspectiva de diferentes autores.

1.1. Democracia

1.1.1. A discussão do conceito “Democracia”

A Democracia pode-se definir como “um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, é um mecanismo social que permite a uma parte - a maior possível - da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contendores para cargos políticos” (Lipset, 1967, p.45).

Segundo Lipset (1967), esta definição implica duas condições específicas a saber:

primeira, uma “fórmula política” ou seja a aceitação de instituições legítimas (aceite por todos), por exemplo: partidos políticos, imprensa livre, etc; segunda, um conjunto de líderes políticos no exercício dos cargos numa competição de um ou mais conjuntos de líderes reconhecidos tentando alcançar esses cargos.

No entanto Dahl (1956), acrescenta as condições mencionadas por Lipset dizendo que: “a democracia é caracterizada por contínua responsabilidade do governo perante as preferências dos seus cidadãos, considerados politicamente iguais”. Segundo Dahl (1956), para haver responsabilidade numa democracia, “os cidadãos devem ter oportunidades de: formular as suas preferências; manifestá-las ao governo por acções individuais e colectivas; ver as

preferências iguais consideradas no comportamento do Governo, sem discriminação por causa do conteúdo ou fonte dessa preferência”.

Para Schumpeter (1984), a democracia se caracteriza muito mais pela concorrência organizada pelo voto do que pela soberania do povo, ou o sufrágio universal, como afirma a teoria clássica. Eis algumas definições formuladas por Schumpeter:

- “a democracia é um método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas - legislativas e administrativas - e portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas” (Schumpeter, 1984, p.304);

- “acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (Schumpeter, 1984, p.336);

- “método que uma nação usa para chegar a decisões” (Schumpeter, 1984, p.305);

- “livre competição pelo voto livre” (Schumpeter, 1984, p.338);

- “governo aprovado pelo povo” (Schumpeter, 1984, p.308).

Por conseguinte Dahl (1956) identifica como condições indispensáveis da democracia, as seguintes:

Liberdade para formar e entrar em organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos políticos; direito para os líderes políticos competirem em votações; fontes de informação alternativas; eleições livres e isentas; instituições governamentais dependentes do voto e de outras expressões de preferência.

Os autores citados, Lipset (1967), Dahl (1956) e Schumpeter (1984) falam nas suas definições de concorrência dos partidos para atingir o governo pela legitimação do voto popular e a responsabilidade que os governantes têm perante o seu povo. Nessa linha de ideias, a democracia exige a existência de partidos que concorrem pelo voto em iguais circunstâncias e depois da formação dos governos, a inclusão de grupos minoritários é essencial para a valorização de opiniões dos diferentes grupos da sociedade. A democracia é

desejável pela maioria pelo facto desta ser um modelo político em que decisões importantes (leis, políticas, procedimentos) são definidas através de escolhas ou preferências dos cidadãos.

Assim, nos dias de hoje, a democracia é “inseparável do respeito pelos direitos individuais, o pluralismo político, o respeito pelas minorias, a participação de cidadãos nas eleições de suas autoridades, a garantia da defesa contra o poder arbitrário dos governantes e, cada vez mais, a introdução dos direitos sociais” (Cardoso 2009).

Por seu turno, Bardhan (2000, p.3) diz que, “se a maioria é pobre, enquanto o processo democrático funciona, os direitos prioritários da minoria rica não devem ser tratados sempre a prior”. Para este autor as leis devem ser equilibradas para favorecer a todos estratos sociais (ricos e pobres). Por que:

em alguns regimes democráticos em exercício de uma admirável estrutura contratual legal em papel, os tribunais e a máquina administrativa são menos desejados pelas circunstâncias em que os homens de negócios têm fortes ligações com os políticos renomados do que seguir condutas legais agem de forma arbitrária (Bardhan, 2000, p.4).

Apesar de Bardhan encontrar uma grande ligação entre o poder político e renomados homens de negócio em países democráticos onde o poder judicial, legislativo e executivo é homogénio, o autor recomenda o equilíbrios das leis para respeitar a todos estratos sociais e maior fiscalização das leis. Portanto, Dahl (1956), não vê as possibilidades de ligação entre o poder judicial, legislativo e executivo, porque em democracia:

o “estrato político” não é homogéneo, mas sim, pluralista e diversificado. O poder está descentralizado e, com ele, as possibilidades de controlo dos governantes e os recursos políticos dos governados. A elite dirigente das democracias pluralistas depende dos subordinados. As poliarquias são de elevada participação e oposição, inclusão e competição (Dahl, 1956, p. 87).

Assim, segundo Dahl (1956), a democracia representativa é uma Poliarquia porque são:

Governos de representação; de extensão ilimitada; com limites à participação democrática (por serem muitos obriga a limites); diversidade política dos seus habitantes (local, regional, étnica); multiplicam-se as clivagens e os conflitos políticos; pluralismo de grupos sociais e organizações; expansão dos direitos individuais (Dahl, 1956, p. 88).

Ainda em relação à democracia, Mill (1981, p.148-149) afirma que ela é o regime político que melhor possibilita a “educação pública dos cidadãos”; ao permitir a mais ampla

participação da cidadania não apenas em processos eleitorais, mas também em espaços da estrutura pública. A democracia desenvolve nos cidadãos a amplitude dos seus raciocínios e a necessidade da criação do “bem-estar” comum.

As democracias modernas baseiam-se em dois valores centrais, a cidadania ampliada e o império da lei. A cidadania ampliada é o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais das pessoas – os direitos à liberdade, expressão e participação política e a uma vida digna e com igualdade de oportunidade para todos. A expressão império da lei (*rule of law*) consagra o princípio de que existem regras acordadas pela população, através de suas instituições legislativas e jurídicas, que regulam as relações entre as pessoas e entre estas e o estado, e se sobrepõem aos interesses ou preferências individuais ou grupais – ninguém está acima da lei (Cardoso 2009).

No seu Livro *on Democracy*, Dahl diz que: uma democracia em grande escala exige: 1 – representantes eleitos; 2 – eleições livres, justas e frequentes; 3 – liberdade de expressão; 4 – fontes de informação diversificadas; 5 – autonomia para as associações; 6 – cidadania inclusiva (Dahl, 2001, p.99-106).

Dahl entende que as seis instituições da democracia poliárquica apresentadas no parágrafo anterior, são observados os critérios democráticos essenciais como a participação efectiva, o controlo dos programas, igualdade do voto, diálogos pacíficos e a observação da inclusão (política, económica e social).

Além disso, para que os mecanismos de democracia deliberativa sejam viáveis, três pressupostos devem estar presentes:

(i) os cidadãos devem estar dispostos a participar das oportunidades de tomada de decisão, (ii) as novas instituições devem ser capazes de se opor aos processos hegemónicos das elites de utilizar o poder dentro das estruturas para viabilizar suas demandas e (iii) deve haver eficiência económica e limitações em relação à redistribuição para que não haja a redução do crescimento de renda real (Groelsemav 2009).

Por sua vez, Przeworski (1997, p.131) aponta como condição mínima para se definir um regime democrático a existência de “[...] um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência de eleições competitivas onde a oposição estiver autorizada a competir, vencer e tomar posse dos cargos”.

De uma perspectiva diferente, O'Donnell propõe uma definição que denomina realista e restritiva, na qual “o regime democrático consiste de eleições competitivas e institucionalizadas, acompanhadas de liberdades políticas [...]” O'Donnell (1999, p.597). Segundo O'Donnell (1999) a definição proposta não tem como foco exclusivo a realização de eleições competitivas; busca estabelecer com exactidão critérios e características a ser verificados empiricamente; e no entanto é restritiva porque não inclui uma lista detalhada das liberdades fundamentais, o que tornaria a definição não apenas imprecisa como empiricamente de difícil utilidade.

Nessa definição, o autor deixa explícito que não basta a realização de eleições, elas devem ser regulares, institucionalizadas e competitivas pelo facto de, haver necessidade de um conjunto de liberdades para garantir a realização de eleições livres, competitivas e justas como a liberdade de expressão, de associação, de informação de livre movimento – ir e vir – como outro elemento fundamental (O'Donnell, 1999, p.592).

Enquanto isso, Duverger citado por Henriques (1996, p.41), identifica três elementos essenciais para o modelo democrático que são:

a designação dos governantes por eleições em sufrágio universal, a existência de um parlamento com vastos poderes e uma hierarquia de normas jurídicas que assegure um controlo das autoridades públicas por juizes independentes. Estas instituições têm o mesmo objectivo: impedir que o poder político se torne demasiado forte [...] o princípio orientador da democracia é o da cidadania. Isto implica não só o direito de ser tratado como igual pelos outros quando se trata de fazer escolhas colectivas, como também a obrigação, por parte daqueles que põe em prática essas escolhas, de serem igualmente responsáveis para com todos os membros da sociedade e acessíveis a eles. Inversamente, este princípio impõe aos governados a obrigação de respeitarem a legitimidade das escolhas feitas por deliberação entre iguais (ou os seus representantes) e o direito, para os governantes, de agirem com autoridade (e, portanto, de usarem de coerção em caso de necessidade) a fim de promoverem e protegerem o regime de ameaças à sua subsistência.

Segundo Bardhan (2000, p.3), a democracia distingue-se em três aspectos: “o primeiro é relativo a observância de direitos civis e políticos básicos; o segundo refere-se a procedimentos de responsabilidade administrativa na observância das leis do jogo político; e por último o período de exercício de representatividade eleitoral”.

Como é perceptível a discussão pelos autores citados O'Donnell (1999), Schmitter (1999), Bardhan (2000), revela que o respeito pelos valores dos cidadãos não se limita apenas no reconhecimento da nacionalidade e de direito à educação e saúde, mas também o direito de contribuir de forma livre com as suas opiniões e críticas dentro e fora de um governo. Tem igual importância o direito de escolher e de rejeitar, o direito de reivindicar e de exigir pelo cumprimento das promessas eleitorais e programas sociais, o direito de exigir a observância dos direitos elementares e pelo cumprimento das competências do estado como um elemento colectivo que preocupa com o bem-estar, o direito da privacidade e de posse de bens materiais adquiridos dentro dos padrões legislativos vigentes no seu país, ser um indivíduo que questiona, indaga e vive o seu país real quer no contexto nacional e no panorama internacional.

A liberdade de expressão referida por O'Donnell (1999), Schmitter (1999) e Bardhan (2000) quando manifestada dentro de padrões legais, pode melhorar a implementação das leis de um país, mas é importante ainda a constituição de grupos (associações ou partidos) que passam a ser reconhecidos e por mecanismos eleitorais podem conquistar a representatividade parlamentar e daí persuadir a boa governação que contribuirá para o bem-estar. Além disso, a observância dos direitos dos cidadãos resulta de um processo de construção de uma sociedade civil forte e isenta, a existência de organizações sociais independentes ou desligadas ao compromisso partidário, constituem uma alavanca para fortalecer as opiniões públicas sobretudo as que defendem a maioria, as iniciativas que favorecem as comunidades e aos pobres tem que ser respeitadas para diminuir as desigualdades sociais. Deste modo, a Democracia tem como base a valorização das leis definidas por todos e para favorecer a todos desde que aja dentro das normas que regulam o funcionamento das instituições de forma particular e do Governo de modo geral.

Embora as definições apresentadas serem diferentes, elas convergem ao admitir que a Democracia permite a pluralidade de partidos e a eleição dos dirigentes por voto. De forma resumida, apresenta-se na tabela que segue, as ideias de três autores, Lipset, Dahl e Schumpeter, sobretudo sobre o conceito democracia e as condições que devem ser observadas pelos Governos para a sua efectivação.

Tabela 03. Quadro resumo das definições de Democracia por 3 autores

	Lipset (1967)	Dahl (1956)	Schumpeter (1984)
Definição da Democracia	Mecanismo social que permite a maior parte da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os concorrentes para cargos políticos.	Governos de representação, de extensão ilimitada e que respeita a diversidade política dos seus habitantes numa expansão dos direitos individuais.	Acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população.
Condições para a Democracia	Instituições legitimadas pelo voto; Concorrência dos políticos pelos cargos governamentais.	Liberdade para formar e entrar em organizações; Liberdade de expressão; Direito para os políticos competirem em votações; instituições governamentais dependentes do voto; cidadania inclusiva.	Eleições livres e isentas; Concorrência política para cargos de decisão.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em (Dahl, 1967; Lipset, 1956; Schumpeter, 1984).

Os autores, Lipset (1956), Dahl (1967) e Schumpeter (1984), convergem ao apontar as condições para a edificação de um estado democrático tais como: a concorrência livre para os cargos políticos através do voto maioritário. Porém, Dahl (1967) acrescenta a cidadania inclusiva e a liberdade de expressão como indispensáveis ao regime democrático.

Nesse contexto, com a definição dada por Dahl pode se entender que ao observar as regras do jogo democrático, é importante ainda que cada cidadão se identifique com as normas democráticas, incorpore como seu estilo de vida valores democráticos, na família, na comunidade, no local de serviço e nos locais públicos. O respeito pelos valores democráticos vai permitir que os problemas políticos, económicos e sociais de uma comunidade, autarquia ou de um país sejam discutidos e solucionados de forma pacífica.

1.1.2. Classificação da Democracia

Segundo Dahl (2001:65), os países democráticos podem se classificar em: antigas democracias, novas democracias e democracias mais recentes. Aos países que vivem democraticamente desde 1950 ou antes, chamou de “antigas democracias”; aos países democratizados após 1950 e que existiram continuamente até 1980 denominou-os de “novas democracias” e; aos países que se tornaram democráticos desde 1981 ou posteriormente a esta data foram classificados em “democracias mais recentes”.

Segundo Lipset (1967, p.46) as democracias subdividem-se em “estáveis e instáveis (ditatoriais)”. Essa classificação é baseada nos problemas que se registam em países de sistema democrático. Segundo o autor, “em países com uma democracia estável há valorização das instituições por si considerar certas e adequadas enquanto, nos países onde falta uma tradição duradoura de democracia política se situam nos sectores subdesenvolvidos do mundo” (Lipset, 1967, p.46). Embora que se faça tal referência, tem que se reconhecer a existência de “países desenvolvidos cuja democracia é instável como o caso da Itália, e, outros que não sendo desenvolvidos levam uma experiência democrática aplaudível como o caso de Cabo verde” (Lipset, 1967, p.46).

Segundo Diamond (2000, p.22),

As democracias distinguem-se em Liberal e Eleitoral. Na democracia liberal também se caracteriza por eleições mas com restrições ao poder executivo, entidades judiciais independentes para sustentarem o Estado de direito, protecção dos direitos

e liberdades individuais de expressão, associação, religião e participação, respeito pelos direitos das minorias, limitações impostas à capacidade do partido no poder para interferir no processo eleitoral, garantias efectivas contra a detenção arbitrária e a brutalidade policial e ausência de censura. As democracias eleitorais têm governos que resultam de eleições razoavelmente livres e justas, mas carecem de muitos outros garantes dos direitos e liberdades que existem nas democracias liberais.

Enquanto isso, Mayor (2000, p.76) adverte que,

Existe também Estado de direito, mas direito injusto (ex: Weimar⁵), nesse estado, não havia liberdade de expressão e as leis só são justas quando há no seu meio, a liberdade. A liberdade funciona como uma porta, um meio, um veículo, um valor fundamental que serve a todos cidadãos mas observando os parâmetros das leis. A emanação da voz do povo é indispensável no Estado de direito.

Com base nas interpretações dadas pelo Mayor, há que considerar a existência de certos regimes que se julgam democráticos por admitir o multipartidarismo, contudo os procedimentos políticos na aprovação das leis, a exclusão das opiniões dos grupos minoritários, a falta de inclusão de grupos minoritários nos níveis de tomada de decisão ou cargos governamentais de relevo levam a uma actuação semelhante a regimes autoritários. Para além de partidos únicos, Geddes (1999, p.125) considera de regimes autoritários aqueles que “proíbem qualquer manifestação política ou aqueles que protagonizam actos humilhantes aos outros partidos ou ainda aos partidos que nunca perderam eleições e os que normalmente ganham com dois terços dos assentos na legislatura”.

Segundo Shivji (1991, p.225),

A democracia se enraíza em três perspectivas: a liberal, a estatista e a populista. A liberal é inspirada pelo liberalismo ocidental, sustentado por princípios de governo limitado, a observância de direitos individuais, o respeito por instituições parlamentares e partidárias, a valorização da competitividade comercial entre privados. A estatista centra-se nas questões de desenvolvimento e o bem-estar. Respeita os princípios de democracia clássica que considera a democracia como instrumento de desenvolvimento. A populista, preocupa-se com os valores liberais mas o estado menos faz para a observância da justiça e igualdade.

⁵ A República de Weimar (em Alemão “*Weimarer Republik*”) foi o nome atribuído pelos historiadores a República Federal e a democracia parlamentar representativa estabelecida na Alemanha em 1919, substituindo o governo imperialista. Em homenagem a cidade Weimar, local em que a assembleia constitucional teve lugar, a República de Weimar sucedeu a Revolução germânica de Novembro de 1918. Em 1919, a assembleia nacional aprovou na cidade de Weimar a nova constituição em 11 de Agosto de 1919. Devido a inúmeros problemas como (inflação galopante, desordem social, desemprego, greves), a República de Weimar durou apenas 14 anos, isto é, até 1933 com a tomada do poder pelo partido Nazi dirigido por Adolfo Hitler (Allen, William Sheridan (1984). *The Nazi seizure of Power: the experience of a single German town, 1922–1945*. New York, Toronto: F. Watts. ISBN 0-531-09935-0).

Segundo Geddes (1999, p.125), existem no mundo certos Estados que simulam a democracia como regime político de governação para controlar o poder, monopolizar as instituições democráticas existentes e excluir os antagónicos, porém, cabe aos cidadãos desses Estados reforçar a sua capacidade de fiscalização dessas instituições e por meio de eleições construir modelos de governação que se inspiram em princípios verdadeiramente democráticos.

Sumarizando as classificações da democracia feitas pelos autores Dahl (2001), Geddes (1999), Shivji (1991) e Diamond (2000), elas apresentam pressupostos diferentes que conduzem a classificações em relação ao tempo em que o Estado aderiu o sistema democrático ou em relação aos princípios que conduzem a governação. Deste modo, há Estados por exemplo, em relação ao tempo é uma antiga democracia e em relação aos princípios de governação é uma democracia liberal.

Portanto, muitos Estados não adoptaram a Democracia como o seu primeiro sistema político, por via disso, passaram por processos de transição democrática iniciados por diferentes actores políticos. A seguir vai-se procurar perceber como é conduzida a transição democrática.

1.1.3. Transição democrática

Segundo Huntington (1994:88-92) o ano de 1828 marca o início da “primeira onda” com a adopção do governo representativo na Inglaterra. A primeira onda durou aproximadamente um século (1828 à 1926), nesse período das 64 nações independentes, 24 eram democráticas, (equivalentes a 45,3%). Contudo, ocorreu uma reversão entre 1922 e 1942, as nações independentes haviam se reduzido a 61, e apenas 12 nações (equivalentes a 19,7%) preservaram no sistema democrático. A segunda onda de democratização transcorreu entre 1943 e 1962. Devido à decadência dos sistemas coloniais, em 1962 o número de estados independentes ascendia a 111, elevando-se as nações democráticas a 36, isto é, 32,4%. A segunda reversão tem lugar entre 1958 e 1975. Em 1973, dos 122 estados nacionais havia apenas 30 (24,6%) democracias. Em 1990, as nações democráticas equivalem a 58 (45% do total). Esta seria a terceira onda. No período subsequente, surgiram novas nações. Em 2006, as Nações Unidas contavam com 192 membros. Em contrapartida, o número de nações democráticas não se elevou substancialmente. Com o fim da União Soviética, os países satélites do Leste Europeu começaram a institucionalizar

a democracia. Em compensação, há diversas baixas na América do Sul e em outras partes do globo. Na recontagem, os países democráticos oscilariam em torno de 60. Segundo Huntington (1994: 95), as principais causas para a emergência da terceira onda são as seguintes: 1) os problemas de legitimação do autoritarismo num mundo em que os valores da democracia tornaram-se largamente aceites; 2) o crescimento econômico sem precedentes posterior a 1960; 3) a mudança de posição da Igreja Católica, resultante do Concílio Vaticano II, que deixou de ser suporte de sistemas autoritários em vários países; 4) a influência externa da Comunidade Europeia e dos Estados Unidos na promoção dos direitos humanos e o impacto dessa influência na antiga zona soviética; e 5) o “efeito demonstração” que a adesão à causa democrática por esse ou aquele país veio a alcançar num mundo onde a comunicação difundiu-se amplamente e tornou-se instantânea.

Segundo Diamond (2010, p.93), em 1995 existiam 117 democracias eleitorais no mundo mas apenas 76 desses países eram referidas como “livres” ou seja, como democracias liberais e cerca de 40 países foram classificados como “parcialmente livres”. Certamente que a passagem do regime autoritário ao democrático significa haver uma transição. O que é então uma transição democrática? Será que o aumento do número de democracias no mundo significa que este sistema político está consolidado?

Para responder essas questões vai-se começar pela primeira. Segundo Garretón (1991) define a transição democrática como sendo “[...] a inauguração ou instalação democrática [...] de um regime que antes era não democrático”. Enquanto isso, Schmitter (1999, p.295) diz que “[...] as democracias devem conter em si potencialidades de mudança permanente e, mais cedo ou mais tarde, de autotransformação; através de processo de deliberação pelos cidadãos e de escolha maioritária, podem supostamente decidir alterar as regras e estruturas”. Todavia Schmitter (1999, p.305) reconhece que os parlamentos podem desempenhar um importante papel na democratização dos regimes, pois, segundo o autor “existem parlamentos bastante fracos que permitem manipulações dos actores políticos do que a sua representatividade dos círculos eleitorais que os elegeram, isso deve-se a disciplina partidária que os parlamentares são impostos dentro e fora sob interesses dos executivos”.

Quanto a segunda questão “Será que o aumento do número de democracias no mundo significa que este sistema político está consolidado?”, vai-se recorrer a autores como:

Schmitter (1999, p.310) afirma que; “[...] a consolidação democrática pode considerar-se concluída depois de as instituições democráticas de base – os partidos, as associações, o parlamento e o executivo – adquirirem um estatuto externo estável e regulamentarem as suas estruturas internas”. Por fim, Schmitter (1999, p.320) coloca três níveis de análise que ajudam avaliar a consolidação democrática;

Primeiro, a consolidação democrática pode ser medida ao nível de instituições discretas. Quais são os partidos, associações, movimentos, assembleias e poderes executivos que surgiram durante a transição ou que são recuperados do passado? (...) segundo, o grau de consolidação democrática pode ser avaliado de acordo com as formas como as instituições políticas se relacionam entre si. Quais os direitos e obrigações formais que são atribuídos pelas constituições, códigos, leis, etc.? ... terceiro, a consolidação democrática pode ser concebida, medida e em última análise avaliada como um processo que esta *Gestalt* de instituições políticas emergentes aos grupos económicos e sociais de apoio, ou pelo menos aceitação, é vital para a sobrevivência a longo prazo.

O contexto apresentado no parágrafo anterior leva a acreditar que para um país estar democraticamente consolidado deve passar por processos que garantem aos cidadãos os seus direitos emanados na constituição. A transição democrática estabelece o direito dos cidadãos, permite o surgimento de várias forças políticas e civis que vão assim ganhando confiança e, se sentirão livres na participação e no estabelecimento de confiança mútua entre os cidadãos. A confiança gradual pelas instituições democráticas existentes leva a consolidação democrática.

Portanto, quanto a transição política Huntington (1994, p.18) identifica três tipos: “i – transição por transformação ou reforma; ii – transição por substituição ou ruptura e, iii – transição por transição”. Segundo Huntington (1994, p.174) na reforma, “os governantes autoritários iniciam com os processos de transição”. Quanto a “transição por ruptura, é a “oposição que lidera o processo de transição” e acontece com o derrube usando a força ou seja, por meios militares, pois, os líderes autocráticos não tem muita força em efectuar a mudança”. Enquanto isso, “a transição por transição é iniciada pela elite ou líderes do regime autoritário que tem interesse em manter as regras vantajosas do jogo político que lhes permita permanecer no poder após a transição”. Para Mainwaring e Share (1989) na transição por transição, “são feitas negociações constantes entre os líderes autoritários e a oposição, mas as

negociações são desiguais, porque os dirigentes autoritários conseguem influenciar as características do novo regime”.

Segundo os autores Huntington (1994), Mainwaring e Share (1989), os líderes autoritários fazem leis eleitorais com intenção de se beneficiarem e, por isso, existem vários exemplos de continuidade política nos novos regimes democráticos, chegando alguns líderes a mais de dois mandatos acomodados por emendas constitucionais que os seus pares aprovam em parlamentos que são dominados com mais de dois terços.

Na consolidação de democracia os actores acomodam-se em trincheiras fixas definidas por percepções de interesses definidos, confrontam-se entre si numa gama alargada de questões, mobilizam e organizam as respectivas bases de recursos, lutam de acordo com as regras e técnicas conhecidas e procuram obter vantagens marginais, em vez de tentarem derrotar-se ou eliminar-se uns aos outros (Schmitter 1999, p.298).

Parafreseando a citação de Schmitter, é obvio que o confronto democrático acontece dentro de regras conhecidas pelos concorrentes do poder governativo, ou seja, o fim último dos actores políticos de diversas facções é chegar ao poder. Portanto, é evidente que cada partido tenha a capacidade organizativa e mobilizadora de convencer maior número de eleitores que ajudarão a dar vitória em pleitos eleitorais. Consequentemente, os períodos que antecedem as eleições tem sido conturbados quebrando por vezes a continuidade da confiança mútua entre os principais partidos opostos que se confrontam na conquista do poder. Nessa luta pelo poder, surgem clivagens fora do parlamento que por vezes afectam a estabilidade social e económica dos países e isso, afecta também a consolidação democrática.

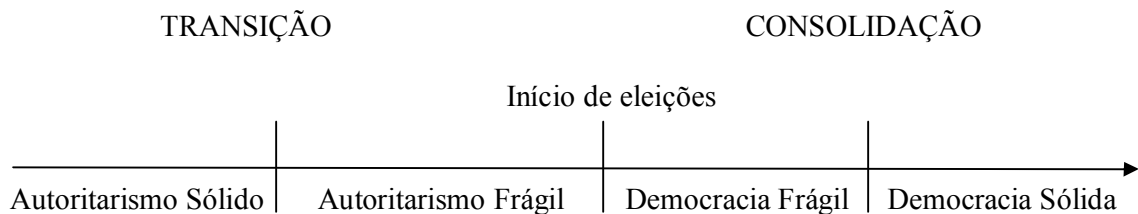
Por seu turno, Linz e Stepan (1999) defendem que, para se chegar a uma consolidação democrática, “é necessário que a transição esteja completa. Isso acontece quando um governo chega ao poder por via de eleições directas e quando existe uma certa independência entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”. Ora, por essa via, “a maioria dos casos africanos de transição política está longe de ser considerada de transição completa” (Linz e Stepan

1999). Contudo Bakalo (1993) diz que: “a maioria dos regimes autoritários monopolizou o processo eleitoral com vista a manter se no controlo do aparelho do estado”.

Os autores Bakalo (1993), Linz e Stepan (1999) defendem que, para um país tornar-se democrático tem de acomodar exigências, interesses, vontades da maioria (partidos e associações) por meio de arranjos regulares que se transformarão em instituições democráticas reconhecidas por todos cidadãos respeitam-se as vontades das minorias e melhora-se a fiscalização das leis e normas.

Como forma de ilustrar as fases de transição e consolidação democrática, apresenta-se o esquema que se segue:

Esquema 01. Fases da democratização



Fonte: Schedler (2001, p.6)

As quatro fases da democratização demonstram a interdependência entre elas pelo facto do processo de democratização não ser instantâneo, as etapas vão-se construindo com a aceitação das instituições democráticas que surgem ou criadas para a fiscalização do poder executivo, com a solidificação da confiança mútua entre os grupos políticos que concorrem para atingir o governo e culmina com a aceitação dos resultados pelos adversários eleitorais. Segundo Schedler (2001, p.7), “a democracia moderna possui um acordo institucional que requer: eleições livres, justas, inclusivas e competitivas”.

Contudo, como apresenta o esquema sobre as fases da democratização, entre o autoritarismo frágil e a democracia frágil sucedem várias desconfianças entre os grupos

políticos, a população vive a incerteza entre o regime autoritário e a construção do regime democrático, nessa fase ainda resiste o clima de intolerância entre o regime autoritário com os outros actores políticos. As clivagens remanescentes entre a fase do autoritarismo frágil e a democracia frágil retardam a consolidação democrática.

Segundo Huntington (1994:101), esquematicamente, os problemas que mais influem na consolidação democrática seriam os seguintes: 1º) atitude diante da tortura (punição ou esquecimento), desde que pode deixar a nação estancada no passado ou com o sentimento de impotência diante do problema seguinte; 2º) a questão pretoriana, isto é, capacidade dos militares de opor-se às reformas ou possibilidade de que trilhem o caminho da profissionalização; 3º) intensidade dos problemas conjunturais que podem conduzir rapidamente ao saudosismo do ciclo autoritário; 4º) a possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia; e, 5º) a institucionalização do comportamento político democrático. Tal resultado depende de reformas que a própria beneficiária (a elite política) reluta em empreender, constituindo um sistema eleitoral isente.

Como descreve Huntington no parágrafo anterior, os actores políticos que organizam a mudança do sistema político, sejam eles (militares ou manifestantes) têm de aceitar e obedecer a constituição e outras leis por eles acordados ou em vigor no país, permitir a profissionalização dos órgãos eleitorais, encorajar práticas democráticas nas instituições e admitir que os cargos governativos são conquistados por via de voto maioritário obtido com imparcialidade.

Tratando-se do objectivo principal do presente trabalho, compreender a relação existente entre a Democracia e o Desenvolvimento em Moçambique, vai-se discutir a seguir o conceito Desenvolvimento que ajudará a perceber os elementos que conceitualizam o desenvolvimento.

1.2. Desenvolvimento

1.2.1. Discussão do Conceito Desenvolvimento

O termo desenvolvimento na literatura económica foi tema de várias definições, por exemplo, Osman (2010, p.229) define desenvolvimento como o “resultado de um aumento de produtividade com base de inovação tecnológica, melhoria da organização do trabalho pela alteração de sistemas e de processos, para além da introdução de equipamentos e materiais mais modernos”.

Segundo Castel-Branco (2010, p.144) desenvolvimento é definido como sendo, “o processo de formação generalizada de ligações entre actividades económicas e capacidades produtivas que resultam de pressões económicas concretas e contínuas”.

Colman e Nixon (1981) definem o desenvolvimento como: “um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores”. A visão destes autores baseia-se na distinção entre o crescimento e o desenvolvimento económico, porque segundo eles o crescimento seria mero aumento da renda *per capita* enquanto desenvolvimento envolveria transformações sociais.

Porém, Bresser-Pereira (2006) define desenvolvimento como:

Um fenómeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estado-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

De forma a entender o progresso económico de alguns países na esfera mundial, inicia-se por uma descrição de modelo de desenvolvimento europeu que pode servir de espelho para alguns países africanos que queiram trilhar o mesmo caminho, sem critérios específicos de escolha, vai-se falar de forma generalizada da Europa.

“A globalização obriga o estabelecimento de processos eficazes para a manutenção de um alto nível de competitividade, não somente nas empresas, mas em todo o sistema económico, ou seja, em todo o tecido económico e institucional do ambiente relacional das empresas” (Casarotto e Pires 1998, p.86). Assim sendo, cria-se uma relação de dependência muito clara entre a competitividade de uma empresa e seu ambiente competitivo.

Segundo Bertini (1998), na experiência de desenvolvimento europeia, percebe-se que aspectos culturais, ligados à história, à estrutura social das comunidades locais e aos hábitos arraigados de trabalho e empreendedorismo, tiveram um papel fundamental na geração espontânea deste sistema de alta performance industrial.

Deste modo, [...] estímulos horizontais dos mais diversos tipos (serviços de informação tecnológica, formação de pessoal para pesquisa, desenho industrial, etc.) se articulam melhor em torno das regiões. A proximidade dos problemas permite às autoridades regionais um conhecimento mais aprofundado da economia de seu território, que sempre apresentará diferenças em relação às outras regiões (Brito e Bonelli, 1997, p. 3).

Segundo Casarotto e Pires (1998, p.87),

o modelo de desenvolvimento regional conduz a uma competitividade entre diferentes regiões de um país, isso, aumenta a produção. O aumento da produção entre regiões é estimulado pelas ofertas e oportunidades de negócios que crescem à medida que há mais empreendedorismo e a procura pelo capital económico em virtude de fazer crescer os lucros das pequenas e médias empresas.

Segundo PNUD (1998, p.8),

o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que não gera apenas crescimento económico, mas distribui também os seus benefícios imparcialmente. Regenera o ambiente em vez de destruir, fortalece o povo em vez de o marginalizar. É o desenvolvimento que dá prioridade aos pobres, alargando as suas escolhas e oportunidades, proporcionando-lhes uma participação nas decisões que afectam as suas vidas. O desenvolvimento é favorável ao povo e à qualidade dos empregos, favorecendo as mulheres.

O desenvolvimento é tratado nesse trabalho como o reflexo da economia do país na satisfação da maioria da população pobre como resultado dos programas de governação, o gozo dos mais básicos direitos universais e onde a constituição é observada por todos num verdadeiro ou crescente jogo democrático. Em seguida vai-se descrever a relação entre a Democracia e o Desenvolvimento com base em consulta bibliográfica.

CAPÍTULO II. RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo vai falar especificamente da relação existente entre a democracia e o desenvolvimento sob perspectiva de vários autores clássicos. A democracia tem alimentado o sonho da maioria sobre um progresso social e económico equitativo. Mas esse processo não é linear por isso levanta muitas questões como: é a democracia que traz desenvolvimento ou é o desenvolvimento que promove a democracia? Sob esse enigma vários autores divergem nas suas opiniões e conclusões de diversos estudos. Com base nesses autores procura-se neste capítulo, entender como se relaciona a democracia e desenvolvimento ou vice-versa.

2.1. Que relação existe entre Democracia e Desenvolvimento

A relação existente entre democracia e desenvolvimento tem pela sua complexidade merecido a atenção de vários académicos (Lipset 1959; Diamond 1999; Ake 2000; Bardhan 2000, Sirowy e Inkeles 1991; Przeworski e Limongi 1993; Campos 1994; Huntington 1994, 2000; Elster 1994; Przeworski 1997, 2000; Robinson 2006; Branco 2009).

Enquanto uns autores (Lipset 1959; Huntington 1994, 2000; Robinson 2006) argumentam que o desenvolvimento é um pré-requisito para a democracia, outros autores (Ake 2000; Bardhan 2000; Campos 1994) contra argumentam que a democracia resultará o desenvolvimento, e outros ainda (Przeworski e Limongi 1993, Branco 2009) defendem uma teoria menos dicotómica e argumentam que não se pode considerar a democracia ou o desenvolvimento como pré requisitos independentemente da ordem, o que empiricamente se tem constatado é que o regime democrático tem maior resistência quando acompanhado por desenvolvimento.

Segundo Bardhan (2000), muitos acreditam em democracia não apenas por ser bom regime político mas pelo facto de esse ter um valor inestimável na produção de um processo de desenvolvimento. Pois, se a definição de desenvolvimento inclui geralmente o bem-estar da maioria da população, incluindo algumas liberdades políticas e civis básicas, que seguramente são garantidas em democracia e por definição, mais se atinge o desenvolvimento num regime democrático do que em outros regimes.

Na sua obra “*Democracy and Development: A Complex Relationship*” Bardhan, coloca em causa as literaturas de base empíricas de cinco (5) autores que trazem três conclusões diferentes: uma escrita por Sirowy e Inkeles (1991) que encontra uma relação negativa entre democracia e o desenvolvimento; outra de Campos (1994) esta fala de uma relação geralmente positiva; e outra de Przeworski e Limongi (1993) esta é agnóstica “não sabemos quando a democracia promove ou regride o crescimento económico”. Por via disso, Bardhan, nos seus estudos procurou perceber os mecanismos pelos quais a democracia pode ajudar ou retardar os processos de desenvolvimento.

Segundo Bardhan (2000, p.8), “a democracia permite desenvolvimento através de mecanismos de *accountability* que limitam o abuso de poder do executivo, e providenciar um sistema de um período de punição às intervenções indesejáveis do governo na economia e satisfazer as intervenções às calamidades”. Enquanto isso, Huntington (2000, p.20-21) diz que; “existe uma forte correlação entre níveis de democracia e níveis de desenvolvimento económico”. O autor faz referência a todos países mais ricos do mundo serem democráticos com excepção da Singapura e quase todos os países mais pobres do mundo não serem democráticos mas adverte que a correlação não prova a existência de uma relação causa-efeito, contudo, “quem quiser criar democracia deve promover o crescimento económico”.

Para explicar a relação existente entre o crescimento económico e a democracia, Huntington apresenta cinco razões:

Primeira; o desenvolvimento económico induz a níveis mais elevados de urbanização, de alfabetização, de educação, bem como uma mudança estrutural do mundo profissional, caracterizada por um declínio em dimensão e importância da população ligada à agricultura e um desenvolvimento da classe média e da classe trabalhadora urbana; segunda, o desenvolvimento económico permite maior produção de recursos, públicos e privados, para serem distribuídos entre os grupos em sociedade. Gradualmente a política vai deixando de ser um jogo de soma zero, sendo assim estimulados o compromisso e a tolerância; terceira, o crescimento económico gera uma economia mais complexa, cada vez mais difícil de controlar pelo Estado; quarta, o abrandamento do controlo estatal sobre a economia conduz a criação e crescimento de centros de poder independentes, alicerçados no controlo do capital, da tecnologia e das comunicações pelo sector privado, sem a intervenção governamental e; quinta, o crescimento económico rápido gera a longo prazo uma maior igualdade na distribuição de rendimentos. Ao mesmo tempo que é incompatível com a igualdade económica total, a democracia é igualmente incompatível com grandes desigualdades de riqueza e rendimento (Huntington 2000, p.20-21).

Por conseguinte Bardhan (2000, p.7) diz que: “as regras e leis construídas em democracia não conduzem por si ao desenvolvimento”. Nessa perspectiva, as leis construídas democraticamente devem ser postas em prática por todos sobretudo as instituições de justiça devem exigir o cumprimento e sancionar os infractores de acordo a legislação em vigor.

Por sua vez, Lipset (1959) recorreu a uma grande variedade de indicadores de democracia e de desenvolvimento, como o nível do rendimento, a taxa de urbanização e de industrialização, comparando esses itens em vários países, o que permitiu o autor estabelecer uma série de condições económicas indispensáveis para a democratização. Em respeito à consolidação, à durabilidade da governação democrática, Przeworski et al (2000), sustentam que, com um bom rendimento por habitante nenhuma democracia no mundo jamais foi derrubada enquanto isso, abaixo de um rendimento médio a esperança de vida de uma democracia tem sido de, apenas, seis anos.

Aqui se questiona mais uma vez que relação existente entre o nível de rendimento por habitante e a democracia? Segundo Robinson (2006), “os rendimentos e a democracia aparecem correlacionados, tal se deve ao facto de determinadas características de uma sociedade estarem na origem tanto da sua prosperidade como da natureza democrática da sua governação”.

Segundo Branco (2009, p.79), “o nível do rendimento não parece, pois, constituir uma condição necessária para a democracia [...] a sua evolução, ou seja o ritmo do seu crescimento, é mais susceptível de influenciar o processo de democratização”. Assim, “em muitos países pobres democráticos, na Ásia nomeadamente, tem-se assistido a um sensível crescimento económico, enquanto na África subsaariana, pelo contrário, o panorama é deveras negativo, nesta parte do continente, os salários reais caíram em mais de 25% entre 1970 e 1998” (Hugon, 2001, p.64). Segundo PNUD (2004, p.187), “entre 1975 e 2002 o conjunto dos países em vias de desenvolvimento viu o seu rendimento por habitante crescer em 2,3% ao ano enquanto, pelo contrário a África Subsaariana viu o seu rendimento por habitante diminuir a uma taxa de 0,8% ao ano no mesmo período”.

Por seu turno, Lipset (1967, p.78), diz que:

A estabilidade de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento económico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político. A eficácia significa o desempenho real, a medida em que o sistema satisfaz às funções básicas do Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos grupos nela abrangidos (seja as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram. A legitimidade envolve a capacidade do sistema para engendrar e manter a crença de que instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a sociedade.

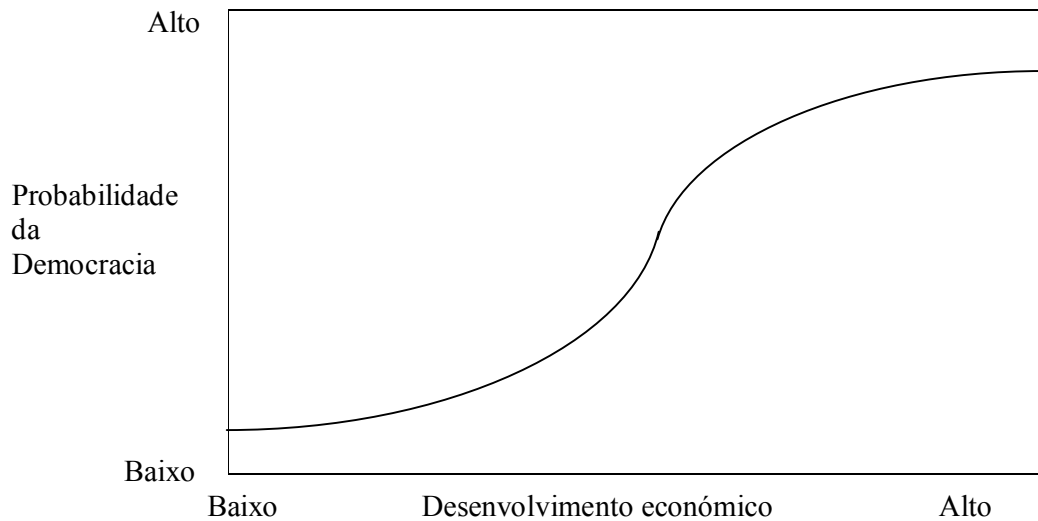
A relação entre democracia e desenvolvimento pode ser colocada sob duas perspectivas: um, de conflituosidade e dois, de compatibilidade. Há conflituosidade na medida em que o desenvolvimento requiere escolhas políticas decisivas e uma implementação efectiva (é prático em regimes autoritários); os conflitos étnicos e regionais interferem no desenvolvimento económico; a democracia arruína investimentos enquanto isso, há compatibilidade na medida em que o desenvolvimento progressivo requer escolhas políticas que conduzem ao desenvolvimento e na distribuição dos bens; o regime democrático é menos propenso a corrupção (Huntington e Dominguez 1975).

Os dois autores (Lipset, 1967 e Huntington & Dominguez, 1975), vêm a democracia como a primeira condição para criar políticas que conduzam ao desenvolvimento e a estabilidade política pela legitimação das instituições políticas que garantem a distribuição dos bens e controlo de corrupção que desestabiliza o sistema.

Na análise feita por Geddes (1999, p.118), que se baseou de vários estudos de escolas e épocas diferentes, concluiu que; “existe uma relação positiva entre o desenvolvimento

económico e a probabilidade de sobrevivência de um governo democrático”. Para sustentar essa relação, apresenta-se o gráfico seguinte:

Gráfico 01. A relação entre o desenvolvimento económico e a democracia



Fonte: Geddes (1999)

No gráfico acima, mostra que a relação não linear entre o desenvolvimento económico (eixo horizontal) e a probabilidade da democracia (eixo vertical) assume o padrão de “S” numa variável dependente que varia entre zero (0) e um (1), valor mais baixo e mais alto respectivamente.

Na interpretação do gráfico, por meio de observação causal Przeworski & Limongi (1997) dizem ser “notável em países com um certo nível de desenvolvimento, a probabilidade de democracia estar perto de 100% e, a probabilidade do autoritarismo esta semelhantemente perto de 100%”. Enquanto isso, Geddes (1999, p.119), diz que: “em países com um nível médio de desenvolvimento cujo alternância de regime entre democracia e autoritarismo é frequente, a probabilidade de democracia está perto de 50%”.

Segundo Ake (2000, p.206),

Desde os anos de 1980, quando os governos africanos iniciaram a implementação das reformas económicas e políticas, a democracia tornou-se um paradigma crucial

para as análises e acesso ao desenvolvimento político em África. Para a comunidade doadora, a adesão a uma política democrática tornou-se uma condição para subsequentes ajudas económicas. A democracia era vista como uma necessidade política apropriada para acomodar o progresso social e económico.

Na mesma perspectiva, para salvaguardar o valor da democracia que respeita os direitos civis, Ake identifica o “problema da simultaneidade”. Segundo Ake (2000, p.87), na “linha ortodoxa, a economia está separada da política, e o desenvolvimento é oposto à democracia. Isso, faz imediatamente a democracia inimiga da reforma económica e desenvolvimento”. Assim Ake, propõem uma solução do problema da simultaneidade “a democratização do desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia, essa é, o fundo da experiência democrática em qualquer esfera” (Ake 2000, p.87).

As interpretações de Ake (2000), levam a acreditar que o processo de democratização e de desenvolvimento seja complexo. Partindo do desenvolvimento para a democratização ou de um processo democrático que conduz ao desenvolvimento económico, esses processos necessitam de um grande apoio do povo. Por conseguinte, Lipset (1959, p.71) aponta a duas características principais e complexas do sistema social que são considerados como aqueles que afectam o problema da estabilidade democrática: “desenvolvimento económico e a legitimidade”.

Analisando as características identificadas por Lipset, o desenvolvimento económico e a legitimidade reforçam o convívio democrático numa relação de interdependência tripla, num contexto que o desenvolvimento económico depende da legitimidade e esses por sua vez criam estabilidade democrática. A gestão transparente dos bens do estado e impostos alavancam a edificação de infraestruturas públicas que por sua vez multiplicam as oportunidades que geram rendas e conseqüentemente o desenvolvimento económico. Esse desenvolvimento que emerge sob mecanismos legitimamente aceites e controlados por instituições democráticas criam estabilidade democrática. Contudo Geddes (1999, p.135) adverte que, “as crises económicas ameaçam a sobrevivência de todas formas de governo,

democrático e autoritário. Os governos militares são mais vulneráveis a quedas económicas sucessivas, pois, o fraco desempenho económico pode precipitar ou piorar divisões no corpo de exercício oficial”.

Portanto as posições dos autores Ake (2000), Geddes (1999) e Lipset (1959) vêm a confirmar a complexa relação existente entre a democracia e o desenvolvimento económico. Tanto a democracia como o desenvolvimento económico suportam vários requisitos que devem ser seguidos passo-a-passo de modo a cumpri-los e actualizá-los sempre que as circunstâncias os exigir. Em democracia tem que se respeitar também os grupos minoritários e as leis têm de funcionar para todos sem exceção da origem, raça e estatuto social enquanto o desenvolvimento económico tem de gerar o bem-estar para a maioria da população tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais. Mas, as economias muitas vezes são dependentes e susceptíveis a crises económicas ou financeiras e ainda a desvalorização da moeda, tais crises afectam a economia e como consequência o índice do desemprego aumenta, baixa o poder de compra das famílias e como medidas de contenção das crises os governos cortam alguns benefícios sociais e aumentam as taxas de imposto. Tais medidas, não são suportáveis pela maioria da população que vê o seu rendimento reduzido e com preços elevados, isso provoca acções de greves que se alastram a porporções de crise política ou guerra.

Para compreender a complexa relação entre a democracia e o desenvolvimento, apresentam-se na tabela que se segue as principais ideias de Ake, Bardham, Huntington, Lipset e Przeworski.

Tabela 04. Quadro resumo da relação do conceito democracia e desenvolvimento

	Democracia	Desenvolvimento	Democracia e desenvolvimento
Ake (2000)			A democracia torna-se crucial para o acesso ao desenvolvimento. Tanto da democracia se pode chegar ao desenvolvimento como com o desenvolvimento pode se chegar a democracia por meio de “democratização do desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia” desde que haja apoio do povo.
Bardham (2000)	Regime político que se caracteriza pela observância de alguns direitos civis e políticos básicos ou mínimos desejados pelos cidadãos, respeita as leis definidas do jogo político numa representatividade eleitoral.	Bem-estar da maioria da população, incluindo algumas liberdades políticas e civis básicas.	Mais se atinge ao desenvolvimento num regime democrático do que em outros regimes. As regras e leis devem ser postas em prática por todos para produzirem desenvolvimento. Democracia permite desenvolvimento através de mecanismos de <i>accountability</i> que limitam o abuso de poder executivo.
Huntington (2000)	Democracia é incompatível com desigualdades de riqueza e rendimento.		Existe uma forte relação entre níveis de democracia e níveis de desenvolvimento económico. Quem quiser criar democracia deve promover o crescimento económico.
Lipset (1959)	Mecanismo social que permite a maior parte da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os concorrentes para cargos políticos.		A estabilidade da democracia não depende somente do desenvolvimento económico mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político.
Przeworski (1997, 2000)	Um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência de eleições competitivas onde a oposição tem possibilidades de vencer e tomar posse dos cargos.		Um rendimento por habitante acima da média fortalece a democracia pela sua redução da intensidade de conflitos distributivos.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em (Ake, 2000; Bardham, 2000; Huntington, 2000; Lipset, 1959; Przeworski, 1997, 2000).

Com base no quadro resumo apresentado pode-se entender que o regime democrático não é o único que pode conduzir um país ao desenvolvimento mas comparativamente com outros regimes, este oferece melhores opções para o povo punir os maus governantes por meio de voto. Além disso, um dos grandes fundamentos da democracia é a valorização das leis e o uso da expressão de forma livre. E ainda, a democracia promove políticas públicas que combatem as acentuadas desigualdades sociais. Adiante, para analisar a relação existente a democracia e desenvolvimento em Moçambique, abre-se o capítulo três que se segue.

CAPÍTULO III. O PERCURSO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE

Este capítulo tem quatro partes distintas: a primeira parte descreve a democratização do país desde 1990, a segunda parte descreve o desenvolvimento económico e social, a terceira parte apresenta o índice de pobreza do país e a última parte retrata da dívida externa do país. Na descrição da democratização tratou-se dos processos eleitorais e situações decorrentes no período pós-eleitoral. Na descrição do desenvolvimento económico e social recorreu-se a publicações e relatórios que retratam a situação económica do país, os índices de desenvolvimento humano e a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e, os indicadores de desenvolvimento sociais como a educação e a saúde. Na terceira e última parte estão apresentados os factores determinantes da pobreza e o défice orçamental do país respectivamente. Para a apresentação dos dados empíricos foram usadas as tabelas e gráficos.

3.1. A democratização de Moçambique

Segundo Macuácu (2011, p.7) “a introdução do multipartidarismo em 1990 não é corolário do Acordo geral de Paz. A decisão da revisão constitucional foi tomada pela V Sessão do Comité Central da FRELIMO reunida de 30 de Junho a 8 de Julho de 1986⁶, antes do início das negociações que culminaram com o Acordo Geral de Paz (AGP)”⁷. Por conseguinte, Macuácu reconhece que a democracia é o melhor modelo de governação embora não seja um

⁶ No mês de Outubro do ano de 1986 morre o Primeiro Presidente de Moçambique, Samora M. Machel num fatídico acidente aéreo e no seu lugar foi indicado o ex-presidente Joaquim A. Chissano que conduziu todo processo de transição constitucional do monopartidarismo ao multipartidarismo.

⁷ Edson Macuácu foi porta-voz do Partido FRELIMO, Secretário para Mobilização e Propaganda do Partido, Membro do Comité Central da FRELIMO, Deputado e membro da Comissão Permanente da Assembleia da República.

sistema perfeito; sendo assim, o seu partido não o considera como um processo acabado nem estático mas um processo dinâmico que evolui em várias fases da história (Macuácuá, 2011, p.7).

Na opinião de Macuácuá, a estrutura do partido FRELIMO é baseada no centralismo democrático e o método de trabalho dos seus órgãos é orientado pelos princípios do espírito democrático; espírito colectivo; unidade de acção; espírito de responsabilidade; crítica e autoestima e ajuda mútua (Macuácuá, 2011).

Por sua vez, Afonso Dlhakhama⁸ tem-se intitulado pai da democracia em Moçambique por ter lutado via armada durante 16 anos contra o regime monopartidário da FRELIMO. Nessa luta titânica pela paternidade da democracia no país leva a entender que o sistema democrático veio elevar a autoestima de muitos moçambicanos.

Portanto, revisitando a Constituição da República de 1975, consta no Art. 2 “A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular em que as camadas patrióticas se engajam na construção de uma sociedade, livre da exploração do homem pelo homem” (Assembleia Popular, 1988).

Como se pode perceber, a ideia de construir um Estado moçambicano democrático remonta à independência do país mas num modelo de partido único, onde não havia o voto popular mas sim dos militantes e simpatizantes do partido para eleger a Assembleia Popular e o Presidente era indicado pelo Comité Central do Partido. Este modelo não foi no entanto uma democracia.

Como refere Flanary (1998, p.184),

Os Estados Africanos falharam em prover o bem-estar colectivo às pessoas, como também se mostraram incapazes de proporcionar o desenvolvimento e o crescimento de uma economia autónoma e eficiente. A escolha por um modelo de desenvolvimento económico baseado no centralismo e na planificação estatal criou obstáculos para o

⁸ Afonso Dlhakhama, líder da RENAMO em entrevista no Canal Televisivo da TVM no programa “Quinta à Noite” em 2012.

desenvolvimento de uma economia privada forte e têm também atrapalhado a construção da democracia no continente.

Segundo Flanary (1998) citado por Évora (2004, p.47) dizem que:

A necessidade de se fazer uma reforma económica foi um dos pilares para se fazer a transição em África. Após a abertura política, em muitos países houve um esforço para transformar seu antigo sistema económico de características centralizadas e planificadas para um baseado na concorrência e no livre mercado. Mas há grandes obstáculos como uma estrutura de comércio rudimentar, ausência de mercado interno e ausência de um parque industrial moderno.

No contexto de Moçambique o processo de transição política foi iniciado pelo partido único no poder. Esse partido (FRELIMO) aprovou a segunda constituição em 1990 que abriu espaço ao multipartidarismo e a liberdade de expressão como elemento importante para a valorização do novo sistema político.

Por conseguinte, no mesmo ano (1990) como angular do processo iniciado em anos anteriores, através da comunidade religiosa *Santo Egidio*⁹ e mediadores Mário Raffaelli, representante do Governo da República Italiana e dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira¹⁰, foram criadas as condições em Roma para a negociação da paz entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO (Boletim da República, 1992, p.17-18).

Depois de várias rondas negociais e assinatura de vários protocolos, foi possível a assinatura do AGP em 04 de Outubro de 1992. Com a Paz estabelecida, foi possível em 1994 a realização das primeiras eleições multipartidárias que deram vitória ao partido FRELIMO. Ou seja, o voto popular confiou no partido que conduziu os acordos de paz a continuar com o seu projecto político pós-guerra.

Partindo do princípio que a transição do monopartidarismo ao pluripartidário em Moçambique foi preparada pelo regime de partido único, foram engendradas várias reformas

⁹ Santo Egidio é uma Comunidade da Igreja Católica sedeada em Roma, Itália que promove acções de solidariedade e paz. Nas negociações de Roma estavam na mesa como observadores desta Comunidade, Prof. Andrea Riccardi e dom Matteo Zuppi.

¹⁰ dom Jaime Gonçalves foi Arcebispo da Beira até ao ano de 2012.

políticas, sociais e económicas, como a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), a valorização do associativismo e outras medidas que foram a base para acomodar a liberdade de expressão (Hanlon e Nuvunga, 2003). Com base nesse pressuposto pode-se concluir que a transição foi bem-sucedida embora de forma incompleta. Pois, segundo Schedler (2001, p.2), “a consolidação democrática é completa quando os actores democráticos deixam claro sobre a possibilidade de emergir novo regime democrático, enfraquecendo desse modo as expectativas do regresso ao autoritarismo”.

Segundo Mazula (2000, p.33),

a democracia respeita as minorias e trabalha com e para elas. Há no mercado político, uma tendência de recusar a existência de minorias. [...] eliminar a oposição é amordaçar a democracia. Partidos conscientes, responsáveis, estejam eles no poder ou não, revitalizam a oposição, por que a democracia é igualmente competitiva e cooperativa.

O mesmo autor, diz ainda que: “a democracia só é forte quando, por um lado, se apoia numa oposição igualmente forte combinada com a liberdade política e responsabilidade social e, por outro, a oposição funciona na base de projectos viáveis” (Mazula, 2000, p.35).

Os autores, Mazula (2000), Schedler (2001) e Évora (2004), contextualizam a democracia como um sistema que favorece melhores condições de liberdades individuais, participação na vida política e a isenção na arbitragem da justiça, por isso, para um país estar democraticamente consolidado é necessário que haja um desenvolvimento económico e as instituições edificadas democraticamente têm de ser aceites pelo seu bom desempenho. No caso de Moçambique que segue o sistema democrático a mais de vinte anos, ainda tem a sua economia muito dependente, daí lhe está reservado o desafio de escolha de políticas para uma sustentabilidade económica, pois, os cidadãos querem ver mais segurança na sua cidade, no seu bairro, promoção de serviços sociais ou seja, o cidadão anseia o bem-estar cuja responsabilidade é a atribuída ao Estado.

Moçambique encontra-se numa fase de amadurecimento da Democracia. A democratização teve início a mais de duas décadas¹¹, com este regime o país procura diminuir as assimetrias sociais (como rege o programa governamental - combater a pobreza¹²), expansão da rede escolar e sanitária, melhoramento das vias de acesso, acessibilidade dos serviços públicos mas em contrapartida os índices de corrupção¹³ são elevados, o desemprego, a criminalidade nas grandes cidades é crescente contribuindo para um clima de insegurança aos cidadãos.

Deste modo, se analisar-se as condições necessárias para a consolidação democrática que Moçambique respeita, se destaca a liberdade na formação de partidos políticos (multipartidarismo), a concorrência entre os representantes dos partidos para dirigir o governo (por eleições gerais directas para a eleição do presidente e indirecta na eleição dos deputados), há liberdade de expressão pelo facto de existirem muitos órgãos de comunicação social como Rádios, Televisão e Comunicações privadas e estatais. Porém, quanto a eleições livres e isentas¹⁴, constitui um aspecto muito debatido e reclamado pelos partidos da oposição. O outro aspecto menos valorizado é a inclusão, pois, no governo do dia não há sequer um elemento vindo dos partidos da oposição, se isso acontecesse estar-se-ia a observar uma das condições importantes para o convívio democrático.

As instituições democráticas instaladas em Moçambique vão se consolidando à medida que o tempo vai passando e com um compromisso democrático dos governantes eleitos, a democracia vai ser mais forte. Segundo Dahl (2001, p.98), “quando um país passa de um governo

¹¹ Refere-se a mais de duas décadas de implementação do sistema democrático a contar desde a aprovação da Constituição da República em 1990, ou mesmo desde, 1992, ano do cessar-fogo pelos acordos de Roma passaram até 2012, duas décadas.

¹² Plano Económico e Social 2004-2009.

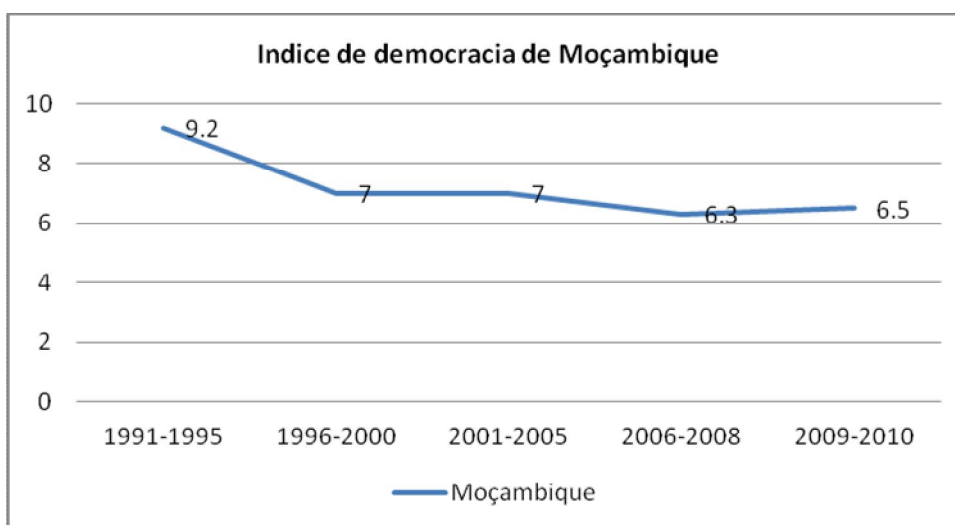
¹³ Doadores chegaram a exigir ao Governo um instrumento de combate a corrupção devido a impunidade aos dirigentes superiores do Estado e empresas públicas que desviam fundos públicos (Jornal Savana de 03/06/2011).

¹⁴ O Partido RENAMO boicotou as primeiras Eleições Autárquicas de 1998 e não reconheceu oficialmente os resultados eleitorais de 1999, 2004 e 2009 alegando parcialidades órgãos eleitorais.

não-democrático para um governo democrático, os arranjos democráticos iniciais aos poucos se tornam práticas e, em devido tempo, torna-se instituições”.

Por via disso, nota-se que os índices de democracia em Moçambique têm tendências estáticas e decrescentes, de 1996 à 2005 o nível de democracia estagnou-se em sete (7) pontos, de 2006 à 2010, os níveis de democracia desceram para aproximadamente 6,5. Vide o gráfico seguinte.

Gráfico 02 – “Níveis de democracia”¹⁵ de Moçambique



Fonte: *Freedom House* (1990-2010), [2 = Livre; 14 = 'Não Livre'].

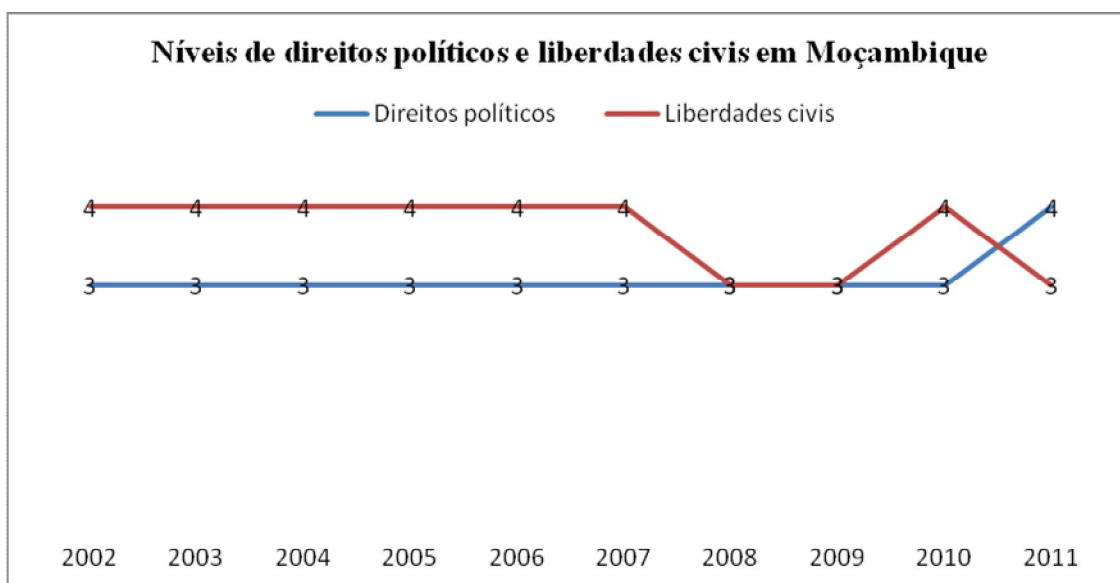
Os valores que o gráfico ilustra, mostram como o país é classificado relativamente aos direitos políticos e as liberdades civis. Se o catorze (14) significa que não há liberdade nos direitos políticos e liberdades civis e o dois (2) significa que há liberdade na manifestação dos

¹⁵ Considerou-se como Níveis de democracia a soma das Liberdades Políticas e Liberdades Civas do índice de *Freedom House*. Na classificação da *Freedom House* para cada nível o valor mínimo é 7 e valor máximo é 1. Na soma dos valores dos dois níveis, o 2 representa a valorização das Liberdades Políticas e Civas e o 14 a desvalorização dos níveis democráticos.

direitos e liberdades, logo, em Moçambique respeitam-se os direitos políticos e as liberdades civis parcialmente ou seja Moçambique está no nível intermédio entre o 'Livre' e o 'Não Livre'.

De forma separada apresenta-se em seguida no gráfico 3, a correlação entre as liberdades políticas e direitos civis de 2002 à 2010.

Gráfico 03 – Níveis de direitos políticos e liberdades civis



Fonte: *Freedom House* (2002-2011)

Como se referiu no gráfico 2, há uma estagnação dos níveis democráticos de 2000 à 2005. No gráfico 3, nota-se a mesma regularidade dos níveis democráticos entre 2002 à 2007 ou seja 3 pontos para os direitos políticos e 4 pontos para as Liberdades Civis. Por seu turno, houve um decréscimo das liberdades civis em 2008 à 2010 (de 4 para 3 pontos), enquanto isso, os direitos políticos ascenderam ligeiramente em 2010 (de 3 para 4 pontos). No ano seguinte de 2011, os dados ficaram invertidos, sendo 3 pontos para liberdades civis e 4 pontos aos direitos democráticos contudo as classificações dos anos 2002 à 2011, colocam Moçambique no grupo de países com um nível democrático parcialmente livre. Os passos dados por Moçambique são

encorajadores quando se espera por uma democracia plena, no entanto, o crescimento do nível de democracia depende da melhoria dos direitos políticos e liberdades civis.

A escala usada para medir os direitos políticos e liberdades civis é de 1 à 7, assim, 1 corresponde ao valor mais baixo e 7 corresponde ao valor mais alto. Para além das classificações fornecidas pela *Freedom House*, recorreu-se também aos dados da *Afrobarometer* que permitem comparar as diferentes apreciações dadas pelos cidadãos de diferentes países da África Austral. Vide a tabela 5.

Tabela 05 - Comparação percentual do nível de Democracia em países da África Austral

	Moçambique	Tanzania	Botswana	Zimbabwe	Zâmbia	Malawi	Lesoto	Namibia	África do Sul
Completamente Democrático	10	17	46	9	24	34	24	30	26
Democracia com menos problemas	25	33	36	18	38	28	13	41	34
Democracia com maiores problemas	39	26	8	17	20	23	13	15	24
Não democracia	6	8	5	38	7	12	17	3	8
Sem resposta	20		7	22	15	37	17	11	8

Fonte: *Afrobarometer* Paper No 22, 2002.

Quanto a tabela 5, os dados estão apresentados em valores percentuais, mostram que 74% da população moçambicana acredita que o país é uma democracia; quer dizer, tanto a *Freedom House* como a *Afrobarometer* trazem dados que confirmam a existência de pelo menos, um processo de democratização tendencialmente positivo. Porém, apenas 10% da população disse

ser de facto uma democracia plena enquanto 25% admite existir problemas e 39% disseram que os problemas são maiores.

Nessa tabela 5, com base na percentagem da população dos países da região sul de África que acreditam a existência de democracia nos seus países, Moçambique coloca-se em 7º lugar num grupo de nove (9) classificados, estando assim atrás de países como Botswana (1º colocado) com 90% da população a acreditar que é uma democracia, Namíbia, Malawi, África do Sul, Zâmbia e Tanzânia e, está acima de Lesoto e Zimbabwe com apenas 44% da população a acreditar que é uma democracia.

Segundo Mazula (2000, p.21), “o cidadão quer confiança. Os governos e as suas instituições devem confiar mais no cidadão, estabelecendo contratos de confiança mútua. Geralmente a base da falta da confiança é a inveja”.

Desse modo,

para entrelaçar a democracia, o povo tem que ter confiança com as instituições criadas pelo estado e estas precisam de exercer as suas actividades em compromisso com a justiça e transparência e ainda, maior eficiência na solução das inquietações das camadas maioritárias e minoritárias. Sendo a democracia um regime que reduz as acentuadas desigualdades sociais é prioritário desenvolver políticas inclusivas onde a maioria é tratada em primeiro plano Mazula (2000, p.22).

Os autores apresentados refem da importância da confiança entre partidos opostos na execução de políticas nacionais. Esse factor contribui para manter confiança nas instituições democráticas criadas e na promoção de valores democráticos entre a população.

Daí a necessidade de existirem eleições livres e isentas. Em seguida, apresenta-se o resultado do processo eleitoral moçambicano desde 1994 a 2009.

3.1.1. As Eleições

O Acordo Geral de Paz entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, assinado a 04 de Outubro de 1992 em Roma foi o ponto de viragem na situação política e social de Moçambique, abriram-se as possibilidades de realização de eleições que vieram a ter lugar pela primeira vez em 1994.

Entretanto, para além da FRELIMO e RENAMO, em 1994 dez partidos estavam oficialmente registados. O número de formações políticas tende a subir e por vezes surgem coligados como forma de aumentar a sua popularidade. Apesar disso, nota-se que os partidos extra parlamentares são bastante instáveis na sua organização e mobilização, possuindo fraca penetração social e capacidade financeira, tais partidos permanecem hibernados durante períodos não eleitorais, reaparecendo às vésperas das eleições (Mourão 2004).

Por voto eleitoral, a FRELIMO ganha repetidamente as eleições legislativas e Presidenciais. Nas eleições legislativas de 1994, a FRELIMO ganhou 129 assentos (51.6 por cento) e a RENAMO 112 assentos (44.8 por cento). Em 1999 a FRELIMO elegeu 133 contra 117 deputados da RENAMO; no ano de 2004 a FRELIMO subiu ainda para 160 contra 90 deputados da RENAMO. As eleições de 28 de Outubro de 2009 conferiram a posse de 191 deputados pela bancada parlamentar da FRELIMO, 51 deputados da RENAMO¹⁶ e 8 do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Esta foi a primeira vez que a Assembleia da República ficou representada por três bancadas, pois, nas primeiras eleições de 1994 “a coligações do PDN (Partido Democrático Nacional) e da UD (União Democrática), obtiveram nove assentos (3 e 6) respectivamente” (Mourão 2004).

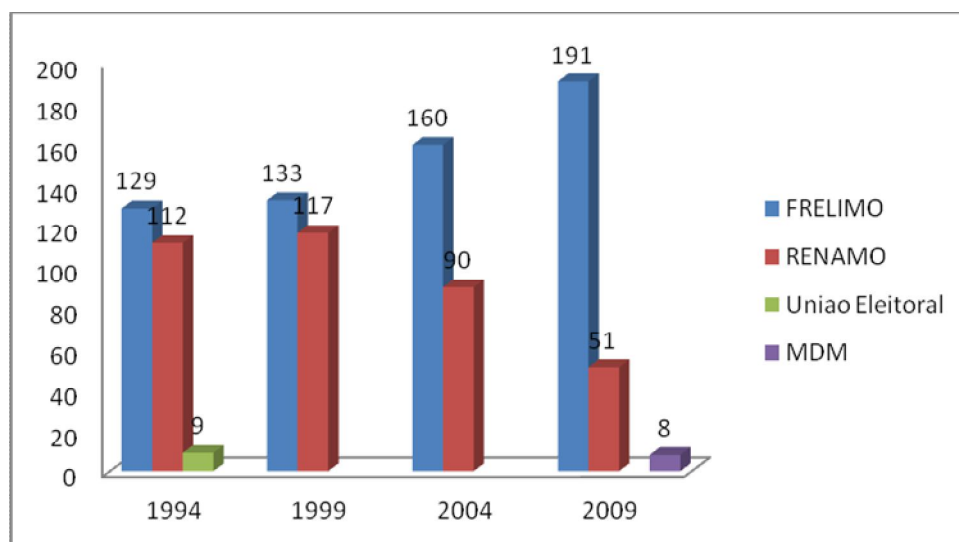
Contudo, por imperativos da lei eleitoral¹⁷ a PDN e UD não constituíam uma bancada. Para as últimas eleições (2009), o MDM¹⁸ socorreu-se na intervenção dos doadores que

¹⁶ Em 1994 a RENAMO concorreu sozinha e em 1999 e 2003, a RENAMO coligou-se a 11 partidos e designou-se RENAMO-EU, em 2009, A RENAMO voltou a concorrer sozinha.

¹⁷ O regimento da Assembleia de República, estipulava que os partidos tinham que obtiver, no mínimo cinco porcentos dos votos para estarem representados no parlamento, essa barreira, excluiu muitos dos pequenos partidos que não conseguiam atingir 5% dos votos mesmo com um número de votos que aritmeticamente conseguisse eleger um deputado. Algumas excepções são as coligações do PDN (Partido Democrático Nacional) e da UD (União Democrática) que, em 1994, obtiveram nove assentos (3 e 6), (MOURÃO 2004). A regra dos cinco porcentos foi eliminada, ficando o regimento que impunha a eleição de um mínimo de 11 deputados, número suficiente para constituir uma bancada (que tem direito a tempo para discursar em plenário, fazer parte das comissões de trabalho, comissões *ad hoc*, entre outras regalias). A proposta da MDM para constituir uma bancada parlamentar, foi aceite

ameaçavam cortar o financiamento do Orçamento Geral do Estado (OGE), caso o governo não observasse o pedido do partido minoritário na assembleia. Vide o gráfico da distribuição de deputados que se segue:

Gráfico 04 – Distribuição de deputados por partido



Fonte: Azevedo-Harman, 2013.

De acordo com a legislação eleitoral vigente, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal e directo num círculo eleitoral único ao nível nacional, em eleição feita pela maioria, ao passo que os deputados da Assembleia da República são eleitos num sistema de representação proporcional assente em círculos eleitorais correspondentes à actual divisão territorial do país em províncias (10 províncias mais a cidade de Maputo totalizando 11 províncias, correspondendo ao mesmo número de círculos eleitorais), sendo a cada círculo

dada a intervenção pontual do grupo de países que apoiam o Orçamento Geral do Estado, depois de ameaçar o corte do financiamento.

¹⁸ MDM – Movimento Democrático de Moçambique, surgiu em 2009 com a expulsão do edil do Município da Beira que tinha concorrido em nome do partido RENAMO nas autarquias de 2003. Para concorrer as legislativas, o vencedor independente ao Município da Beira concorria para sua sucessão mesmo depois de expulso do partido a que pertencia, formou um movimento político que concorreu no mesmo ano às eleições legislativas tendo ganho 8 assentos e constituído uma bancada contra os 11 previstos no regimento da Assembleia da República.

eleitoral atribuído um número de assentos parlamentares proporcional ao número de eleitores recenseados. Os eleitores votam em uma lista fechada proposta e ordenada pelos partidos políticos (Relatório do AfriMAP, 2009).

Segundo AfriMAP (2009), Hanlon e Nuvunga (2003) “depois das primeiras eleições gerais de 1994, caracterizadas por uma participação massiva (87%) dos eleitores inscritos. As eleições gerais subsequentes foram caracterizadas por um elevado número de abstenção. As eleições de 1999 registaram uma abstenção de 33% e as de 2004 mais de 60%”.

Segundo Hanlon e Nuvunga (2003), “as primeiras eleições autárquicas de 1998 tiveram uma taxa de participação de 28% dos eleitores inscritos”. Segundo Lagroye (1997, p.336), “abstenção é a rejeição a essa prática, a esse direito, rejeição a esse conjunto de actividades, a esse ritual político, através do qual os cidadãos manifestam, pelo voto, a escolha dos seus representantes no governo”.

Referindo-se das constatações feitas por AfriMAP (2009), Hanlon e Nuvunga (2003), a participação dos eleitores inscritos foi de cerca de 88% em 1994, cerca de 68% em 1999, cerca de 37% em 2004. Essa tendência aguda de decréscimo da participação dos votantes em processos eleitorais, é deveras preocupante. As abstenções eleitorais fornecem um indicador importante na aceitação ou rejeição dos órgãos das instituições responsáveis pela organização do processo eleitoral. Portanto, as instituições eleitorais têm de trabalhar não apenas para validar os actos eleitorais mais também para conquistar os eleitores a efectuarem o seu dever cívico (de eleger os seus representantes).

Segundo AfriMAP (2009, p.10),

A questão das distâncias a percorrer até a zona eleitoral, que nas áreas rurais são relativamente grandes, podem estar na origem de uma parte da abstenção, assim como o facto de os dias de votação terem muitas vezes coincidido com o período de chuvas e, em zonas rurais, onde habita a grande maioria da população, os eleitores terem preferido dedicar-se à agricultura e absterem-se da votação.

Em Moçambique, o partido no poder tem uma vantagem pelo facto de, ser desde a independência o partido ligado ao estado, o exemplo disso é a existência nas instituições do estado, as associações partidárias que aumentam a popularidade do partido durante as campanhas eleitorais, e os partidos da oposição sobrevivem apenas de fundos de apoio aos partidos, doações e contribuições dos seus membros (Hanlon e Nuvunga, 2009)¹⁹.

Essa competição desigual em meios de campanha eleitoral por um lado e de disseminação político a nível das comunidades (maior penetração política) por outro, dá maior probabilidade de vitória ao partido no poder. Sendo assim, enquanto os partidos da oposição não possuírem meios que lhes equiparam a competitividade igual ao partido no poder, será difícil chegar ao poder. Porém, tendo em conta que em regimes democráticos o poder se conquista com o voto, cabe aos partidos da oposição usarem estratégias políticas convincentes que lhes possibilite obter maior número de eleitores possível e por via eleitoral conquistar o poder. Além disso, a popularidade de um partido e a conquista de membros depende do trabalho que próprios partidos fazem quer com funcionários públicos quer com camponeses.

Segundo Hanlon e Nuvunga (2009), “a afluência nas urnas em 2009 foi de 45%, semelhante a 2004, níveis muito baixos em relação as eleições de 1994 e 1999. Na corrida presidencial, os votos em branco, sem nenhuma marca para qualquer candidato, foram de 6% o dobro de 2004”. Esses autores, alertam sobre a crescente percentagem de votos nulos que foram registados em 2009. “Na eleição presidencial os votos nulos, sobretudo os marcados para dois candidatos, foram de 4%, o que é significativamente mais alto do que em eleições anteriores”.

Vide a tabela de votos presidenciais seguinte.

¹⁹HANLON, J. CIP, Boletim sobre o processo político em Moçambique, Número 43 – 19 de Novembro de 2009. Hanlon, faz uma descrição crítica do processo eleitoral de 28 de Outubro de 2009. A Eleição presidencial e legislativa deu maior vantagem ao partido no poder e com larga diferença de assentos parlamentares, isto é, 191 lugares da FRELIMO contra 51 da RENAMO e 8 do MDM. Essa posição de conforto, a FRELIMO não depende de qualquer outro partido para fazer aprovar as suas propostas de lei.

Tabela 06 - Voto presidencial em quatro eleições

Candidatos	1994		1999		2004		2009	
	mn	% de válidos	mn	% de válidos	Mn	% de válidos	mn	% de válidos
Chissano	2,6	53%	2,3	52%				
Guebuza					2,0	64%	3,0	75%
Dhlakama	1,7	34%	2,1	48%	1,0	32%	0,6	16%
Domingos					0,1	3%		
Simango							0,3	9%
Outros	0,6	13%			0,1	2%		
		% do total		% do total		% do total		% do total
Nulos	0,2	2,8%	0,1	2,9%	0,1	2,9%	0,2	4,0%
Branco	0,3	5,8%	0,3	6,5%	0,1	2,9%	0,3	6,0%
Total	5,4		*5,3		3,3		4,4	
Afluência		88%		*74%		**43%		45%

Fonte: Hanlon, J. & Nuvunga A. Boletim sobre o processo político em Moçambique – Nr. 43 de 2009

*Estimados, para corrigir contando com 7% das mesas de voto excluídas do apuramento.

**Estimados, para corrigir contando com erros nos cadernos eleitorais e mesas de voto excluídas do apuramento.

Se, se considerar que o índice de abstinência ao voto é elevado, mais de 50% dos eleitores inscritos em 2004 e 2009, assim, pode-se concluir que a legitimação do governo é feita por uma minoria considerável, isto é, menos de 50% de eleitores inscritos aceitaram os representantes saídos nas duas eleições referidas. E se forem subtraídos dos 37% dos eleitores que afluíram às urnas em 2004, o valor de 2,9% de votos nulos e 2,9% de votos em branco, entende-se que somente 31,2% tinham confiança nos seus candidatos, enquanto em 2009, dos 45% dos eleitores que afluíram às urnas, retirando os 4% de votos nulos e 6% de votos em branco, apenas 35% dos eleitores tinham confiança nos seus candidatos.

Segundo Lundin (2006, p.57)

No caso de Moçambique as ausências nas eleições, deve-se ao incumprimento das promessas depois das eleições de 1994 e 1999, levaram os eleitores a concluírem que os políticos não servem ao povo mas a si próprios agem com baixo grau de transparência na coisa pública, criando e aumentando, conseqüentemente, pouco para criar o desejado desenvolvimento.

Mesmo com ausências significativas de eleitores nas eleições gerais moçambicanas, os processos eleitorais acontecem com devida regularidade e podem até ser considerados pacíficos embora haja registo de situações conflituosas.

3.1.2. Situação decorrente no período pós-eleitoral

Em momentos eleitorais há tendência de se prestar atenção aos dois partidos com passado belicista. Provavelmente a inesquecível situação desumana vivida em tempo de guerra deixa os eleitores divididos pela negação a actos semelhantes dando confiança aos dois partidos FRELIMO e RENAMO. Numa situação de disputa directa e recorrentemente um dos partidos (RENAMO) perde, é susceptível a sua insatisfação e conseqüente elevação do nível de desconfiança às instituições que gerem o processo eleitoral.

Segundo Mazula (2001),

O partido perdedor que insistentemente aposta no mesmo candidato, Afonso M. M. Dhlakama que nunca aceitou formalmente os resultados, apesar de seus deputados tomarem posse na Assembleia da República. Como conseqüência, na 2ª e 3ª legislatura, os deputados da RENAMO mostravam actos de indisciplina em plena “Casa do Povo”, abandonando as sessões parlamentares.

Segundo AfriMAP (2009); Lundin (2006) os resultados eleitorais têm sido contestados pela RENAMO desde 1994. Dentre os incidentes mais sérios, em 2000, dezenas de simpatizantes da RENAMO morreram asfixiados em uma cela da polícia em Montepuez, província de Cabo Delgado, como conseqüência de protesto contra os resultados das eleições de 1999 e da violência que se seguiu. Em 2005, após manifestações a alegar a existência de fraude na eleição intercalar

para a autarquia de Mocímboa da Praia, também em Cabo Delgado, o clima político agudizou-se ao ponto de provocar violência entre diferentes comunidades, tendo o conflito resultado na morte de oito pessoas, dezenas de feridos, e a destruição de várias casas. Até o ano de 2010, nas quatro eleições gerais, presidenciais e legislativas anteriores (1994, 1999, 2004 e 2009), organizadas por Moçambique, em todas elas a RENAMO (1994) ou a RENAMO-EU (1999-2004), como principal coligação eleitoral de oposição, consideraram ter havido fraude e recusaram-se a aceitar os resultados. O primeiro processo de eleições autárquicas (1998) foi boicotado por quase todos os partidos da oposição (tendo registado, ainda, uma taxa de abstenção de 85%); os demais processos eleitorais locais (2003 e 2008) contaram com a participação da oposição.

Segundo Observatório Eleitoral (2006, p.2),

A melhoria da lei eleitoral foi uma das recomendações dada aos órgãos competentes e a Assembleia da República. E também foi bastante criticado o secretismo do CNE e do STAE, a despartidarização das instituições eleitorais. Com base nessas críticas, a nova lei eleitoral traz no seu texto muitas interpretações novas para melhorar a lei anterior. Espera-se assim, com a nova Lei Eleitoral sejam ultrapassados os problemas havidos nos pleitos anteriores como: a fraca afluência às urnas, menor transparência e indícios de fraudes.

Perante os factos apresentados pelo Observatório Eleitoral (2006), Lundin (2006) e AfriMAP (2009), a excessiva desconfiança entre os partidos com representação maioritária no parlamento moçambicano (FRELIMO e RENAMO), leva a acreditar que nem a partidarização nem a despartidarização dos órgãos eleitorais trarão conforto ao partido que for a perder nessas condições. Os partidos na oposição precisam melhorar o seu trabalho com o eleitorado para galharem maior confiança e aumentarem as possibilidades de vencerem eleições. Contudo, as instituições que gerem processos eleitorais precisam da confiança de todos intervenientes políticos interessados em vencer as eleições.

3.2. Situação económica de Moçambique

A guerra que opôs a FRELIMO e a RENAMO, é em larga medida responsável pela degradação da situação de Moçambique cujas marcas ainda resistem. Como resultado da guerra muitas estruturas socioeconómicas foram destruídas ou parcialmente afectadas pelo conflito; a administração pública não funcionava devidamente em muitos distritos²⁰, destruída pela guerra ou profundamente afectada pela falta de capacidade e de recursos; os níveis de pobreza aumentaram; maior parte da população no campo foi deslocada à Cidade ou aos países vizinhos (PARPA I, 2000; p.22).

Segundo Hanlon (1997, p.15),

Em Setembro de 1984 Moçambique aderiu às instituições do Breetton Woods (Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial – BM). Em 1985 dão-se os primeiros passos para a liberalização do mercado que se concretiza em 1987 com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), visando reverter as tendências negativas do crescimento económico. Em 1990 com o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), o governo liberalizou os preços, terminou a sua gestão do mercado, cortou o seu orçamento nos sectores sociais, e introduziu mudanças nas políticas da saúde e da educação.

Segundo Mazula (2001, p.31), [...] deve-se acelerar a velocidade de desenvolvimento, ultrapassando-se todos factores de resistência. O **Desenvolvimento**²¹ impõe uma confiança muito grande e diálogo coerente entre aqueles três espaços internos que são ao mesmo tempo actores de democracia e desenvolvimento – **Comunidade, Estado e Mercado**²² - e a confiança com o cidadão.

Segundo o Relatório do PNUD (1998, p.6-7), “o desenvolvimento não pode ser visto apenas em termo de lucro que as empresas produzem. O objectivo básico do desenvolvimento é

²⁰ A rede escolar para o ensino primário em 1994 tinha uma cobertura de apenas 54%. Muitas estradas eram intransitáveis (PARPA I, 2000; p.22).

²¹ Grifo nosso.

²² Grifo do autor.

criar um ambiente adequado para que as pessoas possam gozar duma vida longa, saudável e criativa”.

Enquanto isso, Francisco et al (2011, p.303) diz que:

(...) desde o início da década de 1990, o crescimento económico tem sido geralmente positivo, resultando um desenvolvimento económico médio anual real de 5%. Só que este crescimento económico anual recente, apesar de ser relativamente elevado, ainda não compensou a profunda involução anterior, resultante do crescimento económico negativo, registado entre 1975 e o fim da guerra civil em 1992.

Segundo Macuácuá citado por Jornal Notícias (2011, p.7) na esteira das decisões do IV Congresso do Partido FRELIMO em 1983²³ foi aprovado um plano “romper o cerco” que visava, entre outros objectivos, a abertura económica. Macuácuá explicou que, esse plano permitiu a introdução da economia de mercado no país e foi antecedido por um discurso público proferido pelo primeiro presidente de Moçambique Independente Samora M. Machel em 18 de Março de 1980 que dizia não era tarefa do Estado vender alfinetes, agulhas e parafusos.

“Depois de crescimentos anuais sucessivos bastante robustos entre 1996 e 1999 – com uma taxa média anual superior a 9% e com níveis superiores a 11% em 1997 e 1998 – a expansão da actividade económica em Moçambique experimentou uma desaceleração significativa em 2000, com o Produto Interno Bruto (PIB) a crescer apenas 2.1%” (De Abreu, 2001, p.47).

Segundo De Abreu (2001, p.47),

A desaceleração deveu-se a factores exógenos como as cheias que afectaram as regiões sul e centro do país, a evolução de preços internacionais de alguns produtos com impacto na economia moçambicana, e a prevalência do dólar americano forte em relação as demais divisas. A redução da taxa de crescimento ocorrida em 2000 foi antecida por uma desaceleração da actividade em 1999, quando o PIB cresceu apenas 7.3% contra 11,9% em 1998.

De Abreu (2001, p.47), diz ainda que; o PIB correspondeu a 98% em 1999, o mesmo foi registado em 1996. Em termos sectoriais, maior dinamismo encontra-se no sector secundário, sobretudo do tipo empresarial, com destaque para a indústria manufactureira, cujo crescimento superou o PIB tanto em 1999 como em 2000.

²³ Grifo nosso.

Sintetizando os dados apresentados por De Abreu (2001) e Francisco et al (2011), pode-se dizer que; em termos de crescimento económico proporcionado pelo aumento do PIB, Moçambique tem registado marcas significativas e ambiciosas, entretanto, as políticas públicas não impulsionam o bem-estar para milhares de moçambicanos.

De Abreu (2001, p.49) diz que; a população economicamente activa segundo o Censo 1997, rondava nos 5,8 milhões de habitantes, dos quais, cerca de 3,8 milhões (65.5%) declararam trabalhar por conta própria, e 27,4 mil disseram ser empresários (0,5%) e apenas 5% estão vinculados ao aparelho do Estado, empresas públicas e cooperativas.

As mulheres com capacidade de trabalhar são 52% da população economicamente activa, e prestam 53% dos que trabalham por conta própria, enquanto que, a nível dos empresários os homens ascendem a 81%. Além disso, 84% dos que trabalham por conta própria vivem nas zonas rurais e dos empresários, 68% estão nas zonas urbanas; dos que trabalham por conta própria, 87% dedicam-se a agricultura e apenas 8% operam no comércio, indústria manufactureira e transportes. Isto quer dizer, dos 5,8 milhões de habitantes economicamente activos, apenas entre 7-9% estão ligados a uma actividade produtiva organizada empresarialmente (De Abreu, 2011, p.50).

Do ponto de vista da produção, o sector empresarial em Moçambique participa com 53% da oferta global disponível no mercado, cabendo ao sector familiar os restantes 47%. Destaca-se a produção de bebidas e tabacos, electricidade e água, construção, restaurantes e hotéis, transportes e serviços financeiros, onde o sector empresarial contribui com mais de 50% da população em termos de oferta global (De Abreu 2001, p.51).

Segundo De Abreu (2001, p.52), as informações do Banco de Moçambique indicam que; “a poupança financeira no país tende a elevar-se: os depósitos a prazo eram 3.6% do total dos meios de pagamento usados na economia em 1986, passando para 12,1% em 1996, e 21,3% em 2002. Ainda assim, os dados observados continuam longe dos níveis registados em 1973, quando aquele conceito de poupança financeira correspondia a 33% da oferta monetária global”.

Com base nos dados trazidos por De Abreu, entende-se que a disponibilidade de recursos financeiros condiciona a participação do empresariado nacional no processo de desenvolvimento económico. A fraca capacidade do sector privado nacional cria espaço na dependência do capital estrangeiro para alavancar o sector produtivo cujo produto primário é exportado para ser

processado fora do país. Ex; o Gás natural de Pebane e Temane (Inhambane); o Tantalite extraído das Areias Pesadas de Moma (Nampula). Se o Estado criar estabilidade do mercado nacional por meio de Leis e Regulamentos, Moçambique pode alcançar o desenvolvimento que se pretende de modo a promover melhores condições sociais e económicas a população.

Segundo PNUD (1998, p.7), “para que as pessoas possam expandir as suas oportunidades na vida é indispensável considerar: viverem uma vida longa e saudável, serem instruídas e; gozarem dum nível de vida adequado”.

De Abreu (2001, p.54), diz que:

Várias são as restrições com que o sector privado se debate, salientando-se: escassez de recursos financeiros (falta de poupanças/capitais); deficiente funcionamento dos mercados influenciado por (falta de acessos (estradas/pontes e outras infra-estruturas); excessiva burocracia no estabelecimento/registo ou licenciamento de actividades/negócios; incapacidade de satisfazer requisitos bancários tradicionais; educação e cultura empresarial).

Moçambique tem estado a registar avanços significativos em termos de desenvolvimento socioeconómico. Estes progressos foram impulsionados pela estabilidade macroeconómica e crescimento acelerado da economia, que traduziu-se num crescimento médio anual do PIB na ordem de 7.6%, e um rendimento *per capita* médio anual de 5%, no período 2005-2009 (De Abreu 2001, p.54).

Os indicadores de desenvolvimento humano como acesso à educação, acesso aos serviços de saúde, aumento de pessoas que adquirem bens duráveis e a melhoria na qualidade de habitação, são tendências importantes do desenvolvimento a longo prazo, e também na satisfação dos planos do governo que visam alcançar os compromissos internacionais. A seguir apresenta-se uma breve resenha dos níveis alcançados nos principais indicadores sociais:

3.2.1. Principais indicadores sociais

Os indicadores usados pelas ONGs (Organizações Não Governamentais) para medir o nível de desenvolvimento de um país, variam de organização para organização mas os indicadores mais comuns são: saúde e educação. Para este trabalho, foram escolhidos alguns

indicadores (educação, saúde, saneamento do meio, acesso a água potável) que vão ajudar a entender os avanços e revés que o país foi registando ao longo dos anos em estudo.

3.2.1.1. Educação

Com o fim da guerra civil ou de desestabilização, Moçambique tem registado avanços significativos em várias áreas, e uma delas que prepara os jovens para novos desafios é a educação. Segundo INDE (2003) com o fim da guerra surgiram três desafios: Reposição da infraestrutura escolar destruída pela guerra; Construir novas escolas para alargar a rede escolar nos locais repovoados e diversificar os níveis escolares (escolas primárias completas e secundárias; Formar e contratar pessoal docente para satisfazer a necessidade das escolas e diminuir o rácio professor/aluno.

Segundo INDE (2003), “a proporção da população com acesso a escola aumentou de 30,8%, em 2002 para 37,3%, em 2009. A percentagem de mulheres analfabetas reduziu significativamente entre 2004 e 2008 de 54% para 40,8%. Igualmente registou-se progresso na redução da disparidade de género nos ingressos no ensino básico”.

Em seguida apresenta-se numa tabela, os progressos registados no sector de Educação entre os anos de 1999 à 2002 no ensino primário do primeiro grau.

Tabela 07 – Evolução de Rede e dos Efectivos Escolares do EP1

Ano	Nº Escolas	I. Cr.	Nº Alunos	I. Cr.
1999	6.605	0	2.052.948	0
2000	7.072	1,0	2.268.105	1,1
2001	7.480	1,1	2.496.715	1,1
2002	7.771	1,2	2.644.405	1,2

Fonte: INDE 2003

Em ambiente de paz, o país conheceu um crescimento em infra-estruturas educativas (escolas) e conseqüentemente o número de alunos também cresceu. No período pós guerra civil (depois de 1992) houve a expansão da rede escolar em muitas zonas rurais que foram desabitadas pela guerra e passaram a receber nova população e regressados, estes tinham o direito a educação.

No prosseguimento dos esforços para a escolarização primária universal, verificou-se uma melhoria substancial na taxa bruta de admissão, no nível EP1. De 54% em 1994, passou-se a 79% em 1998 e 91% em 2000. No EP2, as taxas brutas de admissão e escolarização permaneceram baixas, sendo em 1999 de 21% e 23% respectivamente. Continuam assim a ser necessários esforços gigantescos, para alcançar o objectivo de acesso a um lugar na escola para todas as crianças moçambicanas para consolidar e expandir os sucessos alcançados no ensino primário. Na perspectiva de se cumprir o objectivo de universalização do ensino primário, o Governo tem pela frente grandes desafios como, o aumento da infra-estrutura escolar, contratação de mais recursos humanos para o sector da educação, disponibilidade de recursos financeiros para suprir necessidades de pagamento de salários e aquisição de materiais didácticos para as escolas. Mas uma outra forma de congestionar os encargos do sector seria por meio de privatização de certos níveis escolares não obrigatórios. Contudo, esse propósito encontraria outro obstáculo que é a incapacidade de muitos encarregados em pagar as propinas numa instituição privada.

A seguir apresenta-se a tabela da evolução dos efectivos escolares no EP2.

Tabela 08 – Evolução de Rede e dos Efectivos Escolares no EP2

Ano	Nº Escolas	II. Cr	Nº Alunos	II. Cr
1999	448	0	187.027	0
2000	522	1,1	209.230	1,1
2001	685	1,5	262.134	1,4
2002	823	1,8	277.506	1,4

Fonte: INDE 2003

Em 1999 havia 448 escolas do ensino primário do 2º grau esse número atingiu quase o dobro em três (3) anos, atingindo 823 escolas. A medida que os anos passavam, os níveis de escolaridade aumentavam e com a construção de novas escolas, houve o aumento da taxa de admissão. Vide a tabela que se segue:

Tabela 09 – Taxa de Acesso

Ano	Taxa Br. de Admissão	Taxa Br. de Escolaridade	Taxa Liq. de Escolaridade
1999	85,2	74,4	43,6
2000	133,3	90,6	53,8
2001	123,8	99,3	59,9
2002	118,0	104,0	62,6

Fonte: INDE 2003

Moçambique assinou vários compromissos internacionais quer para o cumprimento dos Objectivos do Milénio quer para o alcance da Educação Para Todos²⁴ visando aumentar o acesso à Educação Básica e a Alfabetização de Adultos. De acordo com o INDE (2003), a Universalidade da Educação Básica enfrenta 3 (três) problemas fundamentais, nomeadamente: acesso limitado às oportunidades educativas; baixa qualidade do ensino; custo da expansão do acesso e da melhoria da qualidade do ensino.

O investimento que o Governo e parceiros canalizam ao sector de educação não terá retorno imediato mas todo o país como uma nação contribui para o crescimento de valores e o aumento da consciência política. Na escola não se vai aprender apenas a ler e escrever embora que isso seja importante para o desenvolvimento intelectual do homem mas também se aprende, a conviver com o próximo, a valorizar os símbolos nacionais e a manter a unidade de todos moçambicanos na luta pelo desenvolvimento económico. A escola como um vector na difusão da

²⁴ De acordo com Golias (1999, p.28-29), um dos compromissos que Moçambique assumiu na Conferência Mundial de Educação Para Todos em Jomtien foi: melhorar a eficácia reduzindo o desperdício causado por abandono e repetência. A cultura de repetência leva à perda da auto-estima e ao abandono precoce da vida escolar pelos alunos. O mesmo compromisso foi reassumido pelo Governo em Dakar, de assegurar a permanência na escola e a conclusão da Educação Básica. Para satisfazer os compromissos da Conferência Mundial de Educação Para Todos de Jomtien, Tailândia, (...) desenhou-se um Plano Estratégico de Educação (PEE)^{***} que redundou num fracasso pela dependência de fundos externos para a implementação de projectos de interesse social.

^{***} PEE – Plano Estratégico de Educação adoptado pelo governo Moçambicano par ser implementado entre 1999-2003, com propósito de combater a exclusão e melhorar as condições das escolas, quer na ampliação da rede, quer no acesso a educação.

cultura, aglutina padrões de vida e estimula a aquisição de novos padrões que podem contribuir na adoção de comportamentos saudáveis, moralmente aceites e ainda a construir indivíduos críticos. Para além da educação básica para crianças e jovens, o Governo estende o mesmo esforço para a alfabetização de adultos. Vide o quadro que se segue:

Tabela 10 – Taxa de Analfabetismo (Censo 1997)

Grupos de Idade	Mulheres	Homens	Total
15 – 19	59,2	38,9	49,6
20 – 24	65,7	40,6	54,8
25 – 39	73,3	37,7	57,1
40 – 59	88,3	52,8	71,5
60 +	93,7	70,6	82,6
Total	74,1	44,6	60,5

Fonte: INDE 2003

Mesmo com o crescimento da rede escolar e com o crescimento da taxa de ingresso a todos os níveis apresentado nas tabelas anteriores (7, 8 e 9), ainda se mostra insuficiente a cobertura da rede escolar como se apresenta a elevada taxa de analfabetos no país (tabela 10). Devido a baixa cobertura da rede escolar, muitos moçambicanos ficam ainda privados da educação. Assim, à medida que se alargam os níveis de escolaridade, a alfabetização tem sido considerada como uma oportunidade para aprender a ler e escrever para adultos que não tiveram oportunidade de frequentar o ensino regular. Mesmo assim, devido a uma distribuição irregular da rede escolar,

elevado número de alunos por turma, a exiguidade de recurso didáticos para auxiliar a tarefa do professor, emerge o problema de fraca qualidade de ensino.

Segundo INDE (2003), os esforços do Governo que visam alargar a rede escolar se traduzem também na redução do tempo de formação de professores que passou de 2 anos para 1 ano. Com o novo modelo de formação introduzido em 2007 estão a ser formados muitos professores que nem todos são absorvidos pelo sistema. Enquanto prevalecer a formação de baixa qualidade nas escolas, o país precisará de mão-de-obra importada para atender os vários sectores ligados a produção de bens.

A tabela que segue, mostra a evolução de vários indicadores do sector de educação, entre os anos de 1996 - 2006.

Tabela 11 – Avanços alcançados no sector de Educação

Ano	Indicadores de Educação							
	Ingresso no Nível primário (%)		% na última classe do nível primário		Ingresso no nível secundário (%)		% analfabetos (> 15 anos)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1996	69	52	-	-	9	6	55	79
1997	69	52	-	-	9	6	42	77
1998	69	52	-	-	9	6	42	77
1999	70	50	52	39	9	6	46	77
2000	70	50	52	39	9	5	41	73
2001	70	50	52	39	9	5	39	70
2002	83	60	43	29	11	7	38	69
2003	104	79	62	54	14	9	40	71
2004	110	87	56	47	16	10	38	69

Fonte: *The State of World Population, Monitoring ICPD Goals (International Conference on Population and Development)*, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

Segundo MINED (2003), existem dois grupos de provedores de programas de alfabetização: Governo e as organizações não-governamentais (ONGs). Estas últimas podem ser tanto nacionais como internacionais. Operando em espaços e horários diversos, fazem parte do amplo movimento de educação não-formal na sociedade.

Apesar das iniciativas do governo estarem viradas para a correção das disparidades em termos de acesso e retenção, a paridade de género ainda continua longe de ser alcançada. O acesso e, principalmente, a retenção da mulher e da rapariga em programas de alfabetização ainda registam níveis relativamente baixos. Segundo MINED (2003) em 2002, 60% de ingressos no primeiro e segundo níveis correspondiam às mulheres, enquanto que, no terceiro nível, a percentagem era apenas de 48%. Entretanto, a taxa de desistência posicionava-se em torno de 40%. No mesmo ano havia 259.435 adultos matriculados e, ao fim do “primeiro nível”²⁵, a taxa de desistência era de 36% ao passo que a taxa de aprovação era de 76%.

Relativamente a Alfabetização e Educação de Adultos, as taxas de analfabetismo no país continuam bastante altas. De acordo com os dados do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (2007), 53,6% da população era analfabeta em 2006 (64,5% das mulheres e 32,1% dos homens), 6,9% possuíam ensino secundário (8,2% homens, 5,6% mulheres), e apenas 0,3% da população possuía ensino superior (0,5% homens, 0,2% mulheres).

Segundo INDE (2003), AfriMAP (2009) e Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (2007), o Governo está a envidar muito esforço no sector de educação, na formação e contratação de professores, na construção de novas escolas, reabilitação de escolas existentes e aumento de níveis de ensino em todos os distritos do país, mesmo assim, ainda há muito por se fazer nesse sector, pois, em cada ano, muitos milhares de crianças não conseguem uma vaga na

²⁵ O ensino de Alfabetização compreende 3 níveis correspondentes a 1º, 2º, e 3º anos respectivamente. Ao concluir o 3º ano, o aluno tem direito a matricular-se na 6ª classe do SNE do currículo normal.

escola pública que é supostamente gratuita por se isentar o pagamento da taxa de inscrição e pela recepção do livro escolar gratuito nas sete classes do ensino primário. Pelo facto de muitas crianças ficarem sem escolas nas suas comunidades, são obrigadas a caminharem horas para chegar a uma escola próxima e a passarem para o regime de internato ou procura de abrigo em outros membros de família próximo de uma escola caso queiram progredir para outros níveis.

Quanto ao número de unidades ou Centros Educacionais para adultos, existem poucos por todo país e maior número destes encontram-se concentrados nos Centros urbanos, Sedes distritais e Localidades. Há casos em que se usam as Igrejas para aulas de alfabetização (ex: Distrito de Chibabava, Machaze, Tsangano) (AfriMAP, 2009). De forma ilustrativa apresenta-se o número de unidades de alfabetização existentes no país, na tabela se seguinte:

Tabela 12 - Número de Alfabetizandos em 2003

Provínc.	Unidad. Observ.	Total		1º ano		2º ano		3º ano	
		HM	Repet.	HM	Repet.	HM	Repet.	HM	Repet.
Total	148	478030	32 446	252312	15 924	153997	10 937	71 721	5 585
Niassa	17	15 970	1 239	6 790	502	5 692	473	3 488	264
C. Delg.	17	46 633	3 952	23 721	2 085	15 910	1 249	7 002	618
Nampula	21	196 555	13 369	107 693	7 055	64 650	4 723	24 212	1 591
Zambézia	17	27 157	...	18 307	...	6 849	...	2 001	...
Tete	13	56 595	3 021	31 629	1 339	16 925	1 137	8 041	545
Manica	11	15 220	1 358	6 252	464	4 986	454	3 982	440
Sofala	13	54 279	3 532	26 286	1 602	17 934	1 144	10 059	786
Inhambane	14	23 327	2 435	13 663	1 359	6 972	663	2 692	413
Gaza	12	19 577	1 315	10 460	717	6 034	343	3 083	255
P. Maputo	8	10 291	863	4 252	405	3 596	242	2 443	216
C. Maputo	5	12 426	1 362	3 259	396	4 449	509	4 718	457

Fonte: INE, 2010

Segundo os dados do Censo (2007), revelam que existiam 8.635.055 moçambicanos que não sabiam ler nem escrever em 2003, destes, 3.315.466 são homens e 5.319.589 são mulheres. A actividade censitária registou 20.069.738 habitantes o equivalente a uma cobertura de 98,5%.

Segundo Notícias (13/09/12) citando o Relatório da Open Society (2010), “as taxas actuais de analfabetismo situam-se em 48,1% e a expectativa é que até 2015 sejam reduzidas para 30%. Em 1978 situavam-se em 93%, sendo que em 1982 passaram para 72% e em 2001 para 60,5%. Em 2004 situavam-se em 53,6% e em 2007 em 50,4%, estando actualmente em 48,1%”. Vide a tabela da evolução da taxa de alfabetização.

Tabela 13 – Evolução da taxa de alfabetização (1978-2010)

Ano	Taxa de analfabetos em percentagem
1978	93%
1982	72%
2001	60,5%
2004	53,6%
2007	50,4%
2010	48,1%
2015	30% ²⁶

Fonte: Adaptado com base nos dados da Open Society, 2010.

Os dados da tabela treze mostram que em quatro anos (1978-1982), houve uma diminuição de analfabetos na ordem de 21%. No entanto, em dezanove anos (1982-2001), a taxa

²⁶ Os 30% em 2015 é uma previsão do Ministério da Educação (MINED) contudo, para se atingir essa cifra o MINED terá que investir muito em recursos humanos (professores e alfabetizadores), aprovisionamento de material didáctico bem como o alargamento da infra-estrutura escolar básica principalmente nas zonas rurais onde a taxa de abandono é alta e a distância escola-casa também é grande entre povoados habitados. Segundo a Open Society (2010), A estratégia do Ministério da Educação para a redução da taxa de analfabetismo centra-se em três pilares: acesso e retenção, melhoria da qualidade, relevância e fortalecimento da capacidade institucional.

de analfabetismo diminuiu em 11,5%. Se for considerada a média de três anos entre 2001-2004, 2004-2007 e 2007-2010, obteve-se a diminuição percentual correspondente a 6,9%, 3,2% e 2,3% respectivamente. E no intervalo de nove anos (2001-2010) houve uma redução de 12,4%.

Depois dos acordos de Roma em 1992, houve maior expansão da rede escolar para o ensino primário e muitos Centros de alfabetização entraram em funcionamento e houve também a massificação em formação de professores quer do ensino primário quer para a alfabetização e também para o ensino secundário, paradoxalmente em termos proporcionais houve maior diminuição de analfabetismo em quatro anos (1978-1982) na ordem de 21% do que em vinte e oito anos (1982-2010) cuja redução foi de 23,9%. Essa redução desproporcional da taxa de analfabetismo pode estar ligada ao rápido crescimento populacional que o país regista. Segundo Brito (2012, p.26) “a taxa anual de crescimento demográfico em Moçambique é superior a 2%. Em termos práticos, isto significa, que a população moçambicana actualmente ronda os 23 milhões²⁷ de habitantes contra os 20 milhões em 2007”. Segundo Chichava (2012:412) “[...] o número médio de membros num agregado familiar é de 4,8 pessoas”.

Brito (2012, p.26), o crescimento demográfico e sua dispersão nas zonas rurais desafiam os esforços do Governo que é obrigado a colocar uma escola e um hospital em povoados distantes, mesmo que a concentração da população não justifique mas é necessário para satisfazer os direitos universais do homem. Esse exercício, obriga a alocação de investimento para erguer infra-estruturas e treinamento do capital humano para corresponder o alargamento da rede escolar e da rede sanitária.

Segundo Chichava (2012) e Brito (2012), a crescente taxa populacional, tem criado novos problemas tais como: a alocação de pessoal médico, professores e construção de novas infra-estruturas para responder a crescente densidade populacional. Apresenta em seguida os avanços alcançados no sector de Saúde e desafios que nele se propõem.

²⁷ Estimativa feita até no ano de 2010, (Francisco, 2010).

3.2.1.2. Saúde

A saúde tem verificado um crescimento moderado acompanhando o número de quadros que ainda é muito insuficiente para o número de habitantes que o país possui. Contudo, o crescimento em infra-estruturas é positivo tendo em conta que no tempo colonial eram poucos os hospitais e com a guerra dos dezasseis (16) anos, muitos deles ficaram destruídos e nos últimos 18 anos foram construídos vários novos. A construção de novos hospitais em locais estratégicos traz vantagens para o cidadão e diminui despesas para o estado. Um hospital pode servir simultaneamente a várias comunidades, aldeias ou bairros. O mais importante é providenciar pessoal qualificado e equipar devidamente os hospitais para atenderem uma diversidade de enfermidade, assim se pode diminuir as distâncias e longas filas de doentes (INE, 2010).

Tabela 14 – Infra-estrutura Hospitalar (1992 – 2009)

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Hospitais	35	35	21	27	39	43	42	42	43
Var (%)	-10,26	0,00	-40,00	28,57	44,44	10,26	-2,33	0,00	2,38
Centros	1005	1006	161	240	236	277	339	353	429
Var (%)	-17,76	0,10	-84,00	49,07	-1,67	17,37	22,38	4,13	21,53
Postos	503	679	727	734	726	760	748
Var (%)	34,99	7,07	0,96	-1,09	4,68	-1,58

Cont.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hospitais	43	43	43	44	44	48	51	52	52
Var (%)	0,00	0,00	0,00	2,33	0,00	9,09	6,25	1,96	0,00
Centros	516	683	683	707	775	777	859	999	1018
Var (%)	20,28	32,36	0,00	3,51	9,62	0,26	10,55	16,30	1,90
Postos	638	506	506	479	435	514	362	261	254
Var (%)	-14,71	-20,69	0,00	-5,34	-9,19	18,16	-29,57	-27,90	-2,68

Fonte: INE, 2010

Conforme os números que estão apresentados no quadro anterior, é notável a diferença entre o número de hospitais em 1992 (35) contra (52) hospitais em 2009. Os centros de saúde cresceram dos anteriores (1005) em 1992 para (1018) em 2009. Os dados apresentados na tabela acima mostram variações devido ao encerramento de alguns centros que se situavam em locais menos povoados para concentração dos funcionários em locais mais concentrados.

O número de médicos é um dado a ter em conta na prestação de serviço do sector e na promoção do direito à saúde para todos moçambicanos. Os dados que estão apresentados na tabela abaixo espelham uma realidade difícil para os moçambicanos, ainda existe muita população que não tem a oportunidade de ser observado por um médico. Vide a tabela:

Tabela 15 - Cidadão/Médico - pessoal do Serviço Nacional de Saúde, Moçambique (1990-2009)

Ano	1990	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Médicos	387	408	415	421	435	444	477	712	798
Pop/Med	40648	39401	39642	40000	39634	39760	37898	26003	23761
Enfers.	3533	880	922	4566	5564	6410	7114
Pop/Enf.	4453	19136	18699	3866	3249	2888	2665

Cont.

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Médicos	570	874	916	735	1042
Pop/Med	34070	22756	22234	28373	20489
Enfers.	5809	4282	4636	5021	5213
Pop/Enf.	3343	4645	4350	4153	4096

Legenda: Pop – População; Med. – Medicamentos; Enf. - Enfermeiros
 Fonte: INE, 2010

O número de médicos em Moçambique apresenta-se ainda muito baixo e longe para garantir a assistência integral a todos moçambicanos. O número de médicos tenha tendências

crecentes de 1999 à 2004; no espaço de 5 anos houve um crescimento de 411 médicos o correspondente a 51,5% mas em 2005 houve uma redução de 228 médicos, o correspondente a 28,5%. De 2005 à 2009 houve um acréscimo de 472 médicos, uma cifra de 45,2%. O aumento do número de médicos permitiu a diminuição de número de indivíduos por médico de 34.070 indivíduos por médico em 1999 para 20.489 indivíduos por médicos em 2009.

Com base nos dados fornecidos na tabela 15, torna-se evidente que, a existência de muitos doentes por médico faz com que a espera por uma observação médica seja muito longa ou seja os doentes de consultas externas fiquem muito tempo (meses) a espera da sua vez para serem observados. Provavelmente, para casos de doentes que vivem longe de um hospital de referência ficam privados da observação médica quando a doença não for grave devido aos custos de deslocação para um Hospital Provincial que tem maior capacidade para atender casos especiais.

O longo tempo de espera por um atendimento hospitalar traz inúmeras consequências quer ao doente quer nas estatísticas nacionais: o agravamento da doença, desistência do doente ao atendimento, corrupção, mau atendimento e elevada taxa de mortalidade. A qualidade de serviço prestado na saúde pode ser avaliada, pela satisfação dos utentes, rapidez no atendimento, disponibilidade de equipamentos e medicamentos e pela taxa de mortalidade que ocorre em instituições hospitalares (INE, 2010).

Os problemas apontados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, desde o mau atendimento, longo tempo de espera estão ligados a maior procura e menor oferta que o sector oferece. Existem muitos factores que se podem colocar em evidência, a começar pelo menor número de médicos existentes, falta de equipamento adequado para exames auxiliares em hospitais de base (Centros de Saúde). Esses factores podem contribuir bastante para o florescimento de actos corruptos e de mau atendimento. Esses males minam o bem-estar da maioria da população com poucos recursos.

Em seguida, apresenta-se, um quadro com as taxas de letalidade controladas ao longo dos anos de 2004 – 2008, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Tabela 16 - Taxa de letalidade das doenças de notificação obrigatória (2004 – 2008)

Descrição	Ano				
	2004	2005	2006	2007	2008
Sarampo	0,3	0,0	0,0	0,4
< 9 meses	0,0	0,9	0,0	0,0
9 – 23 meses vacinados	0,0	0,2	0,0	0,0
9 – 23 meses n vacinados	0,0	0,7	0,0	0,0
> = 24 meses	0,0	0,3	0,0	0,5
Tétano	32,4	46,7	0,0	35,3	36,8
Neonatal	30,8	57,7	0,5	35,3	36,8
Outras idades	33,3	35,7	0,0	0,0	...
Tosse convulsa	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Poliomielite	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Raiva	2,1	1,4	0,0	1,0	0,8
Meningite	34,4	32,7	0,3	21,4	15,7
Diarreia	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
0 – 4 anos	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1
5 – 14 anos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
15 anos ou mais	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1
Disenteria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cólera	0,4	1,0	0,0	0,9	1,2
Malária	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1

Fonte: INE, 2010

Das doenças apresentadas no quadro, as mais mortíferas são o tétano e doenças neonatais, que superaram 100% das mortes do ano de 2005 em comparação com a taxa média das mortes por doenças notificadas obrigatórias. Em 2006, as doenças neo-natais e o Tétano causaram 73,6% das mortes.

Segundo PARP (2011),

A percentagem da população com acesso a uma unidade sanitária a menos de 45 minutos a pé aumentou de 55% para 65% entre 2002 à 2003 e 2008 à 2009, com maiores ganhos para as zonas rurais (especialmente no norte do país) comparado com as zonas urbanas, onde se observa uma redução da população com acesso a uma unidade sanitária a menos de 45 minutos de distância, reflectindo a expansão rápida das zonas urbanas.

Os indicadores baseados na saúde mostram uma evolução positiva, mas os níveis de mortalidade ainda ficam elevados, isso influencia negativamente nas classificações internacionais. Por exemplo, “a taxa de mortalidade das crianças com idade menos de cinco anos baixou de 207 por 1000 nascimentos vivos em 1997 para 153 em 2003. Este indicador mostrou uma melhoria importante entre 1997 e 2003; no entanto, o nível em 2003 ainda fica perto da média de países menos desenvolvidos que situou-se a 160 em 2001” (Groelsema, 2009).

A taxa de mortalidade infanto-juvenil reduziu de 245.3 mortes em cada mil nascidos vivos, em 1997 para 138 por mil, em 2008 e a taxa de mortalidade infantil reduziu de, 143.7 mortes por mil nascidos para 93 mortes por mil, entre 1997 e 2008. A taxa de mortalidade materna reduziu de 692 para 500 mortes em cada cem mil nascimentos vivos entre 1997 e 2007. Os indicadores de nutrição mostram que 46.4% das crianças com menos de 60 meses sofrem de desnutrição crónica moderada, 18.7% têm insuficiência de peso e 6.6% sofrem de desnutrição aguda igualmente moderada. A incidência da desnutrição crónica severa é de 23%. As zonas rurais registam maiores incidências de malnutrição (50%) em relação as zonas urbanas (36%), no entanto, as razões do fraco desempenho dos indicadores de prevalência de subnutrição dentro de um período de crescimento económico rápido não são bem compreendidas. Por um lado, pode se atribuir a culpa aos hábitos alimentares das populações e por outro lado, o fraco rendimento económico das famílias que não favorece uma dieta alimentar equilibrada. Apesar de ter havido redução na taxa de mortalidade, ela ainda se considera elevada. Isso reflecte a falta de cuidados médicos a partir dos Centros de Saúde, a esse problema alia-se a falta de equipamentos hospitalares nos postos de saúde e todos os casos que necessitam de intervenção médica são evacuados para Hospitais Rurais ou Hospitais Provinciais. O Ministério de Saúde tem pela frente grandes desafios tais como: alargar a rede hospitalar; equipar os hospitais; fornecer medicamentos e; formar quadros (enfermeiros e médicos). Portanto, contrariamente a reduções da taxa de mortalidade infantil e materna, há uma elevada taxa de prevalência de HIV no país mesmo com maior número de ONG's que lutam contra esta fatídica pandemia (PARP, 2011).

Paralelamente, o HIV/SIDA, a Tuberculose e a Malária tem maior incidência em famílias pobres, reduzindo consideravelmente a produtividade da sua mão-de-obra, dada a morbilidade que impõem aos indivíduos afectados e infectados directamente (PARP 2011).

Segundo o CNCS (2004, p.17), estimou-se que:

Em 2004, existiam em Moçambique, cerca de 1.500.000 pessoas vivendo com o HIV/SIDA; sendo 60%, mulheres e os restantes 40%, homens. As projecções da evolução da epidemia do HIV/SIDA em Moçambique, indicavam que, se o padrão histórico da evolução se mantivesse, sem intervenção imediata e eficaz, a epidemia continuaria a crescer até ao ano 2009, altura em que se iria estabilizar em torno dos 17%, como resultado de se ter atingido um equilíbrio entre infecções pelo HIV e mortalidade por SIDA; ou seja, altura em que o número de óbitos diários passaria a igualar-se ao de novas infecções diárias.

Observe a tabela que se segue:

Tabela 17 – Taxas ponderadas de prevalência do HIV em adultos (15-49 anos)

Províncias	Prevalência (%)
Maputo Cidade	17,3%
Maputo Província	17,4%
Gaza	16,4%
Inhambane	8,6%
Sofala	26,5%
Manica	19,0%
Tete	14,2%
Zambézia	12,5%
Niassa	11,1%
Nampula	8,1%
Cabo Delgado	7,5%
País	13,6%

Fonte: CNCS, 2004

Com base nos dados da tabela, em 2004 a zona central do país tinha uma taxa elevada de prevalência (17,5%) em comparação com a região Sul (12,6%) e Norte (8,9%). As famílias afectadas pela doença principalmente as que residem nas zonas rurais são obrigadas a caminhar longas horas para serem assistidas ou receberem antiretrovirais. Como consequência da doença,

muitas crianças órfão de ambos pais ficam na responsabilidade de outras mais novas. Segundo MPD (2010, p.8), a prevalência do HIV em Moçambique desde 1997 a 2007/8 esta a registar uma evolução como se pode ver na tabela que se segue:

Tabela 18 – Taxa de prevalência do HIV de 1997 a 2007/8

Indicador	1997	2003	2007/8
Prevalência por HIV entre adultos (15-49 anos, %)	8,6%	9,3	11,5

Fonte: MPD, 2010.

Segundo MPD (2010), a crescente taxa de prevalência de HIV tem preocupado o Governo e seus parceiros e ONG's que reforçam a capacidade interna de combate a doença. Contudo, pelos resultados obtidos parece que a mensagem difundida pelos órgãos de informação e activistas que trabalham nessa área ainda não são eficazes, por isso, para além da disseminação de métodos de prevenção tem em curso programas de fornecimento de ARV's (Anti-retro Virais). Muitos moçambicanos não tem capacidade financeira para adquirir os ARV's nas Farmácias privadas, cabe essa responsabilidade, aos hospitais estatais e as ONG's distribuírem de forma gratuita aos doentes do SIDA, isso contribui para se reduzir a taxa de mortalidade por essa doença e impedir a transmissão de mãe para filho.

Evolução dos indicadores sociais (Educação e Saúde)

Estão apresentados na tabela 19, o valor do PIB, Demografia, Educação e Saúde. Os indicadores selecionados apresentam um crescimento de ano para ano, significando que as políticas implementadas nos diversos sectores estão a ter um resultado positivo embora a serem baixos quando comparados com outros países da região e do mundo. De uma forma comparativa

pode-se perceber no quadro seguinte, a evolução do sector de Educação e Saúde entre os anos 1994-2000.

Tabela 19 – Evolução de indicadores sociais e de bem-estar no período (1994-2000)

		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Macro-economia	Crescimento real do PIB (%)	7.0	3.3	6.8	11.3	11.9	7.3	
Demografia	Esperança de vida (anos)	----	----	42.1	42.3	42.9	43.5	Nd.
Educação	Taxa bruta de escolaridade (EP1)	54.2	56.9	68.6	74.8	77.8	84.1	90.7
	Taxa bruta de escolaridade (EP2)	13.5	14.2	18.3	19.5	20.4	21.1	23.2
	Taxa líquida de escolaridade EP1	31.6	33.0	35.9	43.0	44.8	49.3	54.0
	Taxa de desistência EP1	10.7	9.6	8.5	8.3	7.9	7.8	Nd.
	Taxa de desistência EP2	7.6	10.2	7.4	4.5	7.4	5.4	Nd.
	Taxa de repetição EP1	25.7	25.7	24.9	25.2	27.4	23.9	22.8
	Taxa de repetição EP2	30.3	30.9	29.5	29.3	31.5	24.9	22.8
Saúde	Taxa de mortalidade infantil 1000	----	----	----	145.7	----	----	----
	Taxa de baixo peso à nascença %	14	13	12.6	12.1	12.3	12.2	12
	Taxa de mortalidade materna	2.3	1.8	2	1.8	1.6	1.5	Nd.
	Habitantes/pessoal técnico	----	----	2450	2296	1986	1730	1118
	Camas/10.000 hab.	----	----	7.7	6.4	8.6	9	Nd.
	Total Unidades Sanitárias (num.)	----	----	----	1053	1107	1155	Nd.
	Vacinação Cobertura DDT 1-3 ^a dose (%)	55	57	59	73	80	81	85
	Vacinação Cobertura VAS (%)	65	66	67	80	89	90	95

Legenda: Nd – Não disponível; CSP – Cuidados de Saúde Primários

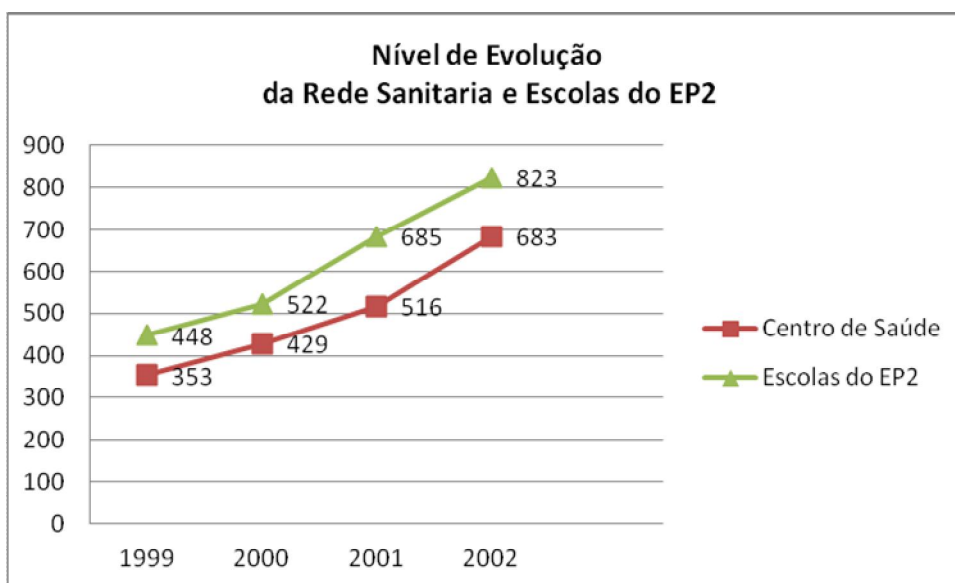
Fonte: INE 2010.

“A esperança de vida em Moçambique estimada em 43,5 anos em 1999, é das mais baixas do mundo” (Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2000). Segundo o Relatório

Regional de Desenvolvimento Humano (RRDH) de 1998 estimava que a esperança de vida nos outros países da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1995 variava entre os 72 anos nas Seychelles e 41 anos no Malawi, no extremo oposto.

Ao comparar-se os dados da evolução da rede escolar e hospitalar entre os anos 1999 à 2002 com base nos dados das tabelas 08 e 14 obteve-se o gráfico que se segue:

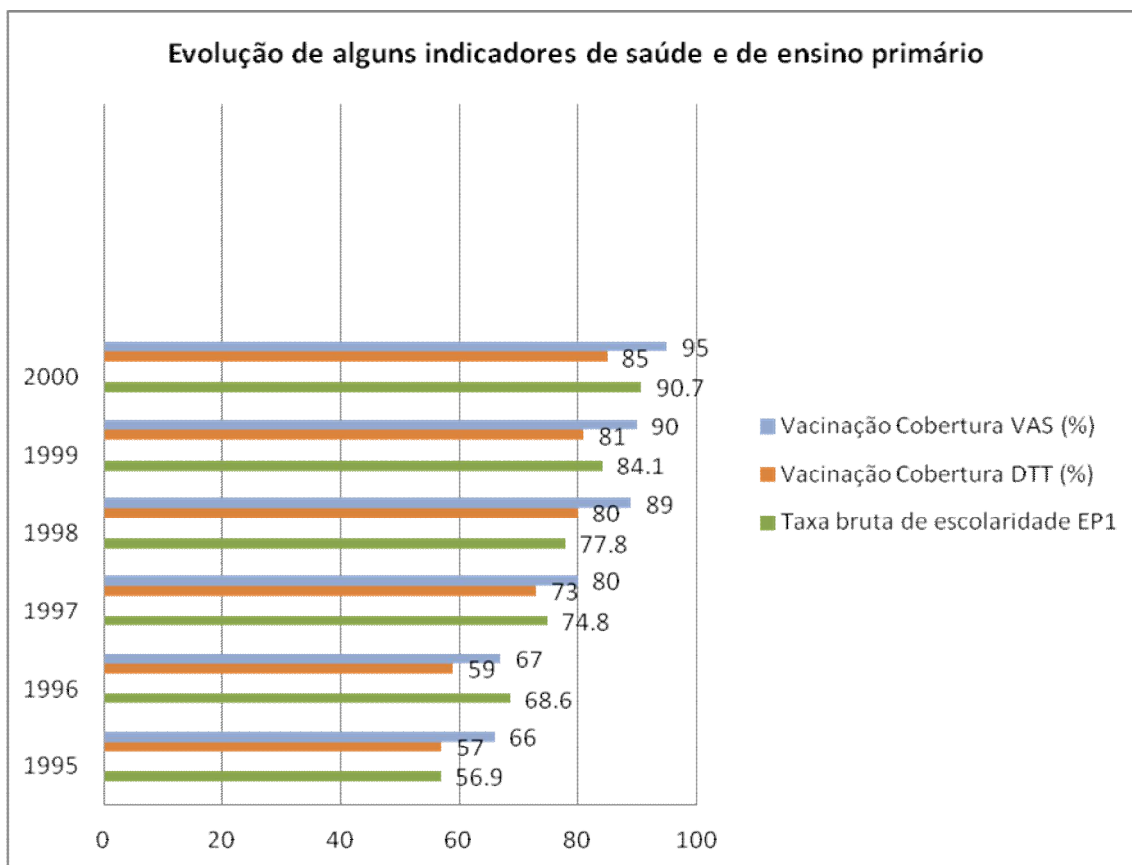
Gráfico 05 - Evolução da rede hospitalar e rede de escolas do EP2



Fonte: INDE, 2003 & INDE, 2010.

Com base no gráfico, a rede hospitalar e escolar do EP2 cresceu de ano para ano. Se o país continuar com o mesmo ritmo de crescimento é possível erradicar o analfabetismo e aumentar o atendimento hospitalar a mais pessoas. Porém, a maior concentração de escolas e hospitais encontra-se nas grandes Cidades ou Centros urbanos em detrimento de zonas rurais que também necessitam de bom atendimento hospitalar e fácil acesso a escola. De uma forma ilustrativa, apresenta-se a seguir em forma de gráfico os dados fornecidos na tabela 19.

Gráfico 06 - Evolução dos indicadores sociais (1994-2000)



Fonte: INE, 2010

De 1995 à 2000 as vacinas VAS e DTT evoluíram bastante, até ter atingido uma cobertura de 95% e 85% respectivamente em 2000. A taxa bruta de escolaridade evoluiu de 56.9% em 1995 a 90.7% em 2000. Esses resultados foram atingidos graças ao esforço do Governo e seus parceiros de cooperação.

3.2.1.3. Acesso a água potável

Segundo MPD (2010, p.94), o acesso a água potável no país tem tendências de crescimento, nesse contexto, houve um crescimento de 37.3% em 1997 para 56.0% em 2009. O

acesso a fontes melhoradas de fornecimento de água nas zonas rurais teve uma cobertura de 40.3% em 1997 e 54% em 2009. Em áreas urbanas a cobertura de água limpa dobrou de 30% em 1997 para quase 60% em 2009.

Tabela 20 – População com acesso a água potável

	1997	2003	2007	2009
População com acesso a água potável	37.3%	36.2%	42.2%	56%

Fonte: MPD, 2010.

A tabela mostra um crescimento assinalável no fornecimento de água potável à população na cidade e no campo. Segundo MPD (2010, p. 94), com o fornecimento de água potável às populações diminuem-se as doenças ligadas ao consumo de água como diarreia e outras relacionadas à higiene como a Sarna e Tinha. Contudo, a rede de distribuição de água no campo ainda é fraca comparativamente com as Cidades e Vilas. Nas zonas onde não existe um sistema de água canalizada ou fontes melhoradas, as populações buscam água dos rios, lagos ou poços e são aconselhadas a fervê-la ou purificá-la com Cloro disponível e distribuído gratuitamente nas unidades sanitárias públicas ou outro produto recomendado pela MISAU que serve para purificar a água. O MISAU tem disseminado mensagens sobre a necessidade de tratar a água para evitar doenças a ela ligada por meio da Rádio ou Televisão.

Contrariamente ao trabalho realizado no campo, nas Cidades decorrem projectos de alargamento da rede de distribuição da água canalizada com custos subsidiados para a população. Esses projectos tem beneficiado muitas famílias nas zonas urbanas e suburbanas que antes ficavam longas filas a busca de água potável.

3.2.1.4. Saneamento básico

Segundo MPD (2010, p.94), a cobertura nacional do serviço de saneamento foi de 29% em 1997 a 43% em 2009. A taxa de cobertura nas áreas rurais foi de 25.3% em 1997 para 40% em 2009. Nas áreas urbanas a cobertura de serviço de saneamento público alcançou 50% de beneficiários.

Tabela 21 – População com saneamento melhorado

	1997	2003	2007	2009
População com saneamento melhorado	29%	40%	42%	43%

Fonte: MPD, 2010.

Com o esforço do Governo e seus parceiros, tem melhorado o problema de saneamento mas está longe de atingir os 100%. Segundo MPD (2010, p. 94), como forma de disseminar o uso de latrinas, foram construídas latrinas melhoradas nas comunidades rurais e a população foi treinada a construir sua própria latrina com recurso a material local. Enquanto isso, nas Cidades foram criados grupos de persuasão de boas práticas de higiene. Tais grupos broibem a prática do fecalismo ao céu aberto, urinar sobre as árvores. Para o sucesso dessas iniciativas, aumentou o número de Sanitários públicos de gestão privada, portanto, há necessidade de se melhorar as valas de drenagem, rede de esgoto e o tratamento do lixo.

As águas fluviais e o tratamento do lixo constituem um grande problema de poluição do meio ambiente. Os Serviços Municipais de Salubridade e Higiene nem conseguem abrir e limpar as valas de drenagem nem evacuar o lixo em tempo útil. Estes, justificam-se pela falta de meios circulantes como carros, tractores e contentores (Métier e Banco Mundial, 2006, p.36).

O problema do tratamento do lixo seria minimizado se existissem muitas empresas de tratamento do lixo orgânico e de reciclagem de materiais duráveis como; o vidro e o plástico. As poucas empresas que se dedicam a reciclagem do lixo encontram-se na Cidade de Maputo (MPD 2010, p.94).

3.2.1.5. Crescimento económico

Segundo, Lipset (1959) “o crescimento económico está relacionado a uma variedade de indicadores como; o nível do rendimento (riqueza), a taxa de urbanização, a industrialização e alfabetização (educação)”.

De 1996 a 1999, Moçambique registou um desempenho macroeconómico marcadamente positivo. A inflação desceu para níveis baixos a um dígito, o crescimento médio anual real do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10%, e o investimento alcançou uma média de cerca de 27% do PIB. Este crescimento assentou numa base abrangente, incluindo 9% de crescimento no sector da agricultura e pecuária (liderado pelas unidades do sector familiar), e 18% na indústria transformadora (excluindo os mega-projectos). Verificou-se um crescimento médio anual do consumo privado de cerca de 7%. Estas tendências favoráveis são o resultado de duas transformações fundamentais: a transição desde 1992 para uma era de paz e estabilidade; as reformas económicas iniciadas em 1987 que substituíram o planeamento central por uma economia conduzida pelas forças do mercado e iniciativa privada (PARPA I, p.27).

O desempenho macroeconómico sofreu retrocessos em 2000 em consequência das cheias trágicas que atingiram fundamentalmente as zonas centro e sul do País, no princípio do ano. Apesar dos esforços para a reconstrução, estimativas preliminares indicam que o crescimento económico decresceu para 2.1% no ano 2000, enquanto a inflação se eleva para 11% (devido ao agravamento dos preços dos derivados do petróleo e do rápido crescimento da oferta monetária). Outra consequência das cheias verifica-se no facto de os anos 2000 e 2001 se tornarem excepcionais, em termos de disponibilidade de recursos orçamentais. Tal facto é explicado pelo nível extraordinário de apoio dos doadores aos programas de emergência e reconstrução pós-cheia (PARPA I, p.32).

Segundo o *Blogs* (Reflectindo sobre Moçambique, 2011), a economia moçambicana continua a ser suportada pelas actividades de exportação, dominadas por mega projectos de capital intensivo, enquanto o sector privado permanece estagnado. Os investidores nacionais são confrontados com uma série de regulamentação asfíxiante, corrupção e ainda, o disfuncionamento dos monopólios públicos que determinam o aumento dos custos. Sendo assim,

o relatório sublinha que sem a melhoria do ambiente de negócios o país corre o risco de esgotar os benefícios resultantes do acentuado crescimento verificado a partir do fim do conflito (1992), ao mesmo tempo que poderá perder a oportunidade de expandir a economia e reduzir a pobreza.

Segundo Ossemane (2011), Varsano (2005), Schenone (2004), Bolnick e Byiers (2009) as receitas fiscais representam, no período de 1999 a 2008, cerca de 86% do total das receitas internas do país, constituindo, no entanto, menos de metade do Orçamento do Estado. Como proporção do PIB, as receitas fiscais atingiram o pico deste período em 2008, situando-se em 14,2%. Apesar deste crescimento, as receitas mantêm-se a um nível baixo relativamente à média de África Austral que ronda os 28% e bastante baixo do seu potencial estimado em cerca de 22% do PIB.

“O crescimento das receitas fiscais como proporção das despesas do Estado e do PIB constitui pois um dos principais desafios que o país enfrenta como forma de garantir uma maior capacidade doméstica de financiar o seu desenvolvimento, por essa via, de expansão das receitas internas a longo prazo” (Ossemane, 2011, p.133).

Nas zonas urbanas, a actividade económica informal (da qual depende a maioria dos pobres) é dominante, sendo o acesso ao emprego formal ainda muito restrito, particularmente para as mulheres. Entre 2002 e 2006, o emprego formal do sector privado não agrícola aumentou em apenas 1.1%. Existe uma extrema concentração no comércio de pequena (micro) escala, operando com margens de lucro reduzidas, com poucas oportunidades de poupança e investimento, ou outras estratégias para sair da pobreza (PARP 2011).

Segundo AFRIMAP (2009), em termos económicos, Moçambique tem sido visto com bons olhos pela comunidade internacional, principalmente no seu bom desempenho macroeconómico dos avanços na redução da pobreza e dos mais de dez anos de constante crescimento económico.

Segundo Gustavo Mavie citado por Notícias (03/12/11), “Moçambique faz parte dos dez países do mundo e é o sexto dos africanos que ao longo dos últimos 10 anos tem estado a registar

um crescimento económico muito rápido que oscila entre 6 a 10% ao ano”. Segundo o analista, “o investimento estrangeiro cresce em Moçambique, à medida que ocorre a descoberta cada vez maior de recursos naturais como o gás e o carvão mineral”.

No entanto, nem todos estão optimistas em relação ao modelo de desenvolvimento económico adoptado pelo Governo. Mesmo reconhecendo a importância da redução dos níveis de pobreza - que continua a afligir mais da metade dos moçambicanos - vários analistas²⁸ têm apontado para o facto de que a maioria dos benefícios gerados pelo crescimento económico têm sido absorvido por poucos moçambicanos o que tem conduzido ao aumento na desigualdade de renda e riqueza.

O crescimento económico de Moçambique não tem-se reflectido na vida de muitos cidadãos devido ao elevado índice de pobres existente no país. Para minimizar os efeitos da pobreza no seio da população o Governo tem implementado vários programas, a destacar o “Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIIL)” desde 2008 que se destinava a financiar projectos de desenvolvimento a nível dos distritos (zonas rurais) ou Fundos de Desenvolvimento Distrital (FDD) e em 2011 foi concebido o Plano Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU)²⁹ aos municípios de Maputo, Beira e Nampula. Reconhecendo-se que estes programas são exemplares e necessários para obtenção de resultados a curto ou médio prazo, os moçambicanos têm-se empenhado em vários sectores económicos, produzindo ou vendendo em pequenas ou médias unidades.

²⁸ Vários analistas como (Branco 2011, Osumane 2011, De Abreu 2011, Hanlon 2009, Serra 2010) .

²⁹ O PERPU foi uma das medidas encontradas pelo Governo para responder as manifestações de rua havidas entre os dias 01 a 03 de Setembro de 2010 na capital de Moçambique, Maputo. A população fez-se à rua para reivindicar o aumento da tarifa de transporte Urbano, preço do pão, electricidade e combustível. É de recordar também que a 05 de Fevereiro de 2008 eclodiu a primeira manifestação nas Cidades de Maputo e Matola que reivindicava o custo de vida e o preço de transporte e a medida do Governo foi de manutenção de preços.

Os esforços que o Governo e seus parceiros de cooperação têm implementado ainda estão longe de tirar o nome de Moçambique entre os países pobres do mundo, pois, maior parte da população ainda vive com menos de 1,5 dolar/dia (Ossumane 2011, p. 67).

Segundo Ibraimo (2011:293) citando (Alkire e Santos, 2010; UNDP, 2010), diz que:

Moçambique encontra-se entre os 12 países no mundo com maior intensidade e incidência de pobreza, medida pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Com cerca de 80% da população moçambicana classificada como pobre em termos do IPM... 75% da população vivendo com 1,25 dólares ou menos por dia e 90% vivendo com dois dólares ou menos por dia.

Os dados apresentados por Ibraimo são contrários aos do Relatório de Moçambique (Beijing + 15, 2011) que apontam ter uma redução dos níveis de pobreza de “69,4% da população em 1997 para 54,1% em 2003 e 57,7% em 2009”. Uma das razões da diferença de dados para o mesmo país prende-se pelo facto de uso de critérios de classificação diferentes em vários relatórios. Para justificar a estagnação da redução da pobreza, Ibraimo explica que não é evidente que a redução da pobreza possa resultar da expansão económica, na medida em que tal crescimento resulta da actividade de mega projectos de capital intensivo, beneficiando de significativas isenções fiscais.

Se em 2009, o PARP indicou uma redução da pobreza para 57,7%. Os dados da tabela vinte (23) sobre a evolução do índice de desenvolvimento humano 1994-2000 apontam Moçambique como um país que está no grupo de países com desenvolvimento humano baixo, esta classificação inclui todos países que estão abaixo de 0.480 pontos e Moçambique é o quinto de baixo para cima ou seja contando a partir do último classificado e a média dos países com baixo índice de desenvolvimento é de 0.393 e a média mundial de 2010 é de 0.624 pontos.

Olhando atentamente nos dados obtidos do Relatório do AFRIMAP (2009), Relatório do PARPA I, Ossemane (2011), Varsano (2005), Schenone (2004), Bolnick e Byiers (2009) nota-se que a evolução do PIB e a redução da pobreza não significam simultaneamente melhorar a

qualidade de vida, pois, apesar de Moçambique se destacar pelo seu PIB e crescimento económico, muitas pessoas ainda vivem na miséria, distantes de uma Escola, Posto de Saúde e sem serviços básicos de saneamento.

Segundo Ibraimo (2011:293), “existem vários factores que intervêm no processo de crescimento económico de um país, esse crescimento, é reflexo da produção familiar que vai aumentar a poupança e encaminhamento de vários financiamentos ao sector produtivo”. Nesse contexto, a preparação da capacidade humana é um elemento que se deve ter em conta quer em conhecimentos de produção e de consumo racional dos rendimentos familiares.

Segundo Castel-Branco (2011, p.122),

Do ponto de vista da construção de uma economia diversificada e articulada, a atribuição do capital parece ser melhor opção mobilizar recursos domésticos que reduzam a dependência externa, para reter uma proporção cada vez maior da riqueza produzida com os recursos nacionais e para utilizar essa riqueza para diversificar a articular a base produtiva de modo a satisfazer a necessidade do investimento de consumo, isto é, de modo a alimentar a economia e os cidadãos.

Segundo Rodrik (2007) citado por Castel-Branco (2010, p.144), a evidência mostra que;

à medida que as economias vão saindo da pobreza, a sua base produtiva e comercial fica mais diversificada e não mais especializada [...] as economias que transitam com sucesso para níveis de desenvolvidos de capacidade, articulação e rendimento tendem a iniciar a sua especialização, em torno do progresso científico e tecnológico, quando atingem as fases mais avançadas de desenvolvimento; isto é, a especialização emerge muito mais tarde como resultado do desenvolvimento, em vez de ser a causa e ponto de partida do desenvolvimento.

Rodrik diz ainda que, a chave para o crescimento com redução da pobreza é a aquisição de capacidades produtivas num leque mais amplo (e não mais especializado) de actividades e bens que se possam articular, em vez de vantagens comparativas extractivas que reforçam a concentração restritiva e da desarticulação (Rodrik, 2007).

Enquanto isso, Stewart citado por Castel-Branco (2010, p.144) enfatiza o papel da diversificação da capacidade produtiva (engenharia metalomecânica, química, metalúrgica e

outras) como factor central no desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas endógenas, o que gera novas capacidades de inovação e desenvolvimento.

Por conseguinte, Hausman e Rodrik (2005) citado por Castel-Branco (2010, p.145) dizem que, “não é tanto o quanto se produz e exporta, mas o que é que se produz e exporta que de facto é importante”. Este argumento leva a entender que a qualidade de produtos e os mercados para onde se exportam fazem muita diferença na aquisição de receitas que impulsionaram a actividade produtiva interna com base na concorrência, isso levará a produção com recurso a inovações, tecnologias segundo as oportunidades que o mercado for a oferecer, aí vem “a diversificação como base do processo competitivo”.

3.2.1.6. Índice de Desenvolvimento Humano

O índice de desenvolvimento humano inclui vários indicadores e mede a qualidade de vida que os cidadãos gozam nos seus países como resultado de aprovisionamento de vários serviços sociais, a esperança de vida e a posse de bens. Todos países são avaliados com base nos mesmos indicadores, daí, os países posicionados nos lugares mais baixos tem dificuldades em proporcionar o bem-estar para o seu povo.

Segundo vários Relatórios das Nações Unidas sobre o IDH, Moçambique registou (0,2000) pontos em 1990, (0,285) em 1998, (0,245) em 2000, (0,285) em 2005 e (0,284) em 2010. Esses valores apresentam evolução e regressão em termos de valor do índice nos diferentes anos. Desde o ano 1990 tem-se registado uma subida no índice embora sem se alcançar posições médias ou elevadas da classificação geral.

Apesar do IDH de Moçambique ser baixo, o Governo tem implementado vários programas para combater a pobreza no país e por isso, está sendo reconhecido pela recuperação

económica que tem registado desde a implementação da democracia. Deste modo, impõem-se ao governo o desafio de melhorar as políticas públicas, a gestão das instituições democráticas, combater a corrupção, prestação de serviços de qualidade e melhorar a distribuição da riqueza aos moçambicanos ou proporcionar-lhes uma oportunidade de emprego de forma a lutar em pé de igualdade contra a pobreza que infelizmente afecta mais de 45% da população. Vide a tabela ilustrativa do índice de desenvolvimento humano de Moçambique.

Tabela 22 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (1994-2000)

Ano	Índice de Desenvolvimento Humano
1994	0,310
1995	0,312
1996	0,325
1997	0,328
1998	0,336
1999	0,344
2000	0,352
2010	0,284

Fonte: Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano – 2000; IDH, Report 2010.

Nota: os dados de 1994-2000 foram extraídos do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano e o dado de 2010 é do Relatório das Nações Unidas. Essas duas instituições usam critérios diferentes no cálculo do IDH, por essa razão os dados são muito diferentes.

Segundo o Relatório das Nações Unidas sobre IDH de 2010, Moçambique teve um crescimento de 2.34 pontos entre 1990-2010 e no espaço de dez anos entre 2000-2010, Moçambique teve uma evolução de 2.37 pontos. Neste último intervalo (2000-2010), os países com baixo índice de desenvolvimento humano tiveram uma média de crescimento em 1.68 pontos. Esse crescimento acumulado de IDH supera bastante a muitos que estão no grupo de

países com baixo índice de desenvolvimento. O mesmo Relatório apresenta a percentagem de 74.7 da população que vive com menos de 1.25 dólares por dia e 55.2% estavam na linha de pobreza no período de 2000-2008.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2011:25),

O IDH médio mundial aumentou 18% entre 1990 e 2010 (41% desde 1970), reflectindo grandes melhorias na esperança de vida, na frequência escolar, na alfabetização e no rendimento. Dos 135 países da nossa amostra para 1970-2010 (com 92% da população mundial), apenas três tiveram um IDH mais baixo em 2010 do que em 1970. Os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos em termos de IDH, uma convergência que fornece um retrato muito mais optimista do que as tendências do **rendimento**³⁰, onde continua a **divergência**³¹. No entanto, nem todos os países assistiram a um progresso rápido e as diferenças são marcantes. As pessoas da África Austral e da antiga União Soviética suportaram tempos de retrocesso, especialmente na área da saúde. E países que partiram de uma posição semelhante tiveram experiências manifestamente distintas. O rendimento *per capita* da China cresceu uns assombrosos 1.200% ao longo dos 40 anos, mas o da República Democrática do Congo caiu 80%.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (2011:41), chama atenção ao agravamento das desigualdades do rendimento que tem neutralizado melhorias significativas da desigualdade na saúde e na educação, ao ponto da perda agregada do desenvolvimento humano devido à desigualdade atingir 24% na qual a África Subsariana é destacada pela acentuada desigualdade de IDH. Moçambique foi classificado em 184 posição com 0,322 pontos num total de 187 países classificados. “Nos países com IDH baixo, quase três (3) em cada dez (10) crianças em idade de escolaridade primária não estão matriculadas” (RDH, 2011:66).

Se o índice de desenvolvimento humano envolve dimensões como a esperança de vida, esta por sua vez depende da qualidade de serviços de saúde prestados a inclusão na dieta hábitos alimentares saudáveis. A educação sanitária que a população observa no seu dia-a-dia e as regras de higiene básicas constituem responsabilidades da educação. O valor da escola é muito mais

³⁰ Grifo nosso

³¹ Grifo nosso

significativo numa sociedade se esta prepara os cidadãos para a vida com base em currículos flexíveis e abertos a inovações em sincronia com a situação económica do país.

Para classificar os países quanto ao nível de desenvolvimento económico utiliza-se critérios como renda *per capita*, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) e também a industrialização, enquanto isso, o Índice de Desenvolvimento Humano é medido em três dimensões, a riqueza, a educação e esperança de vida. Estas dimensões medem o bem-estar da população e daí que a democracia favorece o desenvolvimento económico de um país (RDH, 2011:66).

Um dado não menos importante é extraído das últimas avaliações do IDH das Nações Unidas (2010 e 2011)³². Em termos comparativos em 2010, Moçambique ocupou 165º lugar num total de 169 países com o valor de 0,284. Curiosamente o último país nessa classificação foi o vizinho Zimbabwe com 0,140 pontos atrás da RDC outro país da SADC que acumulou 0,239 pontos. Em 2011, Moçambique ficou colocado em 184º lugar com 0,322 pontos num total de 187 países. O último lugar ficou para RDC e o Zimbabwe subiu para o 173º lugar com 0,376 pontos, saindo do último lugar embora em termos metodológicos da organização para ambos países (Moçambique e Zimbabwe) não houve alteração. A questão que se coloca é, porquê Moçambique tem fraca mobilidade em ascender nas classificações das NU respeitantes ao IDH? Será que o PIB tem evoluído significante?

3.2.1.7. O Produto Interno Bruto (PIB)

Embora os indicadores de pobreza estejam a apontar para uma extrema “pobreza”, Moçambique tem registado uma considerável evolução no seu PIB. Sendo o PIB uma dimensão usada para medir o índice de desenvolvimento, se notar-se a sua evolução sucessiva, isso significa que, o país está a caminhar para o “desenvolvimento”. Vide a tabela que se segue.

³² Escolheu o ano de 2011 apenas para auxiliar a análise. O estudo abrange o espaço temporal de (1992 à 2010).

Tabela 23 - Evolução do PIB moçambicano (1990-1999)

Ano	Taxa de crescimento do PIB		Ano	Taxa de crescimento do PIB
1990	+1		1995	+4,3
1991	+4,9		1996	+7,1
1992	-8,1		1997	+11,3
1993	+8,7		1998	+12,0
1994	+7,5		1999	+10,0

Fonte: INE, 2010.

O índice do PIB está actualmente a dois dígitos. Para um país que saiu de uma guerra longa, acredita-se que esta a mostrar um bom ritmo de evolução económica. Contudo, segundo Lundin (2006, p.93),

“existe em Moçambique uma incongruência entre crescimento e desenvolvimento, e o cidadão comum ressentido-se do facto do primeiro não estar a levar ao segundo. De facto, um robusto PIB indica que a economia continua forte. Em 2004 Moçambique teve um investimento directo de 337 milhões de US\$ um fluxo que é conseguido pela África do Sul”.

Segundo Lundin (2006, p.57), a enorme dependência do país aos seus parceiros internacionais, enfraquece o poder de tomada de decisão do Estado, obrigando-o a seguir as imposições dos doadores ou políticas macroeconómicas das instituições financeiras que de facto têm criado um crescimento económico sem no entanto proporcionar desenvolvimento inclusivo que se pode reflectir na vida do cidadão comum. Como consequência disso, instaura-se uma democracia dependente do exterior para funcionar de acordo com os ditames dos doadores. Essa postura do Estado limita-o na construção e implementação de políticas propostas pela Sociedade civil e partidos de oposição, mesmo que tais propostas de leis tenham conteúdos impulsionadores ao desenvolvimento.

Ao considerar-se Moçambique como um país pobre, diminui a auto-estima dos cidadãos e reduzem-se as esperanças de uma prosperidade e bem-estar a curto prazo. Portanto, a implementação de políticas viradas ao crescimento económico pode aumentar a competição empresarial e conseqüente aumento de produção e oportunidades de emprego.

A situação de Moçambique é muito complexa quando conjugamos diversos indicadores numa conjuntura internacional. Embora o seu PIB tem apontado a um crescimento económico, os índices de corrupção³³ são elevados, o IDH é baixo mesmo com um bom ambiente de negócios que o país favorece. Vide a tabela que se segue.

Tabela 24 – Posição de Moçambique em vários indicadores sociais

Vários Indicadore – 2010				
Indicadores	<i>Corruption Perception Index (CPI)</i>	<i>Human Development Index (HDI)</i>	<i>World Competitiveness Index (WCI)</i>	<i>Doing Business Index (DBI)</i>
Posição de Moçambique/Total	116/178	165/169	131/139	126/183

Fonte: Fundação Konrad Adenauer, 2011

Os dados da tabela demonstram que Moçambique tem muitos desafios pela frente, passaram dezoito anos - até 2010 - que as armas calaram no país mas em todos indicadores patentes na tabela ainda não se atingiu a posição média apesar destes terem melhorado em lugares em relação aos anos anteriores. Se o maior desafio que o Governo tem pela frente é o combate a pobreza, as políticas públicas tem de trazer maiores resultados a curto/médio prazo ou seja caminhar depressa rumo ao desenvolvimento. Segundo Cardoso (2000, p.6), o Banco Mundial

³³ Doadores chegaram a exigir ao Governo um instrumento de combate a corrupção devido a impunidade aos dirigentes superiores do Estado e empresas públicas que desviam fundos públicos (Jornal Savana de 03/06/2011).

argumentou que Moçambique precisa de crescer pelo menos a uma média anual de 10% para que haja algum impacto sensível ao nível do PIB *per capita*; caso contrário, só daqui a 100 anos os moçambicanos terão os mesmos rendimentos que hoje têm os mexicanos ou os mauricianos.

3.3. Determinantes da Pobreza

O relatório de Moçambique, (Beijing + 15, 2011) salienta que “o nível de pobreza permanece elevado em Moçambique, apesar de o país apresentar uma forte taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A taxa de pobreza em Moçambique baixou de 69,4 por cento da população em 1997 para 54,1 por cento em 2003 e 57,7 em 2009”. Para justificar a estagnação da redução da pobreza, o relatório explica que não é evidente que a redução da pobreza possa resultar da expansão económica, na medida em que tal crescimento resulta da actividade de mega projectos de capital intensivo, beneficiando de significativas isenções fiscais.

Não obstante os progressos assinalados, no geral as disparidades entre as zonas ainda são notórias, sendo que, as pessoas em zonas urbanas têm maior acesso a serviços sociais básicos comparativamente a população vivendo nas zonas rurais, em parte justificada pela baixa densidade populacional. Paralelamente registam-se variações em termos de género (relação homem e mulher), e entre vários grupos na sociedade, sendo que, o segmento populacional constituído pelas mulheres, crianças, pessoas idosas, portadoras de deficiência e com doenças crónicas, o que se mostra mais vulneráveis.

Na óptica de consumo, o nível da pobreza alimentar (medida pelo índice nacional de incidência da pobreza) situa-se em pouco menos de 55% da população como mostra a tabela a seguir (PARPA, 2011).

Tabela 25: Incidência da Pobreza e Desigualdade, por província (1996 -2009)

Áreas geográficas	Incidência da Pobreza			Desigualdade (Gini)		
	1996-97	2002-03	2008-09	1996-97	2002-03	2008-09
Niassa	70.6	52.1	31.9	0.36	0.36	0.43
Cabo Delgado	57.4	63.2	37.4	0.44	0.44	0.35
Nampula	68.9	52.6	54.7	0.36	0.36	0.42
Zambézia	68.1	44.6	70.5	0.35	0.35	0.37
Tete	82.3	59.8	42.0	0.40	0.40	0.32
Manica	62.6	43.6	55.1	0.40	0.40	0.35
Sofala	87.9	36.1	58.0	0.43	0.43	0.46
Inhambane	82.6	80.7	57.9	0.44	0.44	0.38
Gaza	64.6	60.1	62.5	0.41	0.41	0.43
Província Maputo	65.6	69.3	67.5	0.43	0.43	0.39
Cidade de Maputo	47.8	53.6	36.2	0.52	0.52	0.51
Urbano	62.0	51.5	49.6	0.47	0.48	0.48
Rural	71.3	55.3	56.9	0.37	0.37	0.37
Nacional	69.4	54.1	54.7	0.40	0.42	0.41

Fonte: PARP (2011-2014)

Segundo PARPA I (2001, p.19) os perfis de pobreza constituem uma primeira aproximação dos potenciais factores causais da pobreza. A análise pode-se aprofundar com técnicas de regressão múltipla, e a combinação de factores quantitativos e qualitativos. Fundamentalmente com base na análise dos dados do Inquérito de Agregados Familiares 96/97, identificaram-se os seguintes determinantes da pobreza em Moçambique:

- crescimento lento da economia até o começo da década de noventa;
- fraco nível educacional dos membros dos agregados familiares em idade economicamente activa, com maior destaque para as mulheres;

- elevadas taxas de dependência nos agregados familiares;
- baixa produtividade da agricultura familiar;
- falta de oportunidade de emprego dentro e fora do sector agrícola;
- fraco desenvolvimento de infra-estruturas básicas nas zonas rurais.

Os dados do Relatório do PARPA (2011) que reflectem sobre a incidência da pobreza permitem a seguinte análise; se muitas famílias moçambicanas vivem com menos de dois dólares por dia, significa que a sua produção total diária ou mensal é baixa. Se o rendimento mensal não satisfaz as despesas da família então as consequências imediatas são as más condições de vida dos cidadãos. Além disso, o desemprego pode constituir um factor que fragiliza a capacidade de compra para milhares de moçambicanos. As iniciativas de auto emprego e de empreendedorismo que o Governo tem incentivado aos jovens ainda estão longe de abranger a mais jovens, porque a devolução dos fundos emprestados para esse fim ainda é muito baixa, enquanto não se encontra uma forma de implementação eficaz da política do auto-emprego, os índices de desemprego continuarão a subir devido a densidade populacional que se regista principalmente nas vilas e urbes onde os jovens procuram com frequência a primeira oportunidade de emprego formal. Num país com menor número de pequenas e médias empresas, os jovens sentem-se seguros quando conseguem uma vaga nas empresas públicas em detrimento do sector informal que se considera muito instável. O sector informal pode absorver muitos jovens e adultos que não encontram emprego no mercado formal mas a falta de capacitação em gestão de pequenos negócios, fragiliza a capacidade de manuseamento de produtos e poupança. Por falta de conhecimento em matéria de negócio, muitos informais não vêem a rentabilidade do seu trabalho, isso cria insegurança e insustentabilidade e a última esperança é depositada no emprego formal. O índice de desemprego é assustador. Vide a tabela que se segue:

Tabela 26 - Número acumulado de desempregados inscritos por província 2008

	Desemprego Registrado			Categoria	
	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Primeiro emprego	Novo emprego
País	171 954	139 95	32 459	84 686	87 268
Niassa	4 473	4 068	405	2 326	2 147
Cabo Delgado	14 001	12 957	1 044	9 041	4 960
Nampula	50 527	42 103	8 424	27 872	22 655
Zambézia	11 989	9 267	2 722	8 350	3 639
Tete	11 011	9 399	1 612	6 201	4 810
Manica	10 964	8 539	2 425	2 359	8 605
Sofala	32 355	24 603	7 752	12 460	19 895
Inhambane	10 074	8 540	1 534	3 947	6 127
Gaza	1 895	1 536	359	1 600	295
Maputo Prov.	11 752	8 866	2 886	2 782	8 970
Maputo Cid.	12 913	9 617	3 296	7 748	5 165

Fonte: INE, 2010

Acreditando que as necessidades de emprego são continuamente crescentes, devido aos jovens que vão à procura de novos empregos à medida que completam 18 anos ou logo que terminam a formação. Enquanto a implantação de novas empresas não corresponder ao crescimento da mão-de-obra, muitos novos milhares se juntarão a tantos outros que já procuram por empregos. Mas o problema de desemprego não se assenta apenas na questão de insuficiência de empresas mas também na questão “qualificação profissional” dos jovens. A preparação de jovens para novas oportunidades é uma componente a ser contida nos políticas governamentais.

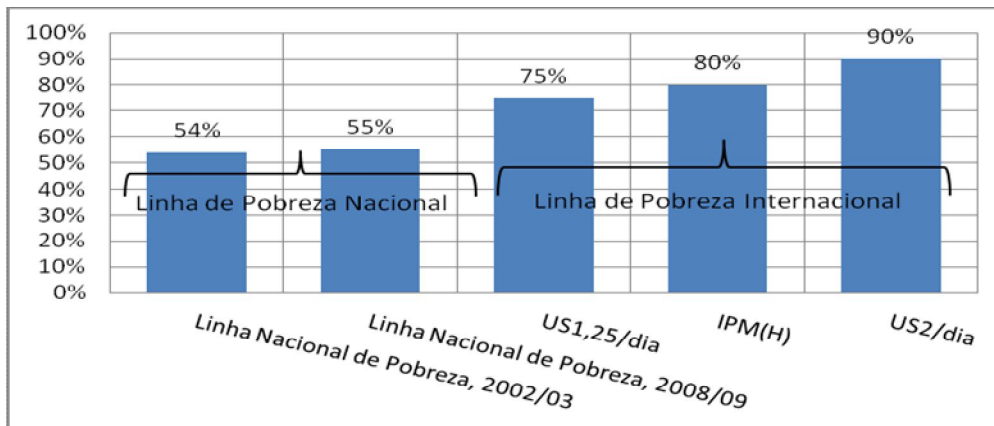
Os desafios para o combate à pobreza e as suas causas persistem mesmo com o crescimento económico acelerado que o País tem vindo a registar, bem como os progressos nos

indicadores de desenvolvimento humano e social. “O coeficiente de Gini ³⁴ manteve-se praticamente igual entre 2002/03 (0.42) e 2008/09 (0.41) a nível nacional, mantendo um nível de desigualdade ligeiramente mais alta nas zonas urbanas em relação as zonas rurais” (PARP 2011).

A terceira avaliação da pobreza aponta a vários factores que contribuíram para a estagnação na incidência da pobreza alimentar entre 2002/03 e 2008/09. O primeiro é referente a baixa taxa de crescimento na produtividade agrícola, na componente da produção de culturas alimentares, com impacto directo na segurança alimentar dos agregados e no rendimento de grande parte da população economicamente activa que depende da produção agrícola. O segundo factor relaciona-se com a vulnerabilidade do Sector Agrário aos choques climáticos e o peso da sazonalidade na distribuição dos rendimentos rurais. O terceiro factor foi o agravamento dos termos de troca devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis, que reflectiram-se no aumento do custo de vida a nível nacional (PARP 2011).

Muitas pesquisas foram tornadas públicas por autores como (Alkire e Santos, 2010; De Vletter e tal; 2009; Cunguara e Halon, 2009; De Métier 2006; MPD, 2010; Serra, 2010), e são unânimes num ponto: a pobreza em Moçambique é muito elevada, cronicamente resistente e mostrando sinais de aumento, em vez de diminuição³⁵. (Gráfico 07).

Gráfico 07. Comparação de medidas de pobreza, Moçambique (2009 – 2010)



Fonte: MPD, 2010, Alkine & Santos, 2010

³⁴ O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda. Quanto mais próximo de zero, maior é a equidade na distribuição da renda e quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade.

³⁵ A afirmação dos autores, (Alkire e Santos, 2010; de Vletter e tal; 2009; Cunguara e Halon, 2009; Métier, 2006, MPD, 2010, Serra, 2010), que dizem a pobreza em Moçambique é muito elevada, cronicamente resistente e mostra sinais de aumento, em vez de diminuição está em consonância com o PARP (2011), que diz a taxa ter baixado de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003 contudo, tornou a subir para 57,7% em 2009. Isto quer dizer, está difícil controlar a situação da pobreza que tende a oscilar entre os 70% a 50%. Essa linha de oscilação da pobreza está estacionária a quase duas décadas (1990-2000 e 2000 à 2010).

Com base nos dados do gráfico, pode-se dizer que o índice de pobreza em Moçambique tem tendências de crescimento à medida que o número da população sobe. Prosseguindo nessa linha será difícil para o país se declarar livre da pobreza. Ora, se em 1996-97 a incidência da pobreza era de 69,4% e em 2008-09 a incidência foi de 54,7%, significa estatisticamente que em doze anos de democratização apenas houve a redução de cerca de 15%; em média há redução de 1,25% por ano. Caminhando nessa proporção serão necessários cerca de 44 anos para o país sair da pobreza; isto é, provavelmente em 2054, Moçambique terá eliminado a pobreza. Embora isso seja improvável visto que, o país está a crescer economicamente, há atractivos fiscais que estimulam muitos investidores a apostar por Moçambique e a descoberta dos recursos naturais tem aumentado as oportunidades de emprego para os jovens.

A dependência de donativos para sustentar o Orçamento do Estado, condiciona a implementação de políticas nacionais aparentemente a evolução ou diminuição da pobreza marcará uma acentuada desigualdade entre a população de baixa renda e proprietários de pequenas e médias empresas. Segundo o Ministério das Finanças (2008, p.3), “no final do século XX, a dívida pública de Moçambique atingiu os seis mil milhões de dólares, representando 153% do PIB do ano de 1998, cerca de treze vezes as receitas do Estado e vinte e cinco vezes as exportações do mesmo ano”. Segundo (Reinhart e Rogoff, 2009; Sachs, 2002), “foi graças ao perdão de grande parte da dívida internacional, acumulada de forma insustentável, antes e depois da adesão às instituições de Bretton Woods em 1984, que Moçambique voltou a ser reconhecido como detentor de uma dívida sustentável³⁶”. Deste modo, será sustentável a dívida moçambicana?

³⁶ Com o objectivo de tornar a dívida sustentável, Moçambique beneficiou, sucessivamente em 1999 e 2000, do alívio de dívida no âmbito da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Beneficiou ainda em 2006, do cancelamento da dívida no âmbito da Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI).

3.4. A Dívida Pública Externa

Segundo Osman (2010, p.231),

As poupanças nacionais são negativas, por conseguinte têm um papel reduzido no financiamento do desenvolvimento que, depende normalmente da ajuda externa incluindo os empréstimos internacionais. Por sua vez, as taxas elevadas de crescimento do PIB moçambicano resultam em grande medida da componente (investimento público e privado) que em regra se situa entre 20 a 30% do PIB (em alguns anos atingiu 30%) e na sua quase totalidade financiado com fundos externos.

Moçambique necessita de maior produção interna e exportação de produtos acabados para obter mais divisas. Com o aumento das receitas internas, vai diminuir a dependência de financiamento externo para o seu orçamento. Segundo Osman (2010, p.232), “os impostos e outras receitas do Orçamento do Estado mal chegam para cobrir as despesas correntes”. Isso significa que:

A evolução do PIB moçambicano é fruto da facilidade que as multinacionais encontram no país para desenvolverem os seus negócios e tais investimentos estrangeiros na sua maioria da indústria extractiva têm a finalidade de transferir o capital moçambicano sob forma de matéria-prima para os países de proveniência dos mesmos investimentos. (Vide tabela 27).

Tabela 27 - Finanças Públicas (% do PIB)

	2007	2008	2009*	2010*
Despesas totais	28.1	27.9	33.1	34.4
Despesas correntes	16.4	16.6	17.5	17.6
Despesas de investimentos	11.7	11.6	15.6	16.8
Receitas (sem donativos)	15.9	16.0	15.7	16.0

Fonte: FMI

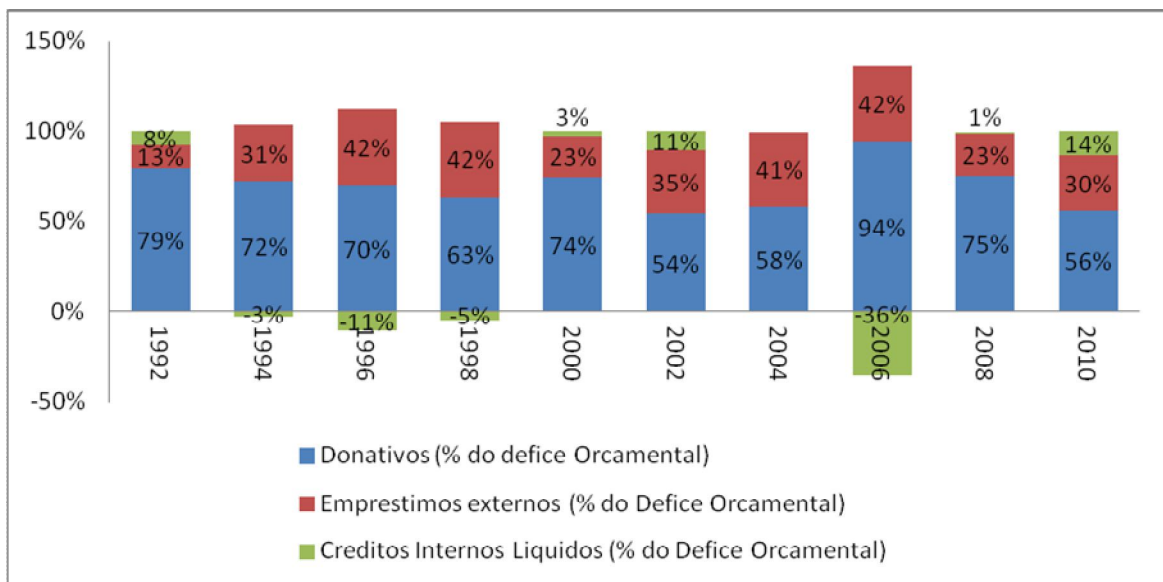
* Estimativas do FMI

Com base nos dados fornecidos na tabela, percebe-se a necessidade de dependência da ajuda externa para cobrir as despesas correntes visto que as receitas próprias são insuficientes. “A ajuda externa no Orçamento do Estado foi de 46% em 2010” (Osman 2010, p.232).

Segundo Massarongo & Muianga (2011, p.168), (...) o Déficit Orçamental (DO) atingiu a cifra mais baixa de sempre de cerca de 13% em 1992. Posteriormente o seu valor variou entre 30% e 40%, até atingir cerca de 23% e 16% em 2000 e 2001, respectivamente. Nos anos seguintes, os empréstimos externos voltaram a crescer, situando-se entre os 35% e 40% entre 2002 e 2006, tendo, a partir de então, reduzido para os 23% em 2008, com uma previsão de 29% e 30% para 2009 e 2010.

Com os dados apresentados, está claro que a única fonte para suportar o Déficit Orçamental (DO) de Moçambique está nos países de cooperação e nas instituições financeiras internacionais como o FMI, BM, BAD, Banco Islâmico, e também o investimento directo das multinacionais que de forma indirecta participam na edificação de infra-estruturas públicas na observância da sua responsabilidade social. O gráfico que se segue mostra o déficit e as fontes de financiamento do DO.

Gráfico 08. Fontes de Financiamento do Déficit Orçamental (1992 – 2010)



Fonte: INE (Vários anuários); Governo de Moçambique (Vários anos); República de Moçambique 2010 e 2011

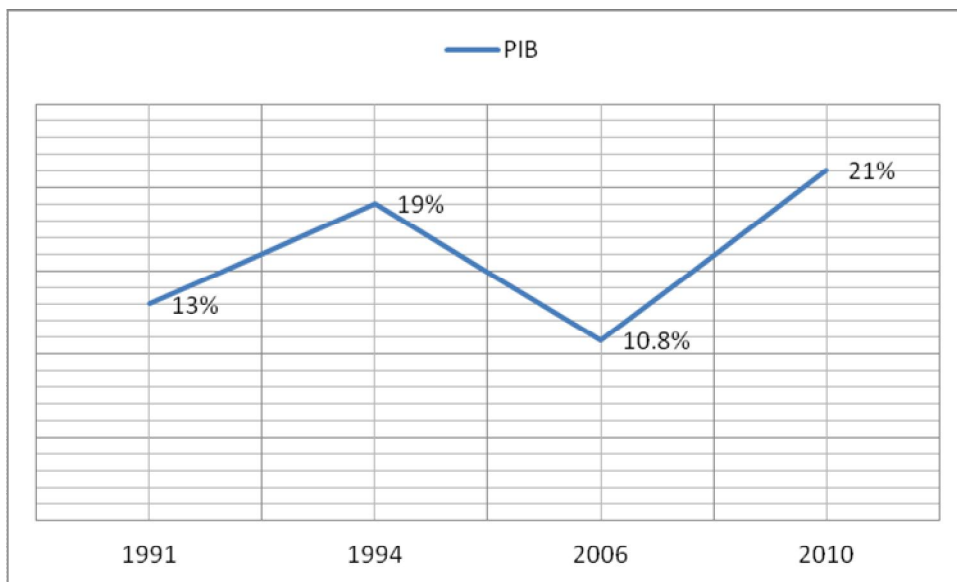
Segundo Massarongo & Muianga (2011, p.168), “a oscilação do DO nos períodos apresentados representa uma fraca relação com a evolução das receitas, e uma relação comparativamente mais notável com a evolução dos donativos”.

Com base nesse argumento entende-se que o país possui ainda menos capacidade de produzir receitas, isso leva-o a solicitar donativos para financiar vários programas do Governo a vários níveis.

Segundo Massarongo & Muianga (2011, p.169), “em termos de valores absolutos, verifica-se uma clara tendência de crescimento dos empréstimos externos, de cerca de 5 milhões de meticais em 1985, para cerca de 7.125 milhões de meticais, em 2008, prevendo-se para 2009 e 2010 cerca de 14.964 e 18.241 milhões de meticais, respectivamente”.

O PIB, tem mostrado muitas variações; de cerca de 7,5% em 1985, cresceu para 30% em 1990, baixando acentuadamente para cerca de 13% em 1991, e mantendo-se à volta deste valor nos três anos seguintes. Depois de atingir cerca de 19% em 1994, reduziu novamente, para cerca de 9% em 1996, tendo em 2001 e 2002, aumentado para cerca de 17,2% e voltando a reduzir para cerca de 10,8% em 2006. Desde então, o DO (em percentagem do PIB) tem vindo a crescer, prevendo-se que em 2010 e 2011 se situe em cerca de 21% e 19% respectivamente (Massarongo & Muianga, 2011, p.165).

Gráfico 09. Percentagem do PIB do Déficit Orçamental



Fonte: INE (Vários anuários); Governo de Moçambique (Vários anos); República de Moçambique 2010 e 2011

“O endividamento para financiar o orçamento tem implicações no encargo público e conduz ao desvio de recursos que poderiam ser usados para a realização de outras despesas, devido ao pagamento de juros e de capital da dívida” (Massarongo & Muianga 2011, p.174).

Segundo Massarongo & Muianga (2011, p.174),

“no caso de endividamento interno, dada a sua indexação às taxas de juro de mercado tem resultado em elevados encargos para o Estado. Estes juros, provavelmente agravar-se-ão ainda mais com as medidas de aumento das taxas de juros e de redução de liquidez que vêm sendo levadas a cabo pelo Banco de Moçambique, com vista a conter as pressões inflacionárias que a economia vem experimentando”³⁷.

Apesar de Osman (2010) e Massarongo & Muianga (2011) criticarem o endividamento do país e a dependência de fundos externos de investimento, há uma esperança para Moçambique, aproveitando o ambiente político que o país vive - de paz e democracia - e com a descoberta de recursos naturais, o país tem condições para desenhar políticas que estimulem muito mais o crescimento da economia, a promoção de novos empregos com a instalação de um enorme parque industrial à medida dos recursos que o país dispõe, proporcionar o processamento dos recursos naturais dentro do país e exportá-los acabados para acrescentar o seu valor comercial. A descoberta de recursos minerais remarca a etapa democrática que exige como regra a conciliação política das diferentes forças ou grupos sociais, pois, para um bom clima democrático, exige a inclusão de ideias de grupos minoritários nos programas económicos e sociais, exige a gestão transparente de fundos públicos, exige o combate a corrupção. Além disso, nenhum interesse individual pode sobrepor-se aos interesses nacionais e a Assembleia da República tem o papel preponderante na tomada de decisões apoiadas pela maioria sobretudo nas decisões que apontam como finalidade o desenvolvimento social e económico.

³⁷ Em 2010 o Banco de Moçambique aumentou a taxa de incidência das reservas obrigatórias por duas vezes consecutivas, uma em Abril de 2010 em 0,5% e posteriormente em Setembro de 2010 em 0,25%, passando para 8,75%. Esta medida afectou, de alguma forma, a disponibilidade de crédito à economia. (O País, 29 de Setembro de 2010, p.14)

Como foi demonstrado no presente capítulo, o país ainda está em processo de democratização, e durante este processo o país tem conseguido um crescimento económico e melhorado em vários sectores sociais. Senão podemos concluir que este desenvolvimento socioeconómico é o resultado da democratização, podemos no entanto concluir que a democratização coexiste lado a lado com as melhorias económicas e sociais.

CAPÍTULO IV. CONCLUSÃO

A observância de valores democráticos exige dos governantes de um país aceitar a disputa livre para os cargos políticos através do voto e promover a cidadania inclusiva em todos actos de governação. Moçambique encontra-se ainda em fase híbrida de democratização. O país passou a respeitar a formação de partidos políticos e existe liberdade de expressão. No entanto, conforme demonstrado no capítulo sobre a democratização o país tem fragilidades na instituição plena da democracia apesar de se assistir à fortificação das instituições democráticas.

O resultado da presente investigação revela que compararmos a evolução da economia moçambicana em dois períodos distintos – ou seja a fase monopartidária e a fase multipartidária; conclui-se que é na fase multipartidária (período de democratização) em que o país registou maior crescimento económico e desenvolvimento económico (apesar deste ser ainda menor que o crescimento). É evidentemente que o desenvolvimento requer muito mais mudanças do que simples crescimento económico mas este é o elemento catalisador para melhores condições sociais. Assim, é legítimo considerar que o regime democrático em Moçambique tem contribuído para o desenvolvimento.

Contudo, enquanto o crescimento económico tem evoluído de uma forma consistente o mesmo não tem acontecido com o progresso dos níveis de democracia³⁸.

Apesar do crescimento económico, que é incontestável, Moçambique é ainda um país de muitos pobres. É necessário melhoria de políticas públicas, em especial políticas que ambicionem diminuir as assimetrias sociais. Moçambique precisa de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, no que diz respeito ao acesso e à qualidade da educação, da saúde, tecnologias

³⁸ Refere-se a nível de democracia os índices de liberdades políticas e liberdades civis conforme a classificação da *Freedom House*.

e infra-estruturas de modo a recuperar da destruição feita pela colonização e guerra civil respectivamente.

A economia moçambicana é dependente de capitais estrangeiros, e por isso sensível a tendências do mercado internacional, susceptíveis a crises económicas ou financeiras.

Aproveitando o ambiente político que o país vive - democratização - e com a descoberta de recursos naturais, o país tem condições para desenhar políticas que estimulem o crescimento e o desenvolvimento.

Para o caso de Moçambique, é importante que os níveis de democracia cresçam para favorecer modelos de gestão mais transparentes, e em que se privilegie o controlo da utilização dos recursos públicos e a diminuição da corrupção. Com o crescimento do nível de democracia estarão criadas as condições para uma competição equitativa nas eleições. E com um mercado competitivo e protegido por leis justas, haverá maior produção, maior rendimento e maior crescimento económico.

Apesar de não ter sido o objectivo deste trabalho, os resultados indicam que o investimento estrangeiro tem de ser controlado e transformado em riqueza para o país e não servir de meio para a retirada de recursos naturais para os países de origem. Porém, a transformação de capitais estrangeiros em riqueza pode ser feita por uma gestão transparente dos projectos estrangeiros e exigir o pagamento de todas obrigações fiscais previstas na lei.

Referência Bibliográfica

- ASSEMBLEIA POPULAR, *Projecto de Revisão da Constituição da República Popular de Moçambique*, Minerva Central, INLD n° 0688, Maputo, 1988.
- AKE, Claude; *Democracy and Development in Africa*, Washington, DC, The Brookings Institution, 1996.
- AKE, Claude; *The Feasibility of Democracy in Africa*; Dakar: Codesria Book Series, 2000.
- AZEVEDO-HARMAN, Elisabete, *Assembleia da República de Moçambique – de Inimigos a Adversários*; Lisboa, 2013.
- BAKALO, Elikia M. “*Promessas e Incertezas*”, in *o correio da Unesco*, Ano 21: 1, Jan. 1993.
- BANDEIRA, Pedro, *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- BERTINI, Silvano. SMEs, *Industrial development and competitiveness in Italy*, Asia- Europe. SME Conference, Itália, 1998.
- BIANCHI, Patrizio, MILLER, Lee M. e BERTINI, Silvano. *The italian SME experience and possible lessons for developing countries*. NOMISMA, 1996.
- BOISIER, Sérgio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector publico*. Santiago do Chile, CEPAL, 1995.
- BOLETIM DA REPÚBLICA, *Acordo Geral de Paz de Moçambique*, Assembleia da República, Maputo, 1992.
- BOLNICK, B. e BYIERS, B. *PARPA II Review of the Tax System in Mozambique*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID, 2009.
- BRITO, Adriana F. e BONELLI, Regis. *Políticas industriais descentralizadas: as experiências*

- européias e as iniciativas subnacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997.
- CARDOSO, Carlos, *O PARPA e os Frankensteins*. Metical, No. 760, Maputo, 2000.
- CARDOSO, Henrique e FOXLEY, Alejandro, *Desafios da Democracia e do Desenvolvimento – governabilidade, globalização e políticas económicas para além da crise*, Editora Campus-Elsevier e Instituto Fernando Henrique Cardoso, volume 1, 2009.
- CASAROTTO Filho, Nelson e PIRES, Luís Henrique. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo, Atlas, 1998.
- CASTEL-BRANCO, C. N. e OSSEMANE R.; *Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique*. In CASTEL-BRANCO, C. N. et al; *Desafios para Moçambique 2010*, Edição IESE, Maputo, 2010.
- CASTEL-BRANCO, C. N. et al; *Desafios para Moçambique 2011*, Edição IESE, Maputo, 2011.
- CHICHAVA, Sérgio, *Investimento Directo Estrangeiro e o Combate à Pobreza em Moçambique*. In *Desafios para Moçambique 2012*, Edição IESE, Maputo, 2012.
- CNCS (Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA), *Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA*, Maputo, 2004.
- DAHL, Robert, *A Preface to Democratic theory*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 1956.
- DAHL, Robert A.; *Sobre a democracia “On democracy” (1998)*. Tradução de Beatriz Sidou; Editora Universidade de Brasília, Brasil, 2001.
- DE ABREU, António Pinto, *O Papel do empresariado nacional no contexto da globalização*. In MAZULA, Brazão, et al, *Democracia e Desenvolvimento*, Associação Joaquim Chissano, 2001.

- DE BRITO, Luís, *Pobreza, “Parpas” e Governança*. In DE BRITO, Luís, et al, *Desafios para Moçambique 2012*, IESE, Maputo, 2012.
- DIAMOND, L. Jay; PLATTNER, M. F; *Democratization in Africa*, Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1999.
- DIAMOND, Larry; *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World (2008)*, Journal of Democracy, Volume 21, January 2010.
- DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2003).
- DUVERGER, Maurice; *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, PUF, 16ª Edição, 1980.
- ÉVORA, Roselma; *Cabo Verde – A abertura política e a transição para a democracia*; Spleen Edições; Cidade da Praia, 2004.
- FLANARY, Rachel; “*The State in Africa: Implications for Democratic Reform*”. Crime Law and Social Change, Vol. 29:2, 1998.
- FLEURY, Maria Teresa L. e FLEURY, Afonso. *Aprendizagem e inovação organizacional: as Experiências de Japão, Coreia e Brasil*. São Paulo, Atlas, 1995.
- FRANCISCO, A., *Crescimento Demográfico em Moçambique: passado, presente... Que futuro?* Boletim IDEAS, 31, 2010.
- FUMES, Rodrigo, et al., *Os Limites da Democracia*; Revista de História Contemporânea; Vol. 1, Rio de Janeiro, Contemporâneos, 2008.
- GALVÃO, António C. e VASCONCELOS, Ronaldo R. *Política regional à escala subregional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- GARRETÓN, Manuel. “*Do autoritarismo à Democracia política: uma transição a reinventar?*” Tempos Brasileiros, Rio de Janeiro, Vol. 106/107; 19/32, Jul – Dez 1991.

- GEDDES, Barbara. *What do we know about democratization after twenty years?* Department of Political Science, University of California at Los Angeles, Los Angeles, California 90095-1472, 1999.
- GROELSEMA, Robert J.; TURNER, J. Michael; SHENGA Carlos, *Avaliação da Democracia e Governação em Moçambique*, 2009.
- HANLON, J. *Local Government Elections in Mozambique*. Maputo: UFICS, 1997.
- HANLON, Joseph ; NUVUNGA, Adriano, *Mozambique political process bulletin*, (29), December 2003.
- HANLON, Joseph & NUVUNGA, Adriano. *Boletim sobre o processo político em Moçambique* (43); Publicado pela CIP e AWEPA, Maputo, 2009.
- HAUSMANN, R. and D. Rodrik. *It is not how much but what you export that matters*. John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2007.
- HENRIQUES, V. & CABRITO B.; *Introdução à Política*; Porto, Texto Editora, 1996.
- HIRSCHMAN, A. *Essays in Trespassing: Economic to Politics and Beyond*. Cambridge University Press: Cambridge, 1981.
- HUGON, P. *Économie de l'Afrique*, Paris: La Découverte, 3^a edição, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel P., and DOMINGUEZ, Jorge I. *Political Development*. In *Handbook of Political Science*, edited by F. I. Greenstein and N. W. Polsby, 1975.
- HUNTINGTON, Samuel, *A Terceira onda: democracia no final do século XX (1991)*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.
- HUNTINGTON, Samuel P., *Vinte anos depois: o futuro da terceira vaga*. Tradução de Bernardo Sá Nogueira. In, *A Invenção Democrática*; Coordenação de João Carlos Espada, Edição: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.

- IBRAHIMO, Y.; ALI, R.; FRANCISCO A.; *Protecção Social Financeira e Demográfica*. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno et al; *Desafios para Moçambique 2011*, Edição IESE, Maputo, 2011.
- J. Elster, 'The Impact of Constitutions on Economic Performance', *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics*, 1994.
- LAGROYE, Jacques; *Sociologie politique*, (3^a ed. révisée et mise en jour), Paris: dalloz, 1997.
- LINZ, Juan e STEFAN, Alfred. "Toward consolidated democracies *Journal of democracy*", Vol. 7: 2, April 1996.
- LIPSET, Seymour Martin, *O Homem Político*, Zahra, Rio de Janeiro, 1967.
- LIPSET, S. M. and Lenz G. S. "Corruption, Culture and Markets", in *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*, Harrison, L. e Huntington, S. (eds), New York: Basic Books, 2000.
- LIPSET, S. M. *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legancy*. *The American Political Science Review*, Volume 53, Issue 1, 1959.
- LUNDIN, Iraê B., *Eleições Gerais 2004 – Um Eleitorado ausente*; in Observatório Eleitoral, *Moçambique: Eleições Gerais 2004 (um olhar do observatório eleitoral)*; Imprensa Universitária, Maputo, 2006.
- MACUÁCUA, Edson citado pelo Jornal Diário Notícias de Moçambique de 13/05/11, p. 7.
- MAINWARING, Scott e SHARE, Donald; "A Transição pela Transição: Democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, Vol. 29: 2, 1989.
- MASSARONGO F. & MUIANGA Carlos; *Financiamento do Estado com Recurso à Dívida*. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno et al; *Desafios para Moçambique 2011*, Edição IESE, Maputo, 2011.

- MAVIE, Gustavo; in *Jornal Notícias*, 20/12/11.
- MAZULA, Brazão, *A Construção da Democracia em África: O Caso moçambicano*, Editora Ndjira, Maputo, 2000.
- MAZULA, Brazão, et al; *Democracia e Desenvolvimento*, Edição Associação Joaquim Chissano, Maputo, 2001.
- MÉTIER e BANCO MUNDIAL, *Cidade de Maputo: Avaliação e Mapeamento da Pobreza*. Maputo, Dezembro de 2006.
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Relatório Anual sobre a Dívida Pública 2007*. Direcção Nacional do Tesoura, Maputo, Setembro de 2010.
- MILL, John Stuart, *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MPD, *Report on the Millennium Development Goals, Mozambique 2010*, Maputo, 2010.
- OBSERVATÓRIO ELEITORAL, MAZULA, B. (dir); *Moçambique: Eleições Gerais 2004 – Um olhar do Observatório Eleitoral*; Imprensa Universitária, Maputo, 2006.
- O'DONNELL, Guillermo. *Teoria Democrática e Política Comparada. Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 577 – 654, 1999.
- OSMAN, A. Magid; *Financiar o desenvolvimento*. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno et al; *Desafios para Moçambique 2010*, Edição IESE, Maputo, 2010.
- OSSEMANE, Rogério; *Desafios de Expansão das Receitas Fiscais em Moçambique*. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno et al; *Desafios para Moçambique 2011*, Edição IESE, Maputo, 2011.
- PARSONS, Talcott, *The social system*. Glencoe, III, Free Press, 1951.
- PIRES, Márcio de Sousa, *Construção do Modelo endógeno, sistémico e distintivo de*

- desenvolvimento regional*; Tese de Doutorado, Florianópolis – SC, 2001.
- PNUD, *Moçambique, Paz e Crescimento: Oportunidade para o desenvolvimento humano*, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998, PNUD, Maputo, 1998.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2004.
- PRELOT, Marcel; *Institutions Politique et Droit Constitutionnel*, Dallaz, 6ª Edição, 1972.
- PRZEWORSKI, Adam e Fernando LIMONGI. "Political Regimes and Economic Growth". *Journal of Economic Perspectives* 7:; 1993, 51-71.
- PRZEWORSKI, Adam , *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RELATÓRIO DE MOÇAMBIQUE, Beijing +15, 2011.
- SCHEDLER, Andreas. *Taking Uncertainty Seriously: The Blurred Boundaries of Democratic Transition and Consolidation, Democratization*, Mortimer Street, London W1T 3JH, UK, 06 Sep. 2010.
- SCHENONE, O; *Mozambique: A methodology for tax revenue estimation*, IMF, Fiscal Affairs Department. 2004.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar. 1984.
- SCHMITTER, Philippe C., *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Tradução: Mariana Pardal de Almeida, Imprensa de Ciências Sociais; Universidade de Lisboa; 1999.
- SHIVJI, I. G. *State and Constitutionalism: An African debate on democracy*. Human Rights and Constitutional Series 1, Harare, 1991.
- STEWART, F. *Capital goods in development countries*. In Livingstone, I. (ed.), *Development*

economics and policy: Readings. George Allen & Unwin: London, 1981.

VARSANO, R; Le Borgne E; Bristow, J. Haindl-Rondanelli, e Rajpal, N. *Tanzania Tax Policy Issue and Reforms*. IMF Fiscal Affairs Department, 2005.

Internet

AfriMAP, Moçambique: *Democracia e Participação Política, Documento para discussão*; Compress, África do Sul, Extraído em, http://www.afrimap.org/english/images/report/AfriMAP_Moz_%20PolPart_Disc_PT.pdf; em 26/02/12 [on line].

ALKIRE, S. E SANTOS, M. *Acute Multidimensional Poverty: A New Index for developing Countries*. Working Paper No. 38. Oxford. Extraído em, www.ophi.org.uk/acute-multidimensional-poverty-a-new-index-for-developing-countries (Acessado em 8.11.2010).

Afrobarometer Paper No 22 (Nov. 2002), Extraído em, http://www.google.co.mz/#hl=pt-PT&rlz=1W1ADFA_en&q=All+Afrobarometer+report+of+Mozambique&oq [30/08/11 – on line]

BARDHAN, Pranab; *Democracy and Development: A Complex Relationship*, University of California at Berkeley; 2000, Extraído em, <http://emlab.berkeley.edu/users/webfac/bardhan/papers/BardhanDemoc.pdf> [Acessado em 03/09/11, on Line].

Blogs, Reflectindo sobre Moçambique, *A Pobreza em Moçambique estagnou?* Extraído em, <http://comunidademocambicana.blogspot.com/2009/08/pobreza-em-mocambique-estagnou.html>. Acesso em 12/06/11 [on line].

BRANCO, Manuel Couret, *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e Democracia em África*, Universidade de Évora. Extraído em,

http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_Splenaria_05.pdf [Acesso em 03/09/11].

Fundação Konrad Adenauer, *Economia Social de Mercado*, 2011. Extraído em, http://www.kas.de/wf/doc/kas_29626-1522-1-30.pdf?111205125631, Acessado em 13/09/12 [on line].

<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html> - Acessado em 27/06/11 [on line].

http://www.ine.gov.mz/indicadores_macro_economicos/cn/cnpub/Publicacao2010_IVT%20_MARCO.pdf - Acessado em 17/06/11 [on line].

<http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/080111.pdf>. Acessado em 05/02/12 [on line].

http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_es_indicadores1.pdf. Acessado em 05/02/12 [on line].

INDE (2003), *Problemas Actuais da Educação Básica*.

Extraído em: <http://www.inde.gov.mz/apresent/educacao3.ppt>. Acesso em 03 de Maio de 2011.

JOBIN, Everton, *Teoria Política e sociológica*, 2009. Extraído em,

<http://politicassociologia.blogspot.com/2009/03/kelsen-democracia-e-o-positivismo.html>.

Acessado em 11/04/11 [on line].

KRING, Thomas; Sumário, *Unidade de Análise de Políticas e Economia (EPAU)*, PNUD

Mozambique, Av. Kenneth Kaunda 931, Maputo, Mozambique, 2011. Extraído em,

<http://www.undp.org.mz/sumario%20>. Acesso em 03/02/12 [on line]

INE (Instituto Nacional de Estatística), *Projeções da População Total, 2007 – 2040*, Maputo, 2010. Extraído em,

http://www.ine.gov.mz/indicadores_macro_economicos/cn/cnpub/Publicacao2010_IVT%20_MARCO.pdf

MOÇAMBIQUE, *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano – Os Resultados nacionais*

de 1999, SARDC, Eduardo Mondlane University, UNDP 2000. Extraído em,

<http://www.sardc.net/hdev/MHDR2000/port/Capitulo2/2.html#grafico2-1>. Acessado em 05/02/12 [on line].

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Relatório sobre a Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública de Moçambique*. Maputo, Setembro de 2010. Extraído em, www.mf.gov.mz/web/guest/documentos (Acessado em 11.02.11).

PARP (2011-2014) *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza*, Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros a 3 de Maio de 2011. Extraído em, http://www.od.gov.mz/downloads.php?cat_id=22. Acesso em 12/06/11 [on line].

OPEN SOCIETY, *Relatório sobre Moçambique*, Open Society, Londres, 2010.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, *Sustentabilidade e Equidade: Um future Melhor para todos*, Traduzido por Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), PNUD, UN Plaza, New York, NY 10017, USA, 2011. Extraído em, <http://unp.un.org>. Acessado em 13/09/12 [on line].

RODRIK, D. *Specialization or deversification?* Extraído em, http://rodrik.typepad.com/dani_rodrik_weblog/2007/05/specialization_.html (Acessado em 12 de Novembro de 2009).

UNDP (United Nations Development Programme), 2010. *Human development Report 1994*. New York: Oxford University Press. Extraído em, <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010>. Acessado em (8.01.2011).

www.freedomhouse.org. Acessado em 20/04/09 [on line].

www.freedomhouse.org. Acessado em 30/08/11 [on line].

Jornais

BEÚLA, Emídio, *Doadores exigem Lei de combate a corrupção*, in Jornal Savana, Semanário Independente, Maputo, 03 de Junho de 2011.

Jornal, *o País*, 29 de Setembro de 2010, p.14.

Jornal *Notícias*, Maputo, 13 de Setembro de 2012, p.1.